

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 363, DE 2021
(Do Poder Executivo)
MSC 344/2021
OF 643/2021

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.310, de 30 de agosto de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 162, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Moradores da Boa Vista, no município de Olho D'Água das Flores - AL;
- 2 - Portaria nº 778, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Nova Glória (ACNG), no município de Nova Glória - GO;
- 3 - Portaria nº 1.004, de 10 de maio de 2016 - Associação Beneficente do Vale do Curu - ABVC, no município de Apuiarés - CE;
- 4 - Portaria nº 586, de 7 de junho de 2017 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Caxias do Sul, no município de Caxias do Sul - RS;
- 5 - Portaria nº 1.873, de 7 de junho de 2017 - Associação de Defesa e Educação do Meio Ambiente de Salto do Lontra - ADEMA, no município de Salto do Lontra - PR;
- 6 - Portaria nº 2.206, de 7 de junho de 2017 - ACOVERMA - Associação Comunitária Verdes Matas, no município de São Miguel do Guaporé - RO;
- 7 - Portaria nº 2.738, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Beneficente Mantiqueira - ASCOBEM, no município de Belo Horizonte - MG;
- 8 - Portaria nº 5.589, de 8 de novembro de 2018 - Associação Comunitária de Radiodifusão Para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Manhumirim, no município de Manhumirim - MG;
- 9 - Portaria nº 6.625, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária Zumbi dos Palmares, no município de Itaberaba - BA;
- 10 - Portaria nº 6.627, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária Artística e Cultural de Ariranha, no município de Ariranha - SP;
- 11 - Portaria nº 6.635, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária A Voz de São Francisco de Itabapoana, no município de São Francisco de Itabapoana - RJ;
- 12 - Portaria nº 7.223, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária do Carmo, no município de Ituverava - SP;
- 13 - Portaria nº 4.092, de 21 de agosto de 2019 - Associação Cultural e Artística de Tapira, no município de Tapira - PR;
- 14 - Portaria nº 4.291, de 30 de agosto de 2019 - Clube de Mães e Idosos Maria Izabel de Medeiros, no município de Natal - RN;
- 15 - Portaria nº 4.293, de 30 de agosto de 2019 - Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I, no município de Guarabira - PB;

16 - Portaria nº 4.310, de 30 de agosto de 2019 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales, no município de São Francisco de Sales - MG;

17 - Portaria nº 4.705, de 17 de setembro de 2019 - Associação de Preservação Ambiental Entre Rios, no município de Ipameri - GO;

18 - Portaria nº 4.716, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Comunicação de Monte Carmelo, no município de Monte Carmelo - MG;

19 - Portaria nº 4.722, de 17 de setembro de 2019 - Associação de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Diamante D'Oeste, no município de Diamante D'Oeste - PR;

20 - Portaria nº 4.723, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Unidos Para Sempre, no município de Conceição do Araguaia - PA;

21 - Portaria nº 4.744, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira, no município de Altamira - PA;

22 - Portaria nº 4.748, de 17 de setembro de 2019 - Associação Para o Desenvolvimento Comunitário de Mamanguape, no município de Mamanguape - PB;

23 - Portaria nº 4.753, de 17 de setembro de 2019 - Associação Educativa e Cultural de Itabira MG, no município de Itabira - MG;

24 - Portaria nº 4.754, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa, no município de Resende Costa - MG;

25 - Portaria nº 4.755, de 17 de setembro de 2019 - Associação de Rádio Comunitária de Varjão de Minas, no município de Varjão de Minas - MG;

26 - Portaria nº 4.758, de 17 de setembro de 2019 - Associação Beneficente dos Moradores de Correguinho - ABEMOC, no município de Bela Cruz - CE;

27 - Portaria nº 4.759, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Missão, no município de Passos - MG;

28 - Portaria nº 4.863, de 19 de setembro de 2019 - Associação Rádio Comunitária de Itaituba - ARCI, no município de Itaituba - PA;

29 - Portaria nº 4.867, de 19 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Cultural Baependiana de Radiodifusão, no município de Baependi - MG; e

30 - Portaria nº 4.870, de 19 de setembro de 2019 - Organização Para Cidadania e Desenvolvimento de Umarizal Terezinha de Souza Fonseca, no município de Umarizal - RN.

Brasília, 16 de julho de 2021.

Brasília, 16 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.049110/2015-87, que trata da Renovação da Outorga de Autorização, a Portaria MCTIC nº 4.310 , de 30 de Agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 05/09/2019 , e a respectiva documentação para que a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales, inscrita no CNPJ nº 03.320.957/0001-03, explore pelo prazo de dez anos a partir de 6 de julho de 2016, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Sales, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Por meio da Nota Técnica nº 1151/2019/SEI-MCTIC, a área técnica se manifestou de modo favorável à renovação da outorga, uma vez que inexistem óbices legal e normativo ao pleito. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4310/2019/SEI-MCTIC

de 27 de agosto de 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.001286/1999 e nº 53900.049110/2015-87, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a contar de 6 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales, CNPJ nº 03.320.957/0001-03, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Sales, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 30/08/2019, às 20:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4569586** e o código CRC **B74B1765**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 643/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 162, 778 e 1.004, 2016; 586, 1.873, 2.206 e 2.738, de 2017; 5.589, 6.625, 6.627, 6.635 e 7.223, de 2018; 4.092, 4.291, 4.293, 4.310, 4.705, 4.716, 4.722, 4.723, 4.744, 4.748, 4.753, 4.754, 4.755, 4.758, 4.759, 4.863, 4.867 e 4.870, de 2019.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.057028/2013-16

SEI nº 2731319

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 39332/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.049110/2015-87.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 16/10/2019, às 15:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4746703** e o código CRC **F8C65017**.

INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
Nº Processo:	53900.049110/2015-87
Interessado:	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales
Setor:	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
CNPJ:	03.320.957/0001-03
Serviço:	Radiodifusão Comunitária
UF:	MG
Localidade:	São Francisco de Sales
Tipo:	Renovação - Rádio Comunitária
Número do Tipo:	427

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais

436	Renovação TV Educativa
435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Analista**, em 10/09/2019, às 09:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4610728** e o código CRC **BF27ADD9**.

Referência: Processo nº 53900.049110/2015-87

SEI nº 4610728

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 21426/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53900.049110/2015-87**.

Processo de Outorga nº: 53710.001286/1999.

Assunto: Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Francisco de Sales**, estado de **Minas Gerais**, por meio da Portaria nº 96, publicada no DOU de 22/2/2005, e Decreto Legislativo nº 287, publicado no DOU de 6/7/2006.

ANÁLISE

2. Vale consignar que a vigência da referida outorga terá seu termo final em 6/7/2016. Dessa forma, caso a entidade tenha interesse em solicitar a renovação, deverá apresentar, impreterivelmente, até o dia **6/6/2016**, os itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual;

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto, devidamente registrado, conforme subitens 8.2 e 8.3 da Norma nº 01/2011;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

VII. CPF de todos os dirigentes; e

VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para, caso tenha interesse em renovar a outorga, **apresentar** a documentação elencada no item 2 desta Nota Técnica, no prazo fixado no item 2, sob pena de extinção da

autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele, Chefe de Serviço**, em 22/09/2015, às 10:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/10/2015, às 14:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0731375** e o código CRC **6ED23789**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 30946/2015/SEI-MC

Brasília, 22 de setembro de 2015

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES**
Rua Vinte e Um, nº 933 - Bairro: Alto da Boa Vista
38.260-000 - São Francisco de Sales - MG
CNPJ nº 03.320.957/0001-03

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.049110/2015-87.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 21426/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, referente à renovação da outorga do serviço.
2. A esse respeito, informo que essa entidade deve observar o prazo mencionado na Nota Técnica, para se manifestar sobre o assunto e apresentar a documentação enumerada, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/10/2015, às 14:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0731384** e o código CRC **695B2F31**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 30946/2015/SEI-MC

Brasília, 22 de setembro de 2015

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES**

Rua Vinte e Um, nº 933 - Bairro: Alto da Boa Vista

38.260-000 - São Francisco de Sales - MG

CNPJ nº 03.320.957/0001-03

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.049110/2015-87.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 21426/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, referente à renovação da outorga do serviço.

2. A esse respeito, informo que essa entidade deve observar o prazo mencionado na Nota Técnica, para se manifestar sobre o assunto e apresentar a documentação enumerada, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 08/10/2015, às 14:14, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0731384** e o código CRC **695B2F31**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 21426/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53900.049110/2015-87.**

Processo de Outorga nº: 53710.001286/1999.

Assunto: Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Francisco de Sales**, estado de **Minas Gerais**, por meio da Portaria nº 96, publicada no DOU de 22/2/2005, e Decreto Legislativo nº 287, publicado no DOU de 6/7/2006.

ANÁLISE

2. Vale consignar que a vigência da referida outorga terá seu termo final em 6/7/2016. Dessa forma, caso a entidade tenha interesse em solicitar a renovação, deverá apresentar, impreterivelmente, até o dia **6/6/2016**, os itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual;

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto, devidamente registrado, conforme subitens 8.2 e 8.3 da Norma nº 01/2011;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

VII. CPF de todos os dirigentes; e

VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para, caso tenha interesse em renovar a outorga, **apresentar** a documentação elencada no item 2 desta Nota Técnica, no prazo fixado no item 2, sob pena de extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele, Chefe de Serviço**, em 22/09/2015, às 10:13, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**,
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 08/10/2015, às 14:14, conforme art.
3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html>
informando o código verificador **0731375** e o código CRC **6ED23789**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

SCE/CGRC
Of. nº 30946/2015/SEI-MC, 22 de setembro de 2015
53900.049110/2015-87
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E
CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES
Rua Vinte e Um, nº 933 - Bairro: Alto da Boa Vista
38.260-000 São Francisco de Sales - MG



AO REMETENTE



(mudou-se)
Inf: Alcides

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS

<input checked="" type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Falecido
<input type="checkbox"/> Desconhecido	<input type="checkbox"/> Ausente
<input type="checkbox"/> Recusado	<input type="checkbox"/> Não Procurado
<input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente	
<input type="checkbox"/> Não existe o n.º indicado	
<input type="checkbox"/> Informação escrita pelo porteiro ou síndico	

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

EM 23.10.15

EM _____ Responsável _____

Valéria Maria Moraes Toledo
Mat. 8.871.547-2

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Gestão de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O
70044-900 - Brasília - DF

NOME OU RAZÃO SOCIAL		SCE/CGRC Of. nº 30946/2015/SEI-MC, 22 de setembro de 2015 53900.049110/2015-87	
ENDEREÇO / ADRESSE		ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES	
CEP / CODE POSTAL		Rua Vinte e Um, nº 933 - Bairro: Alto da Boa Vista 38.260-000 São Francisco de Sales - MG	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION __/__/__	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			



JO 39755326 3 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT
AGENCIA MIO.COM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/ /	/ /	/ /			
:	h	:	h	:	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Controle de Serviços de Comunicação Eletrônica
Espanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo II Sala 300-C
70044-500 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITE

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--

Data de Envio:

21/12/2015 10:34:55

De:

MC/SEARC (SEI-MC) <searc.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

ailtonunes@gmail.com

Assunto:

Rádio Comunitária (Ministério das comunicações)

Mensagem:

Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo de nº 53900.049110/2015-87, os documentos de interesse a essa entidade estão sendo devolvidos pelos correios. Solicitamos que a entidade atualize junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Informo que já está disponível o CADSEI, sistema desenvolvido pelo MiniCom que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica.

Mais informações: <http://www.comunicacoes.gov.br/sei/cadsei>

Dúvidas: duvidasradcom@comunicacoes.gov.br

Atenciosamente,

Serviço de Apoio Administrativo à Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária SEARC/RADCOM
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE/MC
Ministério das Comunicações



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 8330/2016/SEI-MC

Ao Senhor
Edílson Yonoki Borges
Representante Legal da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São
Francisco de Sales
Avenida 18, nº 318 - Fundos
38260-000 - São Francisco de Sales/MG
CNPJ nº 03.320.957/0001-03

Assunto: **Encaminhamento de ofício devolvido pelos Correios.**
Referência: **Processo nº 53900.049110/2015-87.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 30946/2015/SEI-MC, devolvido pelos correios pelo seguinte motivo: (...) mudou-se.
2. Dessa forma, solicitamos que a entidade atualize junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
3. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema desenvolvido pelo MiniCom que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://www.comunicacoes.gov.br/sei/cadsei> ou duvidasradcom@comunicacoes.gov.br.

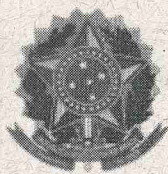
Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 18/03/2016, às
09:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1021663** e o código CRC **9476E4D9**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 8330/2016/SEI-MC

Ao Senhor
Edílson Yonoki Borges
Representante Legal da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales
Avenida 18, nº 318 - Fundos
38260-000 – São Francisco de Sales/MG
CNPJ nº 03.320.957/0001-03

Assunto: **Encaminhamento de ofício devolvido pelos Correios.**
Referência: **Processo nº 53900.049110/2015-87.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 30946/2015/SEI-MC, devolvido pelos correios pelo seguinte motivo: (...) mudou-se.
2. Dessa forma, solicitamos que a entidade atualize junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
3. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema desenvolvido pelo MiniCom que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://www.comunicacoes.gov.br/sei/cadsei> ou duvidasradcom@comunicacoes.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 18/03/2016, às 09:39, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1021663** e o código CRC **9476E4D9**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 30946/2015/SEI-MC

Brasília, 22 de setembro de 2015

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES**

Rua Vinte e Um, nº 933 - Bairro: Alto da Boa Vista

38.260-000 - São Francisco de Sales - MG

CNPJ nº 03.320.957/0001-03

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.049110/2015-87.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 21426/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, referente à renovação da outorga do serviço.

2. A esse respeito, informo que essa entidade deve observar o prazo mencionado na Nota Técnica, para se manifestar sobre o assunto e apresentar a documentação enumerada, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, **Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/10/2015, às 14:14, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0731384** e o código CRC **695B2F31**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 21426/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53900.049110/2015-87**.

Processo de Outorga nº: 53710.001286/1999.

Assunto: Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Francisco de Sales**, estado de **Minas Gerais**, por meio da Portaria nº 96, publicada no DOU de 22/2/2005, e Decreto Legislativo nº 287, publicado no DOU de 6/7/2006.

ANÁLISE

2. Vale consignar que a vigência da referida outorga terá seu termo final em 6/7/2016. Dessa forma, caso a entidade tenha interesse em solicitar a renovação, deverá apresentar, impreterivelmente, até o dia **6/6/2016**, os itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual;

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto, devidamente registrado, conforme subitens 8.2 e 8.3 da Norma nº 01/2011;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

VII. CPF de todos os dirigentes; e

VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para, caso tenha interesse em renovar a outorga, **apresentar** a documentação elencada no item 2 desta Nota Técnica, no prazo fixado no item 2, sob pena de extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele, Chefe de Serviço**, em 22/09/2015, às 10:13, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/10/2015, às 14:14, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0731375** e o código CRC **6ED23789**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

S/n.

SCE/CGRC

Of. nº 8330/2016/SEI-MC, 18/03/2016

53900.049110/2015-87

EDÍLSON YONOKI BORGES

ASS. COMUNIT. DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO
DE SALES

AVENIDA 18, Nº 318 - FUNDOS

38260-000

SÃO FRANCISCO DE SALES/MG

REGISTRADO URGENTE



REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY



PESO / WEIGHT (kg)

JO 45709569 5 BR



S/n.

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS

☐ Malhada ☐ Falado
☐ Desconhecido ☐ Ausente
☐ Recusado ☐ Não Procurado
☒ Endereço Insuficiente
☒ Não existe o nº indicado
☐ Não remissão
☐ Informação escrita pelo porteiro
ou Síndico

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em / /
Em / /

10/06/2016
10/06/2016

(ETIQUETA OU CARIMBO NP)

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O
70044-900 - Brasília - DF

NOME OU RAZÃO SOCIAL		SCE/CGRC Of. nº 8330/2016/SEI-MC, 18/03/2016 53900.049110/2015-87	
ENDEREÇO / ADRE		EDILSON YONOKI BORGES ASS. COMUNIT. DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES	
CEP / CODE POSTAL		AVENIDA 18, Nº 318 - FUNDOS 38260-000 SÃO FRANCISCO DE SALES/MG	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm



EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 103/2012 - GP7 LOGÍSTICA LTDA; Locação de Veículos Automotores de passageiros, sem motorista; Objeto do Termo Aditivo: 1.1. Prorrogar a vigência do Contrato por mais 06 (seis) meses, pelo período de 24/04/2016 a 19/10/2016. Contratada: GP7 LOGÍSTICA LTDA. Valor Global do Contrato: 459.573,36 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e setenta e três reais e trinta e seis centavos). Data da Assinatura: 22/04/2016. Vigência: 24/04/2016 a 19/10/2016.

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 57/2014 - ANGELS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA; Prestação de serviço de vigilância armada e desarmada no Ed. Sede da ECT-RJ; Objeto do Termo Aditivo: 1.1. Prorrogar a vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses, pelo período de 25/04/2016 a 25/04/2017; Contratada: ANGELS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA. Valor Global do Contrato: 2.708.832,48 (dois milhões, setecentos e oito mil, oitocentos e trinta e dois reais e quarenta e oito centavos). Data da Assinatura: 22/04/2016. Vigência: 25/04/2016 a 25/04/2017.

DIRETORIA REGIONAL EM RONDÔNIA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato:02/2016; Objeto: Contratação Emergencial dos Serviços de Manutenção Preventiva e corretiva, com aplicação de peças em ar condicionado do tipo JANELA e Tipo SPLIT no Âmbito da DR/RO; Contratada: TEKIOS ENGENHARIA LTDA - EPP, CNPJ: 02.606.033/0001-05; Valor global: R\$ 73.775,40 (setenta e três mil e setecentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos); Origem: DLE - 16000002/2016, Data da Assinatura: 04/05/2016; Vigência: 04/05/2016 a 04/08/2016.

DIRETORIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2016

NUP: 53168.000782/2016-14 Objeto: 3 (três) postos de Vigilância desarmada, com LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA (CNPJ 10.364.152/0001-27). Valor: R\$ 253.803,36. Data da Ratificação: 05/05/2016. Embasamento Legal: Lei 8666/93 Art 24 Inciso IV.

DIRETORIA REGIONAL EM SÃO PAULO INTERIOR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 171/2015 de Prestação de Serviços de Apoio Administrativo - Porteiros; Objeto do Termo Aditivo: Supressão Contratual; Contratada: LIMPAC SISTEMA DE SERVIÇOS DE PORTARIA E LIMPEZA LTDA. - EPP; Valor global R\$ 2.309.921,04; Data da Assinatura: 29/04/2016; Vigência: a partir de 01/05/2016.

AVISOS DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16000015/2016

Objeto: Aquisição de aparelho eletroeletrônico, por meio do Sistema de Registro de Preços - SRP, conforme Edital. Licitação homologada. O lote 1 fracassado: todas as licitantes foram desclassificadas ou inabilitadas e o lote 2 do objeto foi adjudicado à empresa: BRASIDAS EIRELI, no valor global equalizado de R\$ 2.829,06.

JOÃO CRISTIANO PAVAN ARAUJO
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16000016/2016

Objeto: Aquisição de aparelhos eletroeletrônicos, por meio do Sistema de Registro de Preços - SRP, conforme Edital. Licitação homologada. O lote 1 do objeto foi adjudicado à empresa: SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA, no valor global equalizado de R\$ 34.025,83, o lote 2 à empresa LICIMASTER COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EIRELI - ME, no valor global equalizado de R\$ 16.269,41 e o lote 3 à empresa BRÁSIDAS EIRELI - ME, no valor global equalizado de R\$ 4.859,20, o lote 4 foi fracassado.

CAMILA CRISTINA BATISTA PAIVA
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16000019/2016

Objeto: Prestação de serviço de transporte rodoviário de cargas-LTR-SPI-0409, conforme Edital. Licitação homologada. O objeto foi adjudicado à empresa: RAPIDO REUNIDOS VIAGNES E TURISMO EIRELI - EPP, no valor global de R\$ 175.299,84.

JOÃO CRISTIANO PAVAN ARAUJO
Pregoeiro

DIRETORIA REGIONAL EM SÃO PAULO METROPOLITANA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16000011 - GERAD/DR/SPM

Objeto: aquisição de Rolamentos de primeira linha, para utilização nos equipamentos separadores de objetos postais das DR's SPI, SPM, RJ, CE, PE, RS, PR, SC, MG e GO. Download do edital no sítio <http://www.licitacoes-e.com.br>. (ID desta licitação 622412). O acolhimento das propostas no referido sítio dar-se-á a partir das 10h00min do dia 06/05/2016. Abertura das Propostas: 19/05/2016 às 08h30min. Início da Disputa de Lances às 09h30min do dia 19/05/2016 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico geradpre-gao@correios.com.br. No campo "assunto" mencionar PGE 16000011.

VALTER ANUNCIACÃO DOS SANTOS JÚNIOR
Pregoeiro

DIRETORIA REGIONAL EM SERGIPE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato 42/2015 - 1º Termo Aditivo; Objetivo: Formalizar o acréscimo no valor global do Contrato nº 42/2015; Contratante: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Contratada: JCL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI LTDA; Valor Global: altera de R\$59.687,76 para R\$61.119,99 (sessenta e um mil, cento e dezenove reais e noventa e nove centavos); Prazo de execução permanece inalterado. Data da assinatura: 11/01/2016; Vigência: 11/01/2016 a 11/01/2017; Conta Orçamentária: 70B01.12403.020001; Origem: TP 02/2015.

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO

A Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, no uso das suas atribuições resolve, pelo presente Edital, NOTIFICAR a entidade abaixo relacionada, por se encontrar em lugar incerto e não sabido ou sem possibilidade de entrega de correspondência, conforme motivos constantes das devoluções de AR Postal, para apresentação dos documentos e/ou esclarecimentos solicitado no ofício relacionado, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste Edital. A não manifestação da entidade implicará o indeferimento do pedido de renovação de outorga, com a consequente extinção da autorização. A documentação deverá ser remetida ao <http://sistema.mc.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf> ou à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, no endereço Esplanada dos Ministérios - Ministério das Comunicações - Bloco "R" - Anexo - 3o Andar - Ala Oeste -CEP: 70044-900 - Brasília - D.F.

UF	LOCALIDADE	Nº DO PROCESSO	NOME DA ENTIDADE	Nº DO OFÍCIO E DATA	MOTIVO DA DEVOLUÇÃO
SE	SÃO CRISTÓVÃO	53900.044663/2015-43	CENTRO COMUNITÁRIO JOSÉ BATALHA DE GÓIS	10689/2016 de 08/04/2016	MUDOU-SE

A Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, no uso das suas atribuições resolve, pelo presente Edital, NOTIFICAR O INDEFERIMENTO do processo da entidade abaixo relacionada, por se encontrar em lugar incerto e não sabido ou sem possibilidade de entrega de correspondência. A interessada poderá solicitar a revisão da decisão, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste Edital. A não manifestação da entidade implicará o arquivamento do processo correspondente. A documentação deverá ser remetida ou <http://sistema.mc.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf> ou à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, no endereço Esplanada dos Ministérios - Ministério das Comunicações - Bloco "R" - Anexo - 3º Andar - Ala Oeste -CEP: 70044-900 - Brasília - D.F.

UF	LOCALIDADE	Nº DO PROCESSO	ENTIDADE	Nº DO OFÍCIO E DATA	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
CE	ITAREMA	53000.007039/2014-28	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS ORGANIZADOS DE BARBOSA	6379/2016 DE 04/03/2016	Norma nº 1/2011 Subitem 8.1 e alíneas

A Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, no uso das suas atribuições resolve, pelo presente Edital, NOTIFICAR as entidades abaixo relacionadas, por se encontrarem em lugar incerto e não sabido ou sem possibilidade de entrega de correspondência, conforme motivos constantes das devoluções de AR Postal, para apresentação dos documentos e/ou esclarecimentos solicitado nos ofícios relacionados, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste Edital. A não manifestação das entidades implicará o indeferimento do pedido de renovação de outorga, com a consequente extinção da autorização. A documentação deverá ser remetida ao <http://sistema.mc.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf> ou à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, no endereço Esplanada dos Ministérios - Ministério das Comunicações - Bloco "R" - Anexo - 3o Andar - Ala Oeste -CEP: 70044-900 - Brasília - D.F.

UF	LOCALIDADE	Nº DO PROCESSO	NOME DA ENTIDADE	Nº DO OFÍCIO E DATA	MOTIVO DA DEVOLUÇÃO
AL	JACARÉ DOS HOMENS	53000.007331/2014-41	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE JACARÉ DOS HOMENS	10998/2016 de 08/04/2016	MUDOU-SE
MG	ALPERCATA	53000.057906/2011-23	RADIO COMUNITÁRIA EXCEL FM	7953/2016 de 11/03/2016	DESCONHECIDO
DF	BRASÍLIA	53900.049723/2015-14	ASSOCIACAO DE DIFUSAO COMUNITARIA UTOPIA	8367/2016 de 18/03/2016	MUDOU-SE
MG	SERICITA	53900.043959/2015-47	ASSOCIAÇÃO DE APOIO E ASSISTÊNCIA A JUVENTUDE SERICITENSE	7749/2016 de 11/03/2016	NÃO PROCURADO
MG	SÃO FRANCISCO DE SALES	53900.049110/2015-87	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES	8330/2016 de 18/03/2016	MUDOU-SE
SC	MIRIM DOCE	53900.044655/2015-05	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE MIRIM DOCE	8679/2016 de 18/03/2016	RECUSADO
GO	PARAÚNA	53900.011467/2014-10	ASSOCIAÇÃO CULTURAL SERRA DAS GALES	8555/2016 de 18/03/2016	MUDOU-SE
MT	BARÃO DE MELGAÇO	53900.007665/2014-14	ASSOCIAÇÃO CULTURAL MELGASSENSE	8559/2016 de 18/03/2016	ENDERECO INSUFICIENTE
CE	SENADOR POMPEU	53900.043294/2015-71	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ALTO DO BODE	8552/2016 de 18/03/2016	RECUSADO
PB	UMBUZEIRO	53900.044202/2015-71	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE UMBUZEIRO	8485/2016 de 118/03/2016	MUDOU-SE
MT	CAMPOS DE JÚLIO	53900.007664/2014-70	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ART., CULTURAL, INFORMATIVO E SOCIAL DE CAMPOS DE JÚLIO	8609/2016 de 18/03/2016	MUDOU-SE
MT	CAMPOS DE JÚLIO	53900.011558/2014-47	ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DOS PIONEIROS DE CAMPOS DE JÚLIO	8618/2016 de 18/03/2016	NÃO PROCURADO
GO	VALPARAÍSO DE GOIÁS	53900.021629/2014-10	SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E SOCIAL DO CEU AZUL	11578/2016 de 08/04/2016	DESCONHECIDO

**PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ A : ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES A
FAVOR DE ADILSON SOARES DE SOUZA NA FORMA QUE SEGUE :**

Pelo particular instrumento de procuração, virem que ao 04 de maio de 2016 compareceu como outorgante: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES, pessoa jurídica de direito privado, escrita no CNPJ 03.320.957/0001-03 ,com sede e foro na Rua Doze Nº 3.650 C/02 Bairro Novo Horizonte , São Francisco de Sales, MG, neste ato representada por seu presidente Luiz Humberto de Assis ,brasileiro, desquitado, Autônomo ,portadora da CI/RG MG-20496107 SSP/MG e do CPF 743.486.716-72 residente e domiciliado a Rua Doze Nº 3.650 C/02 Bairro Novo Horizonte, São Francisco de Sales, MG,, nomeia e constitui seu bastante procurador ADILSON SOARES DE SOUZA brasileiro,casado, Técnico em Telecomunicações, registrado no CREA-DF sob o numero 9631/TD, portador da CI/RG M.5.773.960 SSP/MG e do CPF 744.523.396-20 residente e domiciliado a Rua Onze Nº 47 Bairro Jose Correa Machado –Montes Claros /MG,como mandatário,a quem outorga amplos poderes para praticar todos os atos referente a esta Associação junto a Anatel e ao Ministério das comunicações podendo para tanto prestar declarações e informações ,juntar e retirar documentos, assinar termos ,formulários, requerimentos ,projetos,praticar em fim todos os atos indispensáveis ao fiel desempenho deste mandato.

São Francisco de Sales, 04 de maio de 2016



Luiz Humberto de Assis

Luiz Humberto de Assis

CPF. 743.486.716-72

Presidente

SERVIÇOS DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS

NATURAIS E DE NOTAS

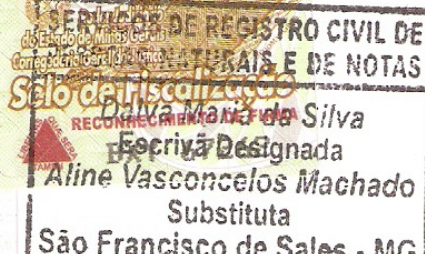
Rua 07, nº 408, centro – São Francisco de Sales-MG.

Reconheço como AUTENTICA a(s) firma(s) de:

Luiz Humberto de Assis, dou fé**

São Francisco de Sales/MG, 06/05/2016

Em testº da verdade.



Bel. Daiva Maria da Silva- Escrivã designada
(Emol. R\$ 4,20- Rec R\$ 0,25 - TFJ R\$ 1,38- cada)

SOLICITAÇÃO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Ao Senhor Diretor de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Assunto: Renovação de Outorga

Processo nº: 539000491102015

Local: São Francisco de Sales -MG

Em atenção ao ofício acima indicado e relativo à solicitação de documentação para sanear pendências no processo de renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em nome da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES, solicito prorrogação de prazo, pois em razão de ter tido dificuldade em reunir os associados para assembleia de alteração do estatuto e registro do mesmo não será possível cumprir as exigências dentro do prazo estabelecido.

São Francisco de Sales 06 de junho de 2016.



P/P Adilson Soares de Souza

Nome do representante da entidade: Luiz Humberto de Assis
CPF: 743.486.716-72

Endereço para correspondência: Avenida Doze Nº 3650 c/01 Parque Boa Vista, São Francisco de Sales MG-CEP. 38.260-000

Telefone para contato: 0XX-38_-32152294;

Correio eletrônico (e-mail): adilson@asrengeenharia.com.br

ATENÇÃO: A prorrogação do prazo somente poderá ser concedida se a requerente apresentá-la, com a devida justificativa, antes do fim do prazo indicado para a resposta.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 22457/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor

LUIZ HUMBERTO DE ASSIS

Representante Legal da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales
Avenida Doze, nº 3650, Casa 1 - Parque Boa Vista
38.260-000 - São Francisco de Sales - MG
CNPJ nº 03.320.957/0001-03

Assunto: **Deferimento do pedido de prorrogação de prazo para envio de documentos relativos ao processo nº 53900.049110/2015-87.**

Senhor Representante Legal,

1. Em atendimento ao Requerimento SEI 1171647, por meio da qual Vossa Senhoria solicitou prorrogação de prazo para atendimento das pendências relacionadas na Nota Técnica nº 21426/2015/SEI-MC, informo sobre o deferimento do pedido.
2. Assim, fica estabelecido o prazo de **30 dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa entidade encaminhe a documentação pendente, sob pena de **indeferimento** do processo.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o número do respectivo Processo, bem como deste Ofício, a fim de viabilizar o trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 24/06/2016, às 16:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1196477** e o código CRC **618A03D9**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 22457/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.049110/2015-87 - Nº SEI: 1196477

NOME OU RAZÃO SOCIAL

SEI/MGRC

ENDEREÇO / ADRESSE

Of. nº 22457/2016/SEI-MCTIC, 24/06/2016

53900.049110/2015-87

LUIZ HUMBERTO DE ASSIS

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE
SÃO FRANCISCO DE SALES

CER / CODE POSTAL

AVENIDA DOZE, Nº 3650, CASA 1 - PARQUE BOA VISTA

38.260-000

SÃO FRANCISCO DE SALES - MG

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

04/07/2016

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Cláudia Nova Laria

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

1827.097.426-91

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

006.758.525

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JO 39168614 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE OF DEPOSIT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MIMCOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

____/____/____

: h

____/____/____

: h

____/____/____

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Espaço dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 306
70344-500 Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

de "Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Ideb"

[illegible]

2. A validade de demissão do diretor de Escola
3. A substituição de membros do Conselho Escolar

③ Elección de nuevos directores y miembros de la
Comité Comunitario. ④ Alteración de ordenes

Com a presidente da Comissão Comunitária de Comunicação e Cultura de São Paulo

curso de 100 Edición Janet Borgo una provincia
les damos derechos y concedidos de antedicho

Cartão de Trabalho, cumprimentando a todos
e agradando, por serem os visitantes.

mon, febre e hemie. São gls. Sentes, gls. de
Larvas a presente Cita. Rare as presentes, e
menormente. Larvas e o núcleo de clonias de

representante da empresa e o diretor de comércio
internacional, representando pedidos por crédito e
o pedido por stock, remanejando os cargos que

Jerom elites, Choandogue-fo Jerom Caves
(1250729) SEI 53900.043541/2016-

divulgar os seus cargos, para que outros possam

consunsumos e de serem a continuidade no trabalho que vem sendo desenvolvido desde a fundação da Associação e que não teriam condições de continuar dirigindo a empresa de a prioridade para que deveria continuar em 30 de junho de 2017, data em que vence o atual mandato. Assim, foi decidido em caráter ex-urgente para os interessados, os presentes na reunião todos aceitaram por aceitar a diretoria, para desgravar mais as condições e disponibilidade para assumir a presidência, buscando assim o nome de Luiz Humberto de Faria que aceita a cargo continuando como pai de todos. Diante deste manifesto o presidente criou os nomes um de substituto e outro para fazer o dia, sendo eleito por unanimidade, ficando assim composta a nova diretoria para o mandato de 10 de fevereiro de 2016 a 30 de junho de 2017.

Kauller Ferreira Moraes
Assessor Jurídico
OAB/MG 408.004

Diretor - Presidente: Luiz Humberto de Faria
Endereço: Rua da Liberdade, 12, nº 3600 Cx. Alta Boa Vista, Pcs. Francisco de Sales MG, telefone CPF: 743 486 716 72, RG nº MG 20 496 107.

Diretor Administrativo: Claudio Nair Sario
Endereço: Rua da Liberdade, 12, nº 3600 Cx. Alta Boa Vista, Pcs. Francisco de Sales MG, CPF: 827 097 426 91, RG MG 8 373 714.

(1250729) Opiçã SE 153900.043541/2016-11

Endereço: Rua da Liberdade, 12, nº 3600 Cx. Alta Boa Vista, Pcs. Francisco de Sales MG, telefone CPF: 743 486 716 72, RG nº MG 20 496 107.

cremido, 4 119 1243. Bocharal, em Pontal
do GPF 114 126 676 05, R 8 MG 17 867 940.
v. 5 Francisco de Sales MG.

Conselho Comunitário: Henry Roger, peares dos
Pontes, brochins, Instituto Auxiliar de Exa-
tório, Presidência da Avenida 14 nº 3335, no
rio Mourante, pe- Francisco de Sales MG e
Lamar, Jca dos Reis, Instituto Greguino de
Fundamentos pábli.

2º, Agmar fixi dos Reis, Insulino, de regitador de
funcionários públicos, residente via Almeida
12, nº 3783, bós Francisco de Sales MG, CPF 363
171.536 00, RG MG 18064025

3º Lorrainy Gonodney Barbosa, Inscricao
Profissional: Engenharia Civil, residente em
avenida 14 nº 3435 Boa Vista, PS, Pim
Cidade de Goiás MG; CPF: 081 663 916 78. RG
MG 14 795 524.

4º Edilson Yonaki Borges, brasileiro, casado, de, cor, branca, residente em avenida 18 nº 318, Quindiz, São Francisco de Sales MG portador do CPF 039 468 481 91, RG nº MG 13 326 191

5º Márcio, Márcio Conceição Silva, brasileiro, solteiro, empresário, residente em av. 03 nº 663 São Francisco de Sales MG portador do CPF 039 379 581 35, RG 5476 249

Em seguida, tomamos posse e entregamos as
chaves do imóvel ao titular. Sendo do tipo
(1250/29) SEI 53900.043541/2016-1
premiatura, a administração a substituir e

ATA DE RE-RATIFICAÇÃO

Aos trinta dias do mês de maio de 2016, a diretoria da ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES, MINAS GERAIS, reuniu-se extraordinariamente as 20:00 horas na sede da associação, situada na Avenida 12-3650 c/01 Parque Boa Vista, para Re-Ratificar a ATA de posse da diretoria da associação, lavrada em três de fevereiro de 2016, das folhas 38/40, deste livro visto que por omissão ou falta de atenção deixou de constar os seguintes membros da diretoria: Vice Presidente: Jairo Oliveira Marques, desquitado, pecuarista, residente na Avenida 16-3194, Novo Horizonte, CPF: 853.889.636-91, RG: MG-703.117; 2º Tesoureiro: Jéssika Kamila Santos, solteira, universitária, residente na Avenida 18-977, Parque Boa Vista, CPF: 119.258.786-35, RG-MG-186.631-86; 1º Secretária: Sirlene Mara Faria, casada, autônoma, residente na Rua 11-2281, centro, CPF: 705.964.336-20, RG: MG-4.699.491; 2º Secretária: Silvia Helena Mendes de Paula, casada, Assistente Social, residente na Avenida 16-735, Novo Horizonte, CPF: 048.801.636-35, RG: MG-12.188.972. Conselho Fiscal efetivo: Thiago Borges Oliveira, solteiro, funcionário publico, residente na Avenida 12-3203, centro, CPF-100.100.026-93, RG-MG-16.553.152; Davi Marcos Cunha Camargo, vendedor, residente na Rua Alameda 1 -1.275, bairro Devanir Antônio Dias, CPF: 071.972.216-09, RG: 14.261.564, Aline Ferreira Alves, solteira, professora, residente na Avenida 18 - 324, Novo Horizonte, CPF: 110.175.306-45, RG: MG-15.331.998. Suplentes: Luciene Aparecida Soares, união estável, conselheira tutelar, residente na Rua 1-116, Novo Horizonte, CPF: 876.048.176-53, RG: MG-6.958.461; Dione Clécio de Oliveira, solteiro, empresário, residente na Avenida 12-3.703, Parque Boa Vista, CPF: 091.841.506-37, RG: 16.007.154; Paulo Henrique Lacerda Mendonça, solteiro, funcionário publico, residente na Rua 15-805, Parque Boa Vista, CPF: 853.847.636-04, RG: M-6.556.298. Ficando assim certo e verdadeiro da seguinte forma: Presidente Luiz Humberto de Assis; Vice Presidente Jairo Oliveira Marques; Tesoureiro Maikow Jhordan Faria Teixeira; 2º Tesoureiro Jéssika Kamila Santos; Secretaria Sirlene Maria Faria; 2º Secretaria Silvia Helena Mendes de Paula; Diretor de patrimônio Cláudia Nair Faria; Conselho Fiscal efetivo Thiago Borges Oliveira; Davi Marcos da Cunha Camargo; Aline Ferreira Alves. Suplentes: Luciene Aparecida Soares; Dione Clécio de Oliveira; Paulo Henrique Lacerda de Mendonça. Conselho Comunitário: Keny Roger Soares dos Santos; Agmar José dos Reis; Lorrainy Gonçalves Barbosa; Edilson Yonoky Borges; Narcia Aline Conceição Silva. Ratifica-se os dizeres da mesma. Eu Sirlene Maria Faria, secretária, lavrei o presente que após lido e achado conforme, segue assinado por mim pelo presidente e por todos presentes. São Francisco de Sales-MG, 30 de maio de 2016. (aa) Sirlene Maria Faria, Luiz Humberto de Assis, Claudia Nair Faria, Dione Clécio de Oliveira, Keny Roger Soares dos Santos, Silvia Helena Mendes de Paula, Thiago Borges de Oliveira, Jairo Oliveira Marques, Rubrica, Narcia Aline C. Silva, Paulo Henrique L. Mendonça, Aline Alves Ferreira, Davi M. Cunha Camargo, Jéssica Kamila Faria dos Santos, Maikow Jhordan Faria Teixeira, Agmar José dos Reis, Luciene Aparecida Soares, Lorrainy Gonçalves Barbosa.-

Keulle Ferreira Moraes
Assessor Jurídico
OAB MG 082294

REGISTRADO NO CARTÓRIO DE PESSOAS JURÍDICAS

Livro 18-7 Folhas 35 v. Sobre o Nº 030

Protocolado Livro 18-7 Folhas 35 Sobre o Nº 030

Itapagipe-MG 07/05/2016

Jéssica Laurindo da Cunha

Sueli Trivelato de Queiroz

Tabellã

Patrícia Barbosa de Freitas
Tabellã Substituta

Jéssica Laurindo da Cunha
Escritor Autorizada





VALÍDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Brasão Federal
Código de Polícia
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Nome
LUIZ HUMBERTO DE ASSIS
Nascimento
28/9/1963
Número
743.481.716-72

REGISTRO CIVIL E ANEXO
AUTÊNTICO e presente cópia conforme
original apresentando, Dou fe
S. Francisco de Sales - **MOÇAMBIQUE**
Em feitura de da verdade
Gel. D. Maria da Silva
Escrit. Designada

Atenção: Este documento é válido apenas para fins de identificação e não pode ser usado para fins de identificação em outros países.
Este documento é válido apenas para fins de identificação e não pode ser usado para fins de identificação em outros países.
Este documento é válido apenas para fins de identificação e não pode ser usado para fins de identificação em outros países.
Este documento é válido apenas para fins de identificação e não pode ser usado para fins de identificação em outros países.
Este documento é válido apenas para fins de identificação e não pode ser usado para fins de identificação em outros países.
Este documento é válido apenas para fins de identificação e não pode ser usado para fins de identificação em outros países.
Este documento é válido apenas para fins de identificação e não pode ser usado para fins de identificação em outros países.
Este documento é válido apenas para fins de identificação e não pode ser usado para fins de identificação em outros países.
Este documento é válido apenas para fins de identificação e não pode ser usado para fins de identificação em outros países.
Este documento é válido apenas para fins de identificação e não pode ser usado para fins de identificação em outros países.



REGISTRO CIVIL E ANEXO
AUTÊNTICO e presente cópia conforme

original apresentando, Dou fe

S. Francisco de Sales - **MOÇAMBIQUE**

Em feitura de da verdade

Gel. D. Maria da Silva

Escrit. Designada



S. Francisco de Sales - **MOÇAMBIQUE**

Em feitura de da verdade

Escrit. Designada

REGISTRO CIVIL E ANEXO

AUTENTICO a presente cópia conforme original apresentando. Dou fe

S. Francisco de Sales - MG 24/6/2016

Em test. _____ da verdade

Bel Dalva Maria da Silva

Bel Dalva Maria da Silva

Escritur Designada



NASCIMENTO		NASCIMENTO	
DATA	08/01/2007	DATA	08/01/2007
LOCAL	MG-17-867.940	LOCAL	MG-17-867.940
NOME		NOME	
MAIKOW JHORDAN FARIA TEIXEIRA		MAIKOW JHORDAN FARIA TEIXEIRA	
MATERNA		MATERNA	
JOAO BATISTA TEIXEIRA DOS SANTOS		JOAO BATISTA TEIXEIRA DOS SANTOS	
PATRINA		PATRINA	
CLAUDIA NAIR FARIA		CLAUDIA NAIR FARIA	
MATERNA		MATERNA	
ITURAMA-MG		ITURAMA-MG	
NASC. LV-2A PL-37V		NASC. LV-2A PL-37V	
SAO FRANCISCO DE SALES-MG		SAO FRANCISCO DE SALES-MG	
24/6/1993		24/6/1993	
P11-2048		P11-2048	
1. VITA		1. VITA	



REGISTRO CIVIL E ANEXO

AUTENTICO a presente cópia conforme original apresentando. Dou fe

S. Francisco de Sales - MG 24/6/2016

Em test. _____ da verdade

Bel Dalva Maria da Silva

Bel Dalva Maria da Silva

Escritur Designada





REGISTRO CIVIL E ANEXO
AUTENTICO a presente cópia conforme original apresentando Dou fe
S. Francisco de Sales - MG
Em 07/07/2016 da cidade de
Bel. Dalva Maria da Silva
Escritva Designada



REGISTRO CIVIL E ANEXO
AUTENTICO a presente cópia conforme original apresentando Dou fe
S. Francisco de Sales - MG
Em 07/07/2016 da cidade de
Bel. Dalva Maria da Silva
Escritva Designada

REGISTRO CIVIL E ANEXO



REGISTRO CIVIL E ANEXO
AUTENTICO a presente copia conforme original autenticado. Dou fe

S. Faria Maria dos Santos - MG 03/03/2016

Ente (seu) _____ da verificação

Bel. Dalva Maria da Silva

Escritur Designada

AMISTANDO DA FOLHA DA
Recarta Federal
Cadastro de Pessoas Físicas
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
705.964.336-20

SIRLENE MARIA FARIA DOS SANTOS

Nascimento
01/01/1965

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
BE15.7656.3CCD.38DC

A autenticação desta comprovante deverá ser confirmada no Internet, no endereço

www.recarta.fazenda.gov.br

Campanhante emitido pela
Secretaria de Receita Federal do Brasil
em 16/03/09 do dia 26/12/2011 (hora e data de Brasília)
digno verificador: 00

MG-4.699.491 23/01/2012

SIRLENE MARIA FARIA DOS SANTOS

JOSE AVELINO DE FARIA
MAIR MARIA DE FARIA

CAMPINA VERDE-MG 1/1/1965

CAS. LV-1 FJ-242
SAO FRANCISCO DE SALES-MG

LEITE ALBERTO

REGISTRO CIVIL E ANEXO
AUTENTICO a presente copia conforme original autenticado. Dou fe

S. Francisco de Sales - MG 03/03/2016

Ente (seu) _____ da verificação

Bel. Dalva Maria da Silva

Escritur Designada



Des.
ACJ

Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas

ESTATUTO DA "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES".

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO

ARTIGO 1 - Sob a denominação de **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES**, fica constituída uma associação comunitária sem fins lucrativos, que regerá pelo presente estatuto e pela legislação específica.

ARTIGO 2 - A sede da Associação será à Rua Vinte e Um, nº 933 na cidade de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais.

ARTIGO 3 - A Associação terá como objetivo a exploração e instalação de serviço de radiodifusão sonora, com a finalidade de atender aos moradores da comunidade de São Francisco de Sales-MG, com os seguintes objetivos:

- a) - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) - oferecer mecanismos a formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível;

ARTIGO 4. O tempo de duração da sociedade é por prazo indeterminado.

DOS SÓCIOS

2
m

ARTIGO 5 - São considerados sócios todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem residentes na área de atuação da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES mediante preenchimento de formulário próprio, seja pessoa física ou entidades em geral, sediadas na comunidade a ser atendida, desde que legalmente constituídas, que sejam aprovadas pela Diretoria, e que mantenham fiel obediência a este estatuto e deliberações da sociedade.

ARTIGO 6 - A Associação será composta por número ilimitado de sócios, distinguidos em três categorias, a saber:

1 - Sócios fundadores: - os que assinaram a ata de fundação;

2 - Sócios honorários: - os que se distinguem por benefícios, relevantes à Associação ou à coletividade;

3 - Sócios contribuintes: - qualquer pessoa física ou jurídica que contribua mensalmente com qualquer importância por ele designada ou patrocínio sob a forma de apoio cultural.

ARTIGO 7 - Terão direito a voto nas Assembléias as categorias de sócios fundadores, honorários, e contribuintes, estes últimos desde que em dia com a sua contribuição e quite com seu compromisso sob a forma de apoio cultural.

PARÁGRAFO ÚNICO - Somente terão direito a voto nas Assembléias os brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

ARTIGO 8 - Os membros da associação não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

DA DIRETORIA

ARTIGO 9 - A Associação será dirigida por uma Diretoria Executiva eleita em Assembléia Geral, para um período de (03) três anos, podendo ser reeleita.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os membros da diretoria deverão manter domicílio ou residência na área da comunidade atendida.

ARTIGO 10 - Os membros da diretoria deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

1 - É vedado participar da administração membros que ocupem cargo eletivo, que assegure imunidade parlamentar ou foro especial.

2 - É vedado participar da administração membros que ocupem cargo de direção em outras entidades detentoras de outorga para exploração de serviços de radiodifusão ou de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura e outras congêneres.

ARTIGO 11 - A Diretoria será composta dos seguintes cargos diretores:

- 1 - Presidente
- 2 - Vice-Presidente
- 3 - Secretário
- 4 - 2º Secretário
- 5 - Tesoureiro
- 6 - 2º Tesoureiro
- 7 - Diretor de Patrimônio

PARÁGRAFO ÚNICO - Os membros da diretoria desempenharão suas funções sem remuneração.

ARTIGO 12 - Compete a Diretoria Executiva:

- I - Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e as deliberações da Assembléia Geral e Conselho Fiscal.
- II - Elaborar e apresentar anualmente à Assembléia Geral e Conselho Fiscal relatório circunstanciado de suas atividades, balanço patrimonial e prestação de contas do exercício findo;
- III - Orientar toda a administração da Associação:
- IV - Apresentar ao Conselho Comunitário toda e qualquer programação para acompanhar, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e das finalidades estabelecidos no Artigo 3º da Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1.998, que rege a matéria.
- V - Compete à Diretoria compor o quadro pessoal da Associação com ao menos dois terços (2/3) de trabalhadores brasileiros.

ARTIGO 13 - Serão atribuições do Presidente:

- I - Os poderes de administração em geral, salvo os que neste estatuto são conferidos à Assembléia Geral e Conselho Fiscal, necessário ao desenvolvimento de suas atividades na Associação;
- II - Representar ativa e passivamente a Associação, judicial e extrajudicialmente, podendo para tal fim designar procurador;
- III - Em conjunto com o tesoureiro, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar convênios, contrair obrigações, empréstimos e transigir desde que emitido parecer antecipado pelo Conselho Fiscal;
- IV - Tomar medidas urgentes em defesa dos interesses da Associação.

ARTIGO 14 - São atribuições do Vice-Presidente:

- I.I - Substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II. - Desempenhar as funções que o Presidente lhe confiar.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ocorrendo a vagância do cargo de Presidente, o Vice-Presidente assumirá o cargo de Presidente e nele permanecerá até o restante do prazo para o qual foi eleito o membro substituído.

ARTIGO 15 - São atribuições do Secretário:

- I - Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral e redigir as competentes atas;
- II - Publicar todas as atividades da Associação;
- III - Assinar correspondências da Associação;
- IV - Superintender os serviços de secretaria;
- V - Atuar como relações públicas da Associação.



Des 5
nr

Arquivado no Cartório do Poder Judiciário

ARTIGO 16 - São atribuições do 2º Secretário:

- I - Substituir o 1º Secretário em suas faltas ou impedimentos.
- II - Desempenhar as funções que o 1º Secretário lhe confiar.

ARTIGO 17 - São atribuições do Tesoureiro:

- I - Arrecadar e guardar sob sua responsabilidade todos os valores e pertences da Associação.
- II - Cobrar e receber contribuições, donativos ou rendas devidas à Associação.
- III - Pagar todas as despesas, contas, obrigações, assinando com o presidente os cheques e ordem de pagamento.
- IV - Manter em ordem, clareza e atualizada a escritura contábil.
- V - Ter em mãos o valor relativo a um salário mínimo vigente para as pequenas despesas e de pagamento imediato.

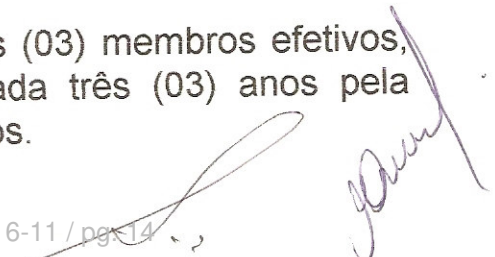
ARTIGO 18 - São atribuições do 2º Tesoureiro:

- I - Substituir o 1º Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos.
- II - Desempenhar funções que o 1º Tesoureiro lhe confiar.

ARTIGO 19 - São atribuições do Diretor de Patrimônio:

- I - Manter em ordem e atualizado o patrimônio móvel e imóvel da Associação
- II - Elaborar e apresentar o relatório patrimonial da Assembléia Geral e Conselho Fiscal.

ARTIGO 20 - O Conselho Fiscal compor-se-á de três (03) membros efetivos, cada um dos quais com um suplente, eleitos a cada três (03) anos pela Assembléia Geral da Associação, podendo ser reeleitos.



ARTIGO 21 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - Fiscalizar a gestão financeira, sem interferência na aplicação do numerário;
- II - Opinar sobre os balancetes mensais e o balanço anual, lançando sobre os mesmos o seu visto;
- III - Reunir-se ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente, quando necessário.

ARTIGO 22 - Os membros do Conselho Fiscal desempenharão suas atribuições em remuneração.

ASSEMBLÉIA GERAL

ARTIGO 23 - A Assembléia Geral é constituída por todos os sócios, no pleno gozo de seus direitos sociais.

PARÁGRAFO 1 - A Assembléia Geral reunir-se-á:

- I - Ordinariamente, de seis em seis meses, para tomar conhecimento do relatório e Balanço das contas da Diretoria, discutí-los e votá-los, bem como resolver sobre quaisquer outros assuntos de interesse social, salvo emendas e reformas do estatuto.
- II - Extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocado pelo Presidente, por proposta da Diretoria ou a requerimento de no mínimo 1/3 dos sócios.

PARÁGRAFO 2º - As Assembléias Gerais serão convocadas pelo Presidente, mediante edital afixado na Sede da Associação por circulares, meios de comunicação existentes na comunidade atendida, ou outros julgados necessários, com antecedência de no mínimo 3 (três) dias.

PARÁGRAFO 3º - As Assembléias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias deliberam em primeira convocação com presença de metade mais um dos sócios com direito voto e, em seguida convocação, após trinta minutos de intervalo, com os sócios presentes na Assembléia.

PARÁGRAFO 4º - As Assembléias Gerais, serão extraordinárias sempre que os interesses da associação exigirem o pronunciamento dos sócios e para os fins previstos em lei e nos seguintes casos: reforma dos estatutos; eleição de nova diretoria por renúncia de membros em exercício.

ARTIGO 24 - Compete à Assembléia Geral:

I - Admitir e demitir sócios;

II - Eleger por voto direto os cargos da Diretoria e Conselho Fiscal da Associação;

III - Aceitar o pedido de demissão voluntária de membros da Diretoria em exercício;

IV - Depor dos cargos por razões justas e graves, os membros da Diretoria em exercício;

V - Tomar conhecimento e aprovar ou não as prestações de contas e demais atos da Diretoria;

VI - Fixar as normas para admissão de patrocínio sobre a forma de apoio cultural, de acordo com o Artigo 18 da Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1.998, em caso de concessão de canal para prestação de serviços de radiodifusão comunitária.

CONSELHO COMUNITÁRIO

ARTIGO 25 - O Conselho Comunitário será instituído de no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe., beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas.

ARTIGO 26 - O Conselho Comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios da Lei que rege a matéria.

PATRIMÔNIO

ARTIGO 27 - O patrimônio social será constituído das contribuições dos sócios da Associação, doações, subvenções, legadas e do apoio cultural recebido nos programas transmitidos pela Rádio, da qual a Associação é detentora, em caso de concessão.

ARTIGO 28 - A alienação, hipoteca, penhor ou verba ou troca dos bens patrimoniais da associação somente poderá ser decidida por aprovação da maioria absoluta da assembléia geral extraordinária, convocada especificamente para tal fim.

EXERCÍCIO SOCIAL

ARTIGO 29 - O exercício social terá a duração de um ano, terminando em 31 de dezembro de cada ano.

ARTIGO 30 - No fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar com base na escrituração contábil da Associação, um balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício e uma demonstração das origens e aplicações de recursos.

LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 31 - A Associação poderá ser extinta por deliberação da maioria dos associados, em qualquer tempo, desde que seja convocada uma Assembléia Geral Extraordinária para tal fim.

ARTIGO 32 - A Associação também poderá ser extinta por determinação legal.

ARTIGO 33 - No caso de extinção, competirá à Assembléia Geral Extraordinária estabelecer o modo de liquidação e nomear o liquidante, assim como o Conselho Fiscal que permanecerão funcionando durante o período de liquidação.

ARTIGO 34 - Em caso de extinção da Associação os bens serão doados a entidades congêneres a partir de deliberação da Assembléia Geral em reunião Extraordinária.

TRANSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 35 - O estatuto desta Associação poderá receber alterações desde que mantidos os termos e condições inicialmente exigidos para outorga da autorização, devendo apresentar ao poder concedente para fins de registro e controle os atos que caracterizam as alterações devidamente averbados ou registrados dentro de trinta dias (30) contados de sua efetivação.

ARTIGO 36 - Os casos omissos serão analisados pela Diretoria Executiva e encaminhados à Assembléia Geral para apreciação.

ARTIGO 37 - Fica eleito o Fôro da cidade de Itapagipe, Estado de Minas Gerais, para qualquer ação fundada neste estatuto.

ARTIGO 38 - O estatuto entrará em vigor a partir da data do mesmo.

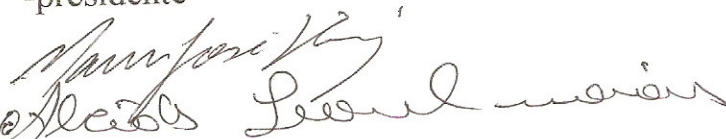
E por estarem de pleno acordo com os dizeres do presente estatuto que elaborado em três vias de igual teor e forma, firmam-no na presença de duas testemunhas adiante assinadas.


São Francisco de Sales, 01 de Julho de 1.999



Reconheço 


MARCIO LUIZ LOPES

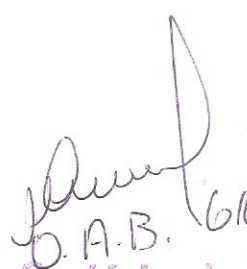
-presidente-



Reconheço a  firma de:
Marcio Luiz Lopes
do que por plano reconheço

Atestado em  por 
Itapagipe, 04 de Agosto de 1999
Sueli Trivelato de Queiroz
TABELÃO


SUELI TRIVELATO DE QUEIROZ
CPF: 01.01.01.01.01
CRC/MG: 37.890
OAB/MG: 56.497

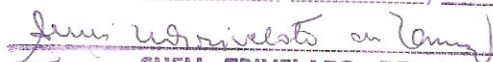

D.A.B. 6182

Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas

Livro: A.01 Folha: 134 vrs Sobre n.º: 096

protocolado livro: _____ sobre n.º: _____

Itapagipe - M.G. 04 / 08 / 1999



SUELI TRIVELATO DE QUEIROZ

Cartório do Registro Civil e Anexos
Sueli Trivelato de Queiroz
Cidade
Substituto
Sueli José de Queiroz
Telefone: (034) 424-1354 - Itapagipe - MG

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ A : ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES A FAVOR DE ADILSON SOARES DE SOUZA NA FORMA QUE SEGUE :

Pelo particular instrumento de procuração, virem que ao 04 de maio de 2016 compareceu como outorgante: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES, pessoa jurídica de direito privado, escrita no CNPJ 03.320.957/0001-03 ,com sede e foro na Rua Doze Nº 3.650 C/02 Bairro Novo Horizonte , São Francisco de Sales, MG, neste ato representada por seu presidente Luiz Humberto de Assis ,brasileiro, desquitado, Autônomo ,portadora da CI/RG MG-20496107 SSP/MG e do CPF 743.486.716-72 residente e domiciliado a Rua Doze Nº 3.650 C/02 Bairro Novo Horizonte, São Francisco de Sales, MG,, nomeia e constitui seu bastante procurador ADILSON SOARES DE SOUZA brasileiro,casado, Técnico em Telecomunicações, registrado no CREA-DF sob o numero 9631/TD, portador da CI/RG M.5.773.960 SSP/MG e do CPF 744.523.396-20 residente e domiciliado a Rua Onze Nº 47 Bairro Jose Correa Machado -Montes Claros /MG,como mandatário,a quem outorga amplos poderes para praticar todos os atos referente a esta Associação junto a Anatel e ao Ministério das comunicações podendo para tanto prestar declarações e informações ,juntar e retirar documentos, assinar termos ,formulários, requerimentos ,projetos,praticar em fim todos os atos indispensáveis ao fiel desempenho deste mandato.

São Francisco de Sales, 04 de maio de 2016



Luiz Humberto de Assis
Luiz Humberto de Assis

Luiz Humberto de Assis

PresidenteSERVIÇOS DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS
NATURAIS E DE NOTAS

Rua 07, n.º 408, centro – São Francisco de Sales-MG

Reconheço como AUTÊNTICA a(s) firma(s) de:

Luiz Humberto de Assis, dou fe²²

São Francisco de Sales/MG, 06/05/2016

4.058 Sem teste da verdade

12/29/29) Paris, etc.

Señ. Darva Maria da Silva-Escritã designada

SERVIÇOS DE REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS NATURAIS E DE NOTAS

Silo dei discepoli

SECRETARIA DE ESTADO DE SILVAP

Secura Designada
 La Linea Demarcadora de

Aline Vasconcelos Mach

Substituta

San Francisco de Sales.

Substituta
São Francisco de Sales - MG

RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE
COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES.

O Conselho Comunitário da "ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES" após reunião realizada em 30 de maio de 2016, na sede situada a Avenida Doze Nº-3650 c/01 Parque Boa Vista São Francisco de Sales -MG, analisou e aprovou a programação veiculada por essa emissora.

Os Conselheiros presentes assinam o presente relatório juntamente com a Presidente da "ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES

São Francisco de Sales 30 de maio de 2016

Luiz Humberto de Assis

Luiz Humberto de Assis

CPF: 743.486.716-72

Presidente

Conselheiros

Keny Roger

Keny Roger Soares dos Santos

CPF: 118.472.466-05

Aguiar José dos Reis

Aguiar José dos Reis

CPF: 361.171.536-00

Lorrainy

Lorrainy Gonçalves Barbosa

CPF: 081.663.916-78

Edison

Edison Yonoky Borges

CPF: 529.468.191-91

Narcia Aline C. Silva

Narcia Aline Conceição Silva

CPF: 035.379.531-35

SERVIÇOS DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS E DE NOTAS

Rua 07, nº 403, centro - São Francisco de Sales

Reconheço por semelhança a(s) assinatura(s) de:

LUIZ HUMBERTO DE ASSIS

Luiz Humberto de Assis

Em 30/05/2016, às 14h00, em presença
do Sr. [nome] [nome] [nome] do [nome]
[nome] de [nome] [nome] [nome] [nome]



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
[Secretaria]
[Departamento]
[Coordenação-Geral]

ÍNDICE DE ARQUIVO COMPACTADO

Brasília, 25 de julho de 2016.

Informo, para fins de adequação do andamento processual, que consta do presente processo, de número 53900.043541/2016-11, o arquivo compactado abaixo descrito:

Nome do Arquivo	Nº SEI
Petição	1243547

Foram extraídos do mesmo os documentos abaixo listados, que passam a integrar o processo:

Nome do Documento	Nº SEI
Petição	1250729

Por fim, atesto, para os devidos fins, que o teor dos documentos constantes do arquivo compactado não sofreu qualquer tipo de alteração.



Documento assinado eletronicamente por **Israel Alexandre Bezerra da Silva, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 25/07/2016, às 15:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1250731** e o código CRC **595E7D4A**.

**PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ A : ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES A
FAVOR DE ADILSON SOARES DE SOUZA NA FORMA QUE SEGUE :**

Pelo particular instrumento de procuração, virem que ao 04 de maio de 2016 compareceu como outorgante: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES, pessoa jurídica de direito privado, escrita no CNPJ 03.320.957/0001-03, com sede e foro na Rua Doze Nº 3.650 C/02 Bairro Novo Horizonte, São Francisco de Sales, MG, neste ato representada por seu presidente Luiz Humberto de Assis, brasileiro, desquitado, Autônomo, portadora da CI/RG MG-20496107 SSP/MG e do CPF 743.486.716-72 residente e domiciliado a Rua Doze Nº 3.650 C/02 Bairro Novo Horizonte, São Francisco de Sales, MG,, nomeia e constitui seu bastante procurador ADILSON SOARES DE SOUZA brasileiro, casado, Técnico em Telecomunicações, registrado no CREA-DF sob o numero 9631/TD, portador da CI/RG M.5.773.960 SSP/MG e do CPF 744.523.396-20 residente e domiciliado a Rua Onze Nº 47 Bairro Jose Correa Machado -Montes Claros /MG, como mandatário, a quem outorga amplos poderes para praticar todos os atos referente a esta Associação junto a Anatel e ao Ministério das comunicações podendo para tanto prestar declarações e informações, juntar e retirar documentos, assinar termos, formulários, requerimentos, projetos, praticar em fim todos os atos indispensáveis ao fiel desempenho deste mandato.

São Francisco de Sales, 04 de maio de 2016



Luiz Humberto de Assis
CPF. 743.486.716-72
Presidente

SERVIÇOS DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS
NATURAIS E DE NOTAS
Rua 07, nº 408, centro – São Francisco de Sales-MG.
Reconheço como AUTÊNTICA a(s) firma(s) de:
Luiz Humberto de Assis, dou fe --
São Francisco de Sales/MG, 06/05/2016
Em test. de verdade.
Srl. Dalva Maria da Silva, Escrivã designada
(Emol. R\$ 4,20- Rec R\$ 0,25 - TFIJ R\$ 1,58-/cada)

SERVIÇOS DE REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS NATURAIS E DE NOTAS
Selo de Reconhecimento
Reconheço a firma de Silva
Escrivã Designada
Aline Vasconcelos Machado
Substituta
São Francisco de Sales - MG

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA

Qualificação da entidade	
Razão Social: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES	
Nome Fantasia:	
CNPJ:03.320.957/0001-03	
Endereço de Sede: Av. Doze	Nº 3.650
Bairro:Parque Boa Vista	CEP: 38.260.000
Cidade:São Francisco de Sales	UF:MG
Nome do representante legal: Luiz Humberto de Assis	
Endereço eletrônico (e-mail): adilson@asrengenharia.com.br	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 6º, parágrafo único da Lei nº. 9.612/1998 – Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou em cópia autenticada.

Além disso, declaro que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

São Francisco de Sales , 20 de julho de 2016



Adilson Soares de Souza
CPF.744523396-20
Procurador

Endereço de correspondência: Av. Doze Nº 3.650 casa 01	
Bairro: Parque Boa Vista	CEP: 38.260.000
Cidade:São Francisco de Sales	UF:MG

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA

1 – Estatuto social atualizado.
2 – Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
3 – Prova de maioria e nacionalidade de todos os dirigentes.
4 – Último relatório do Conselho Comunitário.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 30324/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor

RAPHAEL GARCIA DE SOUZA

Gerência de Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel
SAUS Quadra 06 Blocos. C, E, F e H - Setor de Autarquias Sul
70070-940 - Brasília/DF

Assunto: Instauração de Processo de Renovação. Funcionamento em caráter precário até decisão definitiva do Ministério das Comunicações.

Senhor Gerente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informamos a instauração do Processo nº 53900.049110/2015-87, de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES**, sediada em São Francisco de Sales/MG, para renovação da outorga referente ao período de 06 de Julho de 2006 a 06 de Julho de 2016.
2. Ressaltamos que, segundo a legislação vigente, mesmo diante de outorga vencida, a Entidade poderá executar o serviço de radiodifusão comunitária, em caráter precário, até decisão final deste Ministério. Sendo assim, é desnecessário que a Entidade apresente, neste momento, qualquer documento que comprove a regularidade da execução do serviço às autoridades de fiscalização.
3. Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 22/08/2016, às 14:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1285351** e o código CRC **19CFF445**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 30324/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.049110/2015-87 - Nº SEI: 1285351



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 30325/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES

Avenida Doze, nº 3650, Casa 1 - Parque Boa Vista

38.260-000 - São Francisco de Sales - MG

CNPJ nº 03.320.957/0001-03

Assunto: Requerimento de Renovação. Funcionamento em caráter precário até decisão definitiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Processo nº 53900.049110/2015-87.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Recebemos o pedido de renovação de outorga, referente ao período de 06 de Julho de 2006 a 06 de Julho de 2016, protocolizado sob o nº 53900.049110/2015-87, o qual se encontra em análise nesta Coordenação-Geral.
2. Importa esclarecer que, mesmo diante de outorga vencida, a Entidade poderá executar o serviço de radiodifusão comunitária, em caráter precário, até decisão final deste Ministério.
3. Por essa razão, não é necessário que a Entidade possua, neste momento, qualquer outro documento com vistas à comprovação de sua regularidade na execução do serviço em comento ou perante os demais órgãos de fiscalização.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 16/08/2016, às 13:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1285354** e o código CRC **589FF5C3**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

NOME OU RAZÃO SOCIAL

SCE/CGRC

OFÍCIO nº 30325/2016/SEI- MCTIC, de 16/08/2016

Nº DO PROCESSO: 53900.049110/2015-87

ENDEREÇO / ADDRESS

REPRESENTANTE LEGAL

ASS. COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES

CEP / CODE POSTAL

AVENIDA DOZE, Nº 3650, CASA 1 - PARQUE BOA VISTA
38.260-000 SÃO FRANCISCO DE SALES - MG

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRACION

01/09/16

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Cláudia n. Laria

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

96209587

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO





AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JG 09142699 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA UNIM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<u> </u> / <u> </u> / <u> </u>	<u> </u> / <u> </u> / <u> </u>	<u> </u> / <u> </u> / <u> </u>			
:	h	:	h	:	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Órgão de Serviço de Comunicação Eletrônica

Setor de Serviços de Comunicação Eletrônica, Bloco R, Anexo 3 Sala 300-Q

70.514-900 - Brasília - DF

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.320.957/0001-03 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 04/08/1999
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE SAO FRANCISCO DE SALES			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV DOZE	NÚMERO 3650	COMPLEMENTO CASA 1	
CEP 38.260-000	BAIRRO/DISTRITO PARQUE BOA VISTA	MUNICÍPIO SAO FRANCISCO DE SALES	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO AILTONUNES@GMAIL.COM		TELEFONE (34) 9965-9546	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/08/1999	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **23/11/2016** às **10:34:59** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA COM. CULT. SAO FRANCISCO DE
SALES
CNPJ: 03.320.957/0001-03

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:35:12 do dia 23/11/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 23/12/2016.

Certidão expedida gratuitamente.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.049110/2015 Localidade / UF: SÃO FRANCISCO DE SALES/MG
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE SAO FRANCISCO DE SALES
Aviso: 14 Publicação: 12/11/2001 Prazo: 30 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Requerimento de renovação: Petições 1171647 e 1260357.
 - 1.1) Protocolo no SEI: 6/6/2016.
 - 1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.
- 2) Estatuto Social: fls. 10 a 18 (Petição 1250729).
 - 2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 3º;
 - 2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 5º. Irregular;
 - 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 23, § 3º c/c art. 7º;
 - 2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: Sem previsão;
 - 2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 11;
 - 2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 12 e ss.;
 - 2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos: art. 9º (três anos);
 - 2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: arts. 25 e 26.
- 3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 1 a 5 (Petição 1250729). (10/2/2016*30/5/2016 - 30/6/2017)
Presidente: Luiz Humberto de Assis;
Vice-Presidente: Jairo Oliveira Marques;*
1º(a) Secretário(a): Sirlene Maria Faria dos Santos;*
2º(a) Secretário(a): Silvia Helena Mendes de Paula;*
1º(a) Tesoureiro(a): Maikow Jhordan Faria Teixeira;
2º(a) Tesoureiro(a): Jéssika Kamila Santos;*
Diretor(a) de Patrimônio: Cláudia Nair Faria.
- 4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 6 a 9 (Petição 1250729). Pendentes.
- 5) CNPJ: Certidões CNPJ e SIGEC 1516019.
- 6) Certidão Negativa da Anatel: Certidões CNPJ e SIGEC 1516019.
- 7) Declaração de conformidade: Petição 1260357.
- 8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fl. 20 (Petição 1250729). Irregular.

***PENDÊNCIAS:

- No estatuto social: (I) está previsto que a admissão do associado está condicionada à aprovação pela diretoria, o que é vedado; não está previsto o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica; (II) não há previsão do direito dos associados de votarem e serem votados para os cargos de direção; e (III) não está expresso que a diretoria será reconduzida por, no máximo, uma vez.
- Não foram encaminhados comprovantes de maioria e nacionalidade e CPF do Vice-Presidente, da 2ª Secretária e da 2ª Tesoureira.
- O Conselho Comunitário não é composto por representantes de entidades legalmente instituídas. Portanto, uma vez que o Conselho foi irregularmente constituído, isso implica a irregularidade do relatório. Além disso, não observa o disposto no art. 116 da Portaria.

*****CONCLUSÕES:**

- Não foi realizada pesquisa de vínculo.
- Será elaborada Nota Técnica a fim de corrigir a(s) pendência(s) observada(s).

FRANCISCA LETICIA BARBOSA DUARTE

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 31424/2016/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.049110/2015-87.**

Assunto: **Constatação de pendências.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Francisco de Sales**, estado de **Minas Gerais**, apresentou requerimento de renovação da autorização, em atendimento à Nota Técnica nº 21426/2015/SEI-MC.

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de **indeferimento**.

	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 131, inciso II, c/c art. 40	Estatuto social adequado à Portaria nº 4334, de 2015.	<p>Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância ao art. 40 da Portaria, conforme segue especificado:</p> <p>a. O art. 5º do estatuto está em desacordo com o art. 40, II da Portaria, uma vez que restringe o ingresso do associado à aprovação pela Diretoria. Reitera-se que a admissão do novo associado (pessoa física ou jurídica) não pode estar condicionada à aprovação pela Diretoria ou mesmo à indicação por outros associados. Além disso, não está previsto o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, em desacordo com o mesmo dispositivo.</p> <p>b. Não há previsão do direito dos associados de votarem e serem votados para os cargos de direção, conforme art. 40, IV da Portaria.</p>

			<p>c . Não está expressamente previsto que a diretoria será reconduzida por, no máximo, uma vez, conforme art. 40, V, "b" da Portaria.</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria.</p> <p>Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.</p> <p>Observação 2: as alterações estatutárias deverão ser averbadas no registro inicial do Estatuto, no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas.</p>
Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.	Art. 131, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p>O Conselho Comunitário não é composto por representantes de entidades legalmente constituídas, conforme previsão do art. 114 da Portaria.</p> <p>Além disso, o relatório encaminhado não obedece ao disposto no art. 116 da Portaria.</p> <p>Assim, para prosseguimento do Processo, a Entidade deve regularizar o Conselho Comunitário e encaminhar novo relatório sobre a grade de programação - assinado por todos os conselheiros - e no qual estejam relacionadas as entidades representadas por cada um deles.</p> <p>Observação 1: poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de</p>

			<p>moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p>Observação 2: os dirigentes da entidade interessada bem como representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p> <p>Observação 3: o relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.</p>
	Art. 42	CPF de todos os dirigentes.	<p>A Entidade deverá encaminhar cópia do CPF do <u>Vice-Presidente, Jairo Oliveira Marques, da 2ª Secretária, Sílvia Helena Mendes de Paula, e da 2ª Tesoureira, Jéssika Kamila Santos.</u></p>
Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998	Art. 6º, parágrafo único c/c art. 9º, § 2º, incisos III e IV	Comprovante de maioria/nacionalidade.	<p>A Entidade deverá enviar documento que demonstre a maioria e a nacionalidade do(s) seguinte(s) Diretor(es):</p> <p>1 - Jairo Oliveira Marques - Vice-Presidente;</p> <p>2 - Sílvia Helena Mendes de Paula - 2ª Secretária; e</p> <p>3 - Jéssika Kamila Santos - 2ª Tesoureira.</p> <p>Observação: serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p> <p>Não serão aceitos como comprovantes de maioria/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da</p>
Portaria nº 4334, de 2015	Art. 131, inciso IV		

CONCLUSÃO

3. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.
4. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.
5. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.
6. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 23/11/2016, às 10:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituta**, em 25/11/2016, às 15:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1516051** e o código CRC **A7A18071**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 45559/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES**

Avenida Doze, nº 3650, Casa 1 - Parque Boa Vista

38.260-000 - São Francisco de Sales - MG

CNPJ nº 03.320.957/0001-03

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.049110/2015-87.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 31424/2016/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituta**, em 25/11/2016, às 15:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1516091** e o código CRC **D2AADCD1**.

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO

SCE/CGRC

Of. nº 45559 /2016/SEI-MCTIC, 25/11/2016

ENDEREÇO / A

53900.049110/2015-87

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE
SÃO FRANCISCO DE SALES

CEP / CODE POST

AV. DOZE, Nº 3650, CASA 01 - PARQUE BOA VISTA
38260-000 SÃO FRANCISCO DE SALES/MG

AYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

7 / 12 / 2016

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

* Clauda nora Laria

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

827.097.426-91

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'EMPLOIÉ

41374725-6

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

JR 75042689 0 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B, Sala 305-0

70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

SOLICITAÇÃO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Ao Senhor Diretor de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Assunto: Renovação de Outorga

Processo nº : 539000491102015

Ofício :45559/2016/SEI-MCTIC

Local: São Francisco de Sales –MG

Em atenção ao ofício acima indicado e relativo à solicitação de documentação para sanear pendências no processo de renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em nome da Associação comunitária de comunicação e Cultura de São Francisco de Sales, solicito prorrogação de prazo , pois em razão de ter tido dificuldade no prazo de registro do estatuto e em reunir os associados para assembleia não será possível cumprir as exigências dentro do prazo estabelecido.

São Francisco de Sales 29 de dezembro de 2016.



P/P Adilson Soares de Souza

Nome do representante da entidade: Luiz Humberto de Assis

CPF: 743.486.716-72

Endereço para correspondência: AV.Doze Nº 3650 Casa 01 Parque Boa vista, São Francisco de Sales –MG CEP 38.260-000

Telefone para contato: 0XX-38_-32152294;

Correio eletrônico (e-mail): adilson@asrengenharia.com.br

ATENÇÃO: A prorrogação do prazo somente poderá ser concedida se a requerente apresentá-la, com a devida justificativa, antes do fim do prazo indicado para a resposta.

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ A : ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES A FAVOR DE ADILSON SOARES DE SOUZA NA FORMA QUE SEGUE :

Pelo particular instrumento de procuração, virem que ao 04 de maio de 2016 compareceu como outorgante: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES, pessoa jurídica de direito privado, escrita no CNPJ 03.320.957/0001-03 ,com sede e foro na Rua Doze Nº 3.650 C/02 Bairro Novo Horizonte , São Francisco de Sales, MG, neste ato representada por seu presidente Luiz Humberto de Assis ,brasileiro, desquitado, Autônomo ,portadora da CI/RG MG-20496107 SSP/MG e do CPF 743.486.716-72 residente e domiciliado a Rua Doze Nº 3.650 C/02 Bairro Novo Horizonte, São Francisco de Sales, MG,, nomeia e constitui seu bastante procurador ADILSON SOARES DE SOUZA brasileiro,casado, Técnico em Telecomunicações, registrado no CREA-DF sob o numero 9631/TD, portador da CI/RG M.5.773.960 SSP/MG e do CPF 744.523.396-20 residente e domiciliado a Rua Onze Nº 47 Bairro Jose Correa Machado –Montes Claros /MG,como mandatário,a quem outorga amplos poderes para praticar todos os atos referente a esta Associação junto a Anatel e ao Ministério das comunicações podendo para tanto prestar declarações e informações ,juntar e retirar documentos, assinar termos ,formulários, requerimentos ,projetos,praticar em fim todos os atos indispensáveis ao fiel desempenho deste mandato.

São Francisco de Sales, 04 de maio de 2016



Luiz Humberto de Assis

Luiz Humberto de Assis

CPF. 743.486.716-72

Presidente

SERVIÇOS DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS

NATURAIS E DE NOTAS

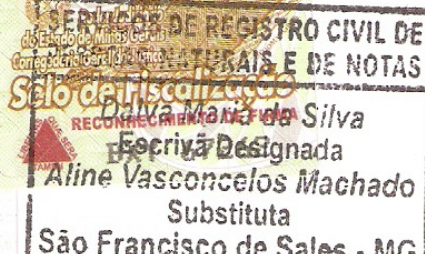
Rua 07, nº 408, centro – São Francisco de Sales-MG.

Reconheço como AUTENTICA a(s) firma(s) de:

Luiz Humberto de Assis, dou fé**

São Francisco de Sales/MG, 06/05/2016

Em testº da verdade.



Bel. Daiva Maria da Silva- Escrivã designada
(Emol. R\$ 4,20- Rec R\$ 0,25 - TFJ R\$ 1,38- cada)



República Federativa do Brasil
Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

Registro Nacional

070855169-6

Nome

ADELSON SOARES DE SOUZA

Filiação

URANIA SOARES DE SOUZA

C.P.F.

744.523.396-20

Documento de Identidade

MG-5773960 SSP-MG

Tipo Sang.

Nascimento

24/10/1970

Naturalidade

MONTES CLAROS

UF

MG

Nacionalidade

BRASILEIRA

Crea de Registro

CREA-DF

Emissão

26/10/2011

Data de Registro

07/06/2010

Ass. Presidente

[Assinatura]

Registro no Crea

DF-9631/TD



Título Profissional

Técnico em Telecomunicações

Ass. do Profissional

[Assinatura]

088044000

Vale como Documento de Identidade e tem Fé Pública (§2º do art. 56 da Lei nº 5194 de 24/12/66 e Lei nº 6206 de 07/05/75)





ESTATUTO SOCIAL DA "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES"- MINAS GERAIS.

I_ DA DENOMINAÇÃO DA SEDE E FINS

Art. 1º _ A "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES", doravante denominada Associação, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária composta por um numero ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do município de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais, com sede na Avenida 12, 3650, C/1, Parque Bom Vista.

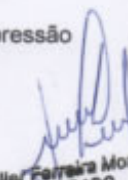
PARAGRAFO ÚNICO: A Associação utilizará como fantasia a denominação "RADIO ENERGIA FM" e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2º _ a "Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales", tem como objetivo executar serviço de radiodifusão comunitária, bem como:

I- Beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) Dar oportunidades a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) Oferecer mecanismo à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II- Respeitar e atender aos seguintes princípios:


Keuller Ferreira Moraes
ADVOGADO
OAB/MG 103.294



- a) Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§1º _ É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§2º _ Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando sempre as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§3º _ qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º _ Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalva os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art.4º _ A receita da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales-MG, será utilizada única e exclusivamente, para consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração dos seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.


Kauler Ferreira Moraes
ADVOGADO
OAB/MG 193.294



II_ DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - A Associação Comunitária de comunicação e cultura de São Francisco de Sales é constituída por um número ilimitado de associados, que serão admitidos, dentre pessoas idôneas, maiores de idade, em pleno gozo de seus direitos civis, e que manifestem interesse em contribuir para a execução dos objetivos da instituição.

§ 1º - É assegurado o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço;

§ 2º - É assegurado a todos os seus associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

§ 3º - É assegurado o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes.

§ 4º - A demissão dar-se-á a pedido do associado, mediante carta dirigida à Diretoria da Instituição, não podendo ser negada;

§ 5º - A exclusão será aplicada pela Diretoria com o aval da Assembleia Geral e ocorrerá por morte física ou por infringir qualquer disposição legal ou estatutária, 30 (trinta) dias após o associado ter sido notificado por escrito.

§ 6º - O associado poderá recorrer à Assembleia Geral dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de recebimento da notificação.

§ 7º - O recurso terá efeito suspensivo até a realização da primeira Assembleia Geral.

§ 8º - A eliminação considerar-se-á definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no (§ 6º) deste artigo.

Art. 6º- A Associação será composta pelas seguintes categorias de associados:


Keulier Ferreira Moraes
ADVOGADO
OAB/MS 103.794



I- Fundadores – formados por todos aqueles que assinaram a Ata de fundação.
II- Contribuintes ou efetivos – qualquer pessoa física ou jurídica que contribua mensalmente com qualquer importância por ele designada ou patrocínio sob a forma de apoio cultural.
III- Honorários – os que se distinguem por benefícios relevantes à Associação ou à coletividade.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em assembleia geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

- a) O direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do Art. 12º;
- b) Manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela AG;
- c) Respeitar e cumprir as decisões tomadas pela AG bem como pela diretoria.

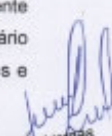
Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este Estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para esse fim, para deliberação fundamentada, assegura o amplo direito de defesa do associado em questão.

III – DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10º - São órgãos da Associação:

- a) – Assembleia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Comunitário.

Art. 11º - A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação da Associação, será composta por seus Associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no mês de fevereiro, para avaliação e prestação de contas da diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente ocorrer a cada quatro anos para eleição da diretoria e do conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.


Kauter Ferreira Moraes
ADVOGADO
OAB/MG 151.294



§1º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes, à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da Associação e estúdio, bem como na sede das entidades que compõe o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

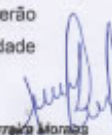
§3º A AG deliberará em primeira convocação somente com metade e mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

§4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis, ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência, e deliberará conforme este Estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

Art.12º -A diretoria da Associação, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Geral (presidente), um Diretor Administrativo, e um diretor de operações, eleitos em Assembleia Geral para o mandato de quatro anos sendo vedada mais de uma reeleição consecutiva para o mesmo cargo.

§1º - A diretoria da Associação poderá ser substituída para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembleia Geral respeitadas as disposições dispostas no §2º.

§2º - Apenas farão parte da diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida, e ainda tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.


Kauter Ferraz Moraes
ADVOGADO
OAB/MS 101.384



Art.13º - São atribuições;

I – Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade;
- b) Convocar as reuniões e Assembleias Gerais;
- c) Representar a Associação em atos públicos ou internos;
- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da Associação;
- e) Apresentar relatório anual a Assembleia Geral, acerca do balanço patrimonial e o relatório de atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidade afins;
- h) Criar e instalar serviços e departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembleia Geral.

II -De cada dirigente:

- a) Ao presidente compete: representar a Associação, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da Associação, movimentar conta bancária, conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembleia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;
- b) Ao Diretor Administrativo compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da Associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o presidente todos os documentos concernentes a vida financeira da Associação, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as Atas, ter sob sua guarda os livros, Atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e


Kestler Ferreira Moraes
ADVOGADO
OAB/MG 153.254



da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;

- c) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos, legais técnicos e qualitativos, gerir e capitar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

Art.14º - O Conselho Comunitário eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da diretoria será composto por, no mínimo. Cinco pessoas representantes de entidades das comunidades da comunidade local, tais como Associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

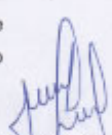
PARAGRAFO ÚNICO: O Conselho Comunitário deverá organizar-se através do seu Regimento Interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação bem como sua avaliação.

IV- DAS ELEIÇÕES

Art.15º - Aschapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembleia Geral de eleição, por requerimento a comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendado de, no mínimo um décimo de associados aptos a votar.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de 20% dos votos válidos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.


Kauêl Ferreira Moraes
ADVOGADO
OAB/RJ 193.284



V - DA PROGRAMAÇÃO

Art.16º -A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre Radiodifusão comunitária.

PARAGRAFO ÚNICO: Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública epidemias e as transmissões obrigatórias dos poderes executivos, judiciário e legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI – DA RECEITA E DO PATRIMONIO

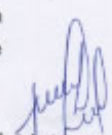
Art. 17º - O Patrimônio e Receita da Associação será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Paragrafo único – Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

VII – DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art.18º - Este Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art.19º - A dissolução da Associação ocorrerá segundo decisão de Assembleia Geral, e o remanescente do seu patrimônio líquido será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na assembleia.

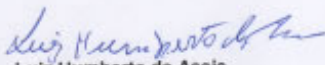

Keuller Ferreira Moraes
ADVOGADO
OAB/MG 183.394

VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.20º - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela diretoria com recurso a AG, pelo Associado que se achar prejudicado.

Art.21º - o presente Estatuto foi aprovado na AG de 09 (nove) de dezembro de 2016, e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

São Francisco de Sales- Minas Gerais, 09 de dezembro de 2016.

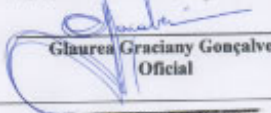

Luiz Humberto de Assis
presidente


Keuller Ferreira Moraes
ADVOGADO
OAB/SP 113.384

**OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS
JURÍDICAS**

Averbado sob nº 02, à margem do Registro nº
096, no Livro próprio A-1, fl. nº 134 verso.

Itapagipe-MG, 26 de Dezembro de 2016.-


Glaurea Graciany Gonçalves
Oficial

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Glaurea Graciany Gonçalves
Oficial
Itapagipe-MG

Poder Judiciário - TJMG
Corregedoria Geral de Justiça
CARTÓRIO 1ª OF. TD/PJ ITAPAGIPE MG
Selo: A5E61154 Cod.Segurança:0721.6797-4123-6806
Quantidade de Ates Protocolados: 15
Emol:163,54 TxfJ: 83,71 Total:R\$ 247,25
Consulte a validade deste Selo no site
<http://selos.tjmg.jus.br>



RADIO ENERGIA FM 87,9 MHZ

**ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA
DE SÃO FRANCISCO DE SALES-MG.**

AVENIDA 12, 3.650-Boa Vista- Fone (34) 99977-3360.

radioenergiafm@hotmail.com CNPJ:03.320.957/0001-03

GRADE DA PROGRAMAÇÃO:

DAS 05:00 AS 08:00 HS: PROGRAMA SERTÃO CABOCLO:

_MUSICAS SERTANEJA RAIZ;

_06:00 HS AVE MARIA

DAS 08:00 AS 11:00 HS: ENERGIA SHOW:

_HOROSCOPO;

_RESUMO DE NOVELAS;

_RECEITA DO DIA;

_PEDIDO MUSICAL COM MUSICAS SERTANEJA, POPULAR E INTERNACIONAL.

DAS 11:00 AS 12:00 HS: JORNAL DAS 11:

_ NOTICIAS : POLICIA, SENADO, ESPORTE UTILIDADE PUBLICA E OUTROS

DAS 12:00 AS 16:00 HS: ENERGIA HITS:

_ MUSICAS SERTANEJA UNIVERSITARIO, FLASH BACK, MPB;

_PARTICIPAÇÃO DO OUVINTE POR TELEFONE E WHATSAPP;

_DICA DE BELEZA;

DAS 16:00 AS 19:00 HS: PARADÃO SERTANEJO:

_MUSICAS SERTANEJA RAIZ E UNIVERSITARIA, PEDIDO MUSICAL.

_18:00 HS AVE MARIA

DAS 19:00 AS 20:00HS: VÓZ DO BRASIL.

DAS 20:00 AS 22:00 HS: TERRITORIO SERTANEJO

_MUSICAS

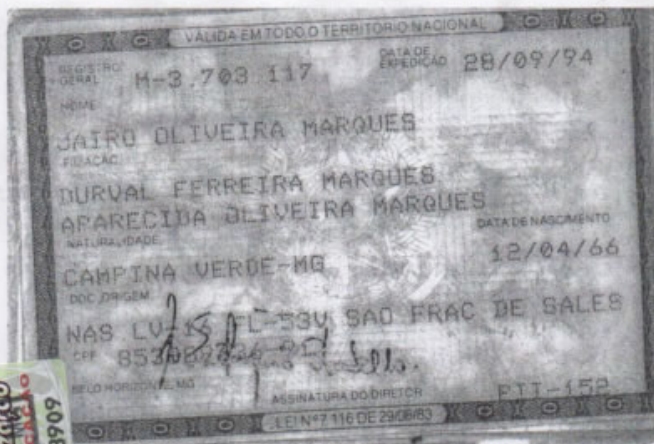
DAS 22:00 AS 00:00 : ARENA SERTANEJA

_MUSICAS

DAS 00:00 AS 05:00 HORAS:

MUSICAS VARIADA; INTERNACIONAL, POP E MPB

DAS 5:00 AS 00:00 HORAS EM TODAS AS PROGRAMAÇÕES, A CADA 30 MINUTOS APOIO CULTURAL E UTILIDADE PUBLICA.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
853.889.636-91

Nome
JAIRO OLIVEIRA MARQUES

Nascimento
12/04/1966

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
7B89.CCD3.CA6E.9487

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às **14:38:29** do dia **26/01/2012** (hora e data de Brasília)
dígito verificador: **00**



REGISTRO CIVIL E ANEXO
AUTENTICO a presente cópia conforme
original apresentando. Dou fé
S. Francisco de Sales - MG 14/12/2016
Em test. [Signature] da verdade
[Signature]
Bel. Dalva Maria da Silva
Escrivã Designada

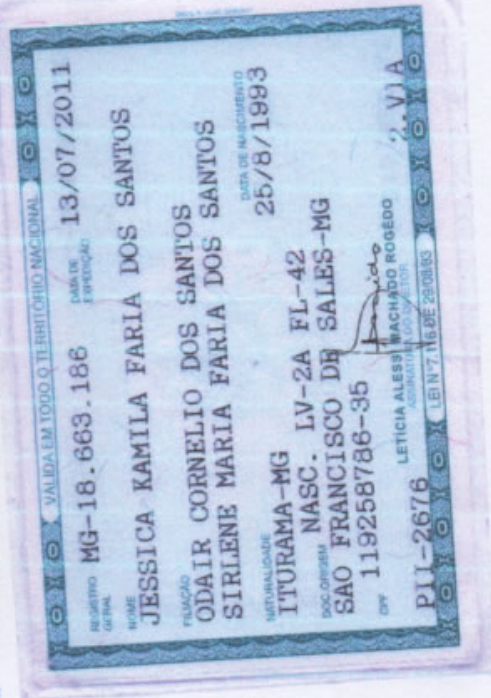


REGISTRO CIVIL E ANEXO
AUTENTICO a presente cópia conforme
original apresentando. Dou fé

S. Francisco de Sales - MG 14/12/2016

Em test. *Aline Vasconcelos Machado* da verdade

Aline Vasconcelos Machado
Substituta



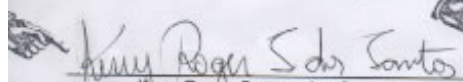
RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA "Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales"

O Conselho Comunitário da "Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales" após reunião realizada em 16 de dezembro de 2016, na sede situada a AV. Doze N° 3.650 Casa 01, Parque Boa Vista – São Francisco de Sales – MG, após ouvirem aprovaram a programação veiculada por essa emissora.

Os Conselheiros presentes assinam o presente relatório da "Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales"

São Francisco de Sales, 16 de dezembro de 2016

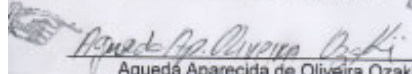
Conselheiros



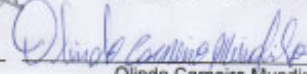
Keny Roger Soares dos Santos
CPF: 118.472.466-05
Paroquia São Francisco de Sales
CNPJ 21.238.639/0001-02



Renata de Souza Gomide
CPF: 071.885.378-44
Sindicato Rural de São Francisco de Sales
CNPJ 19.937.838/0001-34



Agueda Aparecida de Oliveira Ozaki
CPF: 513.947.156-68
Igreja Int. da Graça de DEUS
CNPJ: 30.902.803/0001-00



Olindo Carneiro Mundinho
CPF: 785.472.298-68
Sindicato dos trabalhadores Rurais
CNPJ 20.055.810/0001-52



Francisco G. de Macedo Neto

CPF: 047.648.266-66
Cooperativa Rural do Triângulo
CNPJ 42.876.300/0001-89

SERVIÇOS DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS E DE NOTAS
Rua 07, nº 406, Centro - São Francisco de Sales - MG
Recorrido por: [assinatura] (s) de
KENY ROGER SOARES DOS SANTOS
RENATA DE SOUZA DOS SANTOS
AUREA APARECIDA DE OLIVEIRA OZARI
OLINDO CARNEIRO MURRINHO
FRANCISCO GAUDÊNCIO DE MACHADO REY
Data: 07/07/2017
Valor: R\$ 22,00 - R\$ 6,00 - R\$ 1,50 - R\$ 1,50 - R\$ 7,00 - Total: R\$ 31,00

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
CFB 90472
RECONHECIMENTO DE FIRMA
CFB 90471
RECONHECIMENTO DE FIRMA
CFB 90470
RECONHECIMENTO DE FIRMA
CFB 90469
RECONHECIMENTO DE FIRMA
CFB 90468

SERVIÇOS DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS E DE NOTAS
Daiva Maria da Silva
Escrivã Designada
Aline Vasconcelos Machado
Substituta
São Francisco de Sales - MG



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de Minas Gerais

Cartório de Registro Civil de Honorópolis-MG
CIRLEI VITORIA FREITAS
Oficial Designada
(34) 3414-1169
CERTIDÃO DE CASAMENTO

Livro: B-02

Folhas: 251

Termo: 541

CERTIFICO que do Livro, Folha e Termo, Citados, do Registro de Casamento Consta, que em Doze (12) de Agosto de Dois Mil e Seis (2.006) o Acento Referente ao Casamento de **JOAQUIM PEREIRA DA SILVA NETO** e **SILVIA HELENA MENDES DE PAULA**, ele natural de Campina Verde-MG, nascido em 29 (Vinte e Nove) de julho (07) de Mil Novecentos Setenta e Um (1971), motorista, filho de Celso Pereira da Silva, falecido e de Valdelice Menezes da Silva.

Ela, natural deste distrito de Honorópolis, nascida em Vinte e oito (28) de junho (06) de Mil Novecentos Setenta e Sete (1977), estudante, filha Antônio Vicente de Paula e de Maria Aparecida Mendes.

CONTRAÍDO PERANTE: O Juiz de Paz Enio Freitas Pamplona.
E AS TESTEMUNHAS: As Constantes do Termo.

O Regime Adotado é o de Comunhão Parcial de bens. Após o casamento, os contraentes continuarão com os mesmos nomes de solteiros.

OBSERVAÇÕES:

Honorópolis-MG, 12 de Agosto de 2006.

Cirlei Vitoria Freitas
OFICIAL



SERVIÇOS DE REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS NATURAIS E DE NOTAS

Daiva Maria da Silva
Escriturária Designada

Alina Conceição Machado
Substituta
Francisco de Sales - MG



REGISTRO CIVIL E ANEXO
AUTENTICO a presente cópia conforme

original apresentando. Dou fé

S. Francisco de Sales - MG 14/12/2006

Em test. da verdade

Bel. Daiva Maria da Silva

Escriturária Designada

Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais e Defuntas

Dalva Maria Vasconcelos
Escritório de Registro Civil

Aline Vasconcelos
Salão de Fissilando

Sua Nota Autenticacao

São Francisco de Sales - BRAC

REGISTRO CIVIL E ANEXO
AUTENTICO a presente cópia conform.

original apresentando. Dou fé

S. Francisco de Sales - MG 14/12/2016

Em test Paul: da verdade

Em test. Final da verdade

Aline Vasconcelos Machado
Substituta

Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais - DE NOTAS

Dalva Maria da Silva

Escritório de Fiscalização
Aline Vasconcelos Martins
AUTENTICAÇÃO
Assinatura 88912 MG
São Francisco de Sales

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITACAO

DECLARACAO DE RESIDENCIA

DECLARANTE
SILVIA HELENA MENDES DE PAULA

DECLARACAO DE RESIDENCIA

CPF
048.801.636-35

DATA NASCIMENTO
28/06/1977

DECLARANTE
ANTONIO VICENTE DE PAULA

DATA NASCIMENTO
10/06/2013

DECLARANTE
MARIA ADRIANECIA MENDES

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279



DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

DATA NASCIMENTO
13/07/2021

DECLARANTE
03797153279

<

	
MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal	
CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS	
Nome SILVIA HELENA MENDES DE PAULA	Nº de inscrição 048801636-35
Data do Nascimento 28/06/77	

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Silvia Helena Mendes de Paula

Assinatura

SILVIA HELENA MENDES DE PAULA

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 11/03/99

O
R
P
R
E
S

ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO
FRANCISCO DE SALES

São Francisco de Sales 02 de janeiro de 2017

Ao

Ministério da Ciência ,Tecnologia ,Inovações, e Comunicações

Secretaria de serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária

Referencia : Processo : 53900.049110/2015-87

Nota Técnica: 31424/2016/SEI-MCTIC

Em resposta ao ofício Nº 45559/2016/SEI-MCTIC e nota técnica Nº31424/2016-SEI-MCTIC estamos enviando documentos com alterações, sanando assim as irregularidades enviadas na nota técnica acima citada : Estatuto atualizado e copia de documentos .

Desde já grato pela atenção



Adilson Soares de Souza
Procurador

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.049110/2015 Localidade / UF: SÃO FRANCISCO DE SALES/MG
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE SAO FRANCISCO DE SALES
Aviso: 14 Publicação: 12/11/2001 Prazo: 30 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Requerimento de renovação: Petições 1171647 e 1260357.
 - 1.1) Protocolo no SEI: 6/6/2016.
 - 1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.
- 2) Estatuto Social: Petições 1598535 a 1598543.
 - 2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º, caput;
 - 2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 5º, caput e § 1º. Irregular;
 - 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 5º, §§ 2º e 3º;
 - 2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 5º, §§ 2º e 3º c/c art. 8º, ?a?;
 - 2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 12, caput;
 - 2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 13;
 - 2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 12, caput (quatro anos);
 - 2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 14.
- 3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 1 a 5 (Petição 1250729). (10/2/2016*30/5/2016 - 30/6/2017). Mandato de três anos previsto no estatuto anterior.

Presidente: Luiz Humberto de Assis; (26/9/1968 - 743.486.716-72)
Vice-Presidente: Jairo Oliveira Marques; (12/4/1966 - 853.889.636-91)
1º(a) Secretário(a): Sirlene Maria Faria dos Santos; (1/1/1965 - 705.964.336-20)
2º(a) Secretário(a): Sílvia Helena Mendes de Paula; (26/6/1977 - 048.801.636-35)
1º(a) Tesoureiro(a): Maikow Jhordan Faria Teixeira; (24/6/1993 - 114.176.676-05)
2º(a) Tesoureiro(a): Jéssika Kamila Faria dos Santos; (25/8/1993 - 119.258.786-35)
Diretor(a) de Patrimônio: Cláudia Nair Faria. (22/7/1972 - 827.097.426-91)
- 4) Comprovações de maioria e nacionalidade: fls. 6 a 9 (Petição 1250729) e Petições 1598545, 1598547 e 1598550.
- 5) CNPJ: Certidões CNPJ e SIGEC 1516019.
- 6) Certidão Negativa da Anatel: Certidões CNPJ e SIGEC 1516019.
- 7) Declaração de conformidade: Petição 1260357.
- 8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: Petições 1598544 e 1598548.

***PENDÊNCIAS:

- No caput do art. 5º do estatuto social está prevista, como condição para a admissão do associado, a idoneidade do interessado, critério subjetivo que restringe o ingresso na Associação.

- A 1ª Secretária, Sirlene Maria Faria dos Santos, e a Diretora de Patrimônio, Cláudia Nair Faria, são irmãs (grau de parentesco em 2º grau). A 1ª Secretária é mãe da 2ª Tesoureira, Jéssika Kamila Faria dos Santos; e a Diretora de Patrimônio é mãe do 1º Tesoureiro, Maikow Jhordan Faria Teixeira (graus de parentesco em 1º grau). Por conseguinte, a 1ª Secretária é tia do 1º Tesoureiro e a Diretora de Patrimônio é tia da 2ª Tesoureira (grau de parentesco em 3º grau). Essa relação configura vínculo familiar.

***CONCLUSÕES:

- Consultou-se o sítio da Anatel e verificou-se que a Associação não possui débitos.
- Em razão da constatação do vínculo familiar, e tendo em vista o art. 132, III da Portaria, será sugerida a não renovação da outorga.
- Será elaborada Nota Técnica a fim de garantir à Radiodifusora o contraditório e a ampla defesa.
- Será encaminhado Memorando à CGFI para apurar eventual infração cometida pela Radiodifusora.

FRANCISCA LETICIA BARBOSA DUARTE

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 12365/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.049110/2015-87.**

Assunto: **Não Renovação de Outorga. Abertura de prazo para defesa.**

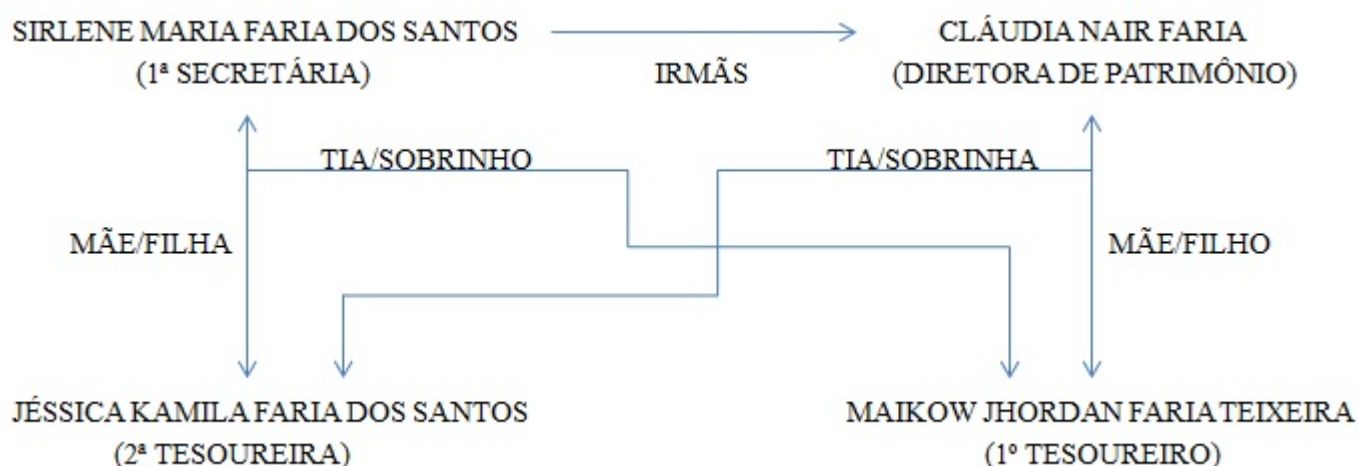
SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES**, entidade autorizada para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Francisco de Sales**, estado de **Minas Gerais**.

ANÁLISE

2. O interesse em renovar a outorga do serviço foi apresentado em 6/6/2016 (Petições 1171647 e 1260357), e o prazo para a solicitação de renovação se encerrava no mesmo dia. Portanto, o pedido de renovação de outorga é tempestivo.

3. Dito isso, após análise dos autos, verificou-se que a 1ª Secretária, Sirlene Maria Faria dos Santos, e a Diretora de Patrimônio, Cláudia Nair Faria, são irmãs (grau de parentesco de 2º grau). A 1ª Secretária é mãe da 2ª Tesoureira, Jéssika Kamila Faria dos Santos; e a Diretora de Patrimônio é mãe do 1º Tesoureiro, Maikow Jhordan Faria Teixeira (graus de parentesco de 1º grau). Por conseguinte, a 1ª Secretária é tia do 1º Tesoureiro e a Diretora de Patrimônio é tia da 2ª Tesoureira (grau de parentesco de 3º grau). A relação pode ser visualizada da seguinte forma:



4. Essa relação de parentesco configura vínculo familiar de acordo com o art. 25, § 2º, II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015.

5. De acordo com o art. 132, parágrafo único da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, a existência de vínculo é vício de **caráter insanável**. Ademais, conforme previsão do art. 137, parágrafo único da mesma Portaria, o dispositivo já está em vigor, uma vez que transcorreu o prazo de um ano da publicação da Portaria.

6. Portanto, com base no art. 6º, § único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, segundo o qual "A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes", e no art. 132, III da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, segundo o qual "A renovação será indeferida nos casos em que: [...] III - constatada a existência de vínculo", será sugerido o indeferimento da renovação da outorga.

CONCLUSÃO

7. Com base nesses argumentos, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pela **não renovação** da outorga da Entidade.

8. Sugere-se, ainda, que a Requerente seja notificada acerca da decisão e, se desejar, apresente **defesa**, em atendimento aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, no prazo de **30 dias**, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação, o pleito de renovação de outorga será **indeferido**.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 14/06/2017, às 13:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 21/06/2017, às 14:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1937265** e o código CRC **2F9176D9**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 24544/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

LUIZ HUMBERTO DE ASSIS

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES**

Avenida Doze, nº 3650, Casa 1 - Parque Boa Vista

38.260-000 - São Francisco de Sales - MG

CNPJ nº 03.320.957/0001-03

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.049110/2015-87.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 12365/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 21/06/2017, às 14:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1937315** e o código CRC **848CA0A1**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 24544/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.049110/2015-87 - Nº SEI: 1937315

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 24544/2017/SEI-MCTIC, 21/06/2017

53900.049110/2015-84

LUIZ HUMBERTO DE ASSIS

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA
DE SÃO FRANCISCO DE SALES

Avenida Doze, nº 3650, Casa 01 – Parque Eoa Vista.

38260-000 São Francisco de Sales / MG

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

maicon floriano F. Teles

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

03/07/17

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

6.958.525

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

30 JUN 2017



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS-CN07

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JR 43565685 8 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

28 JUN 2017

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h

: h

: h

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação Geral de Radiodifusão - CIRC

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste

70.044-900 Brasília-DF

CIDADE / LOCALITE

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 22520/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.049110/2015-87**.

Assunto: **Indeferimento do Processo de Renovação de Outorga. Abertura de prazo recursal.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales**, entidade autorizada para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Francisco de Sales**, estado de **Minas Gerais**.

ANÁLISE

2. Por meio da Nota Técnica nº 12365/2017/SEI-MCTIC (1937265), esta Coordenação-Geral informou à Entidade sobre a existência de vínculos familiares e concedeu prazo de **30 dias** para que apresentasse defesa. A referida Nota Técnica foi recebida em 30/06/2017.

3. Ocorre que, até a presente data, a radiodifusora não se manifestou, restando comprovada sua falta de interesse processual.

CONCLUSÃO

4. Com base nesses argumentos, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **indeferimento** do pedido de renovação da outorga da Entidade.

5. Sugere-se, ainda, que a Requerente seja notificada acerca da decisão e, se desejar, apresente **recurso administrativo**, em atendimento aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa e ao duplo grau de jurisdição administrativa, no prazo de **30 dias**, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação, será extinta a autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 29/09/2017, às 13:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 03/10/2017, às 17:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2260492** e o código CRC **4A444B61**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.049110/2015-87

SEI nº 2260492

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 22520/2017/SEI-MCTIC, constante no processo nº 53900.049110/2015-87, de sorte a indeferir o pedido de renovação da outorga da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales, autorizada por meio da Portaria nº 96, publicada no Diário Oficial da União em 22 de fevereiro de 2005, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Sales / MG, em razão da existência de vínculo.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 08/11/2017, às 20:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2260501** e o código CRC **54CA6E46**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.049110/2015-87

SEI nº 2260501



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 42829/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales (CNPJ nº 03.320.957/0001-03)

Avenida Doze, nº 3650, Casa 1 - Parque Boa Vista

38.260-000 - São Francisco de Sales - MG

Assunto: **Indeferimento do pedido de renovação da Outorga / Processo nº 53900.049110/2015-87.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que o processo de renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales, sediada em São Francisco de Sales / MG, foi indeferido, conforme Nota Técnica nº 22520/2017/SEI-MCTIC, em anexo.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que a entidade, se desejar, apresente recurso administrativo, em atendimento aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 03/10/2017, às
17:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2260503** e o código CRC **12941860**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 42829/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.049110/2015-87 - Nº SEI: 2260503

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 42829/2017/SEI-MCTIC, 03/10/2014
53900.049110/2015-87

ASS. COMUNITARIA DE COMUNICAÇÃO E
CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES

Avenida Doze, nº 3650, Casa 1 - Parque Boa Vista
38.260-000 São Francisco de Sales - MG

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

30/11/17

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

T. Paulo José da Silva

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

827.097.426-81

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

99997084

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16



114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AVIS CN07

AN

(CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO)

JT 22657232 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

28 NOV 2017

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

Ministério da Comunicação

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.
70.044-900 Brasília - DF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

**RADIO ENERGIA FM 87,9 MHZ**

Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de
São Francisco de Sales-mg.

Avenida 12, 3.650-Boa Vista- Fone (34)3413-0943.
radioenergia87.9@gmail.com CNPJ:03.320.957/0001-03

JUSTIFICATIVA

E com o devido respeito que venho através de este prestar esclarecimentos a respeito do **ofício recebido em 30/11/2017**.

PROCESSO: 53900.049110/2015-87

NOTA TÉCNICA: 22520/2017/SEI-MCTIC.

Em junho de 2017, recebi o ofício nº **24544/2017/SEI-MCTIC**, nota técnica; **12365/2017/SEI-MCTIC**, comunicando que havia uma irregularidade na composição da diretoria da **ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA**, (parentesco), sugerindo que a Requerente apresentasse defesa no prazo de 30 dias sob pena de indeferimento.

Saliento que assim que recebi o ofício, procurei o mais rápido possível apresentar justificativa, e encaminhei juntamente com a ATA da nova diretoria já composta desde **03 de junho de 2017**.

Ocorre que a diretoria anterior da Associação se sentido leigos no assunto e temendo cometer erros, em 04 de maio de 2016 contrataram os serviços de um **técnico em telecomunicações** para que representasse a Associação junto ao Ministério, para tratar da Renovação da Outorga, e todos os documentos destinados ao Ministério foram encaminhados a este técnico, sendo assim desde que assumi estava certa de que tudo corria bem, no entanto em 30/11/2017, recebi o ofício do ministério me comunicando que até a presente data a radiodifusora não havia se manifestado em sua defesa referente a nota técnica nº **12365/2017/SEI-MCTIC** e que a coordenação-geral se posicionara pelo indeferimento do pedido de outorga da Entidade.

Sendo assim após muitas tentativas de contato, sem resultado, com o técnico contratado, em fevereiro de 2018 decidi eu mesma entrar em contato com o Ministério e solicitar que seja considerada ainda a minha justificativa, e apresentação de documentos, afim de que analisem que a Associação se encontra com sua documentação correta segundo o estatuto, e como afirmei na justificativa enviada em 15 de julho de 2017, esse canal de comunicação é

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 03/03/18 às 15:00 horas

Assinatura: Renata

de suma importância para este pequeno município, sendo assim espero que este Ministério possa analisar com atenção os fatos citados, e possa compreender que não foi em momento algum falta de interesse por nossa parte, e sim a falta de responsabilidade e honestidade da empresa contratada.

Estou encaminhando em anexo todos os documentos que foram encaminhados dentro do prazo, mas que infelizmente não chegou até o Ministério.

Certa de poder contar com vossa compreensão aguardo uma resposta positiva.

São Francisco de Sales-MG, 21 de fevereiro de 2018

ATENCIOSAMENTE



Claudia Nair Faria

Presidente

03.320.957/0001-03

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
DE COMUNICAÇÃO E CULTURA
DE SÃO FRANCISCO DE SALES

Avenida 12, nº 3650 - Centro
CEP 38290-000 - Fone 3413-0943

SÃO FRANCISCO DE SALES - MG



RADIO ENERGIA FM 87,9 MHZ

**Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de
São Francisco de Sales-mg.**

**Avenida 12, 3.650-Boa Vista- Fone (34)3413-0943.
radioenergia87.9@gmail.com CNPJ:03.320.957/0001-03**

JUSTIFICATIVA

E com o devido respeito que venho através de este justificar a irregularidade na composição da diretoria da "ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA", de São Francisco de Sales-MG, no período de 03 de fevereiro de 2016 a 30 de junho de 2017.

Na data de 03 de fevereiro de 2016, as 20:00 hrs, na rua 09, 2209, Bairro Novo Horizonte reuniram em assembléia extraordinária, os membros da diretoria da Associação acima descrita, onde na oportunidade justificaram que por motivos de força maior deixariam o cargo a partir daquela data, e passaria para a nova diretoria eleita e empossada naquele momento, portanto por se tratar de uma cidade pequena onde as pessoas não dispõe de muito conhecimento não houve interessados a ocupar os cargos, sendo assim se elegeu uma diretoria provisória para concluir aquele mandato, que se encerraria em 30 de junho de 2017.

Os membros da diretoria provisória se preocuparam em não deixar fechar a Associação uma vez que a mesma é muito útil a todos, pois presta um grande trabalho de utilidade publica cultural e social.

Durante o período provisório e com mais tempo se organizou para que a nova diretoria fosse composta e empossada respeitando o Estatuto Social da Associação, como comprova documentos em anexo.

Saliento ainda que esta é a única radio da cidade, que em parceria com a comunidade desenvolve um grande trabalho social, como campanhas beneficentes e educativas, em parceria com Policia Militar, Conselho Tutelar e Igrejas e outros. Muitos utilizam da mesma para procura e oferta de emprego, documentos perdidos e achados, informações sobre saúde, educação entre outros.

Sendo assim a atual diretoria da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales-MG, vem neste ato requerer deste Ministério, o direito de continuar desenvolvendo o trabalho da Associação, a qual hoje se encontra bem instalada e com toda a documentação em dia respeitando todas as regras exigidas pelo Ministério.

Certa de poder contar com Vossa compreensão aguardo uma resposta positiva.

São Francisco de Sales-MG, 15 de julho de 2017.

ATENCIOSAMENTE



Claudia Nair Faria

Presidente

03.320.957/0001-03

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
DE COMUNICAÇÃO E CULTURA
DE SÃO FRANCISCO DE SALES

Avenida 12, nº 3650 - Centro
CEP 38290-000 - Fone 3413-0943
SÃO FRANCISCO DE SALES - MG

ATA DE REUNIÃO ORDINARIA DA "ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES" PARA ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA, PARA O MANDATO DE 30 DE JUNHO DE 2017 A 30 DE JUNHO DE 2021.

Aos vinte e três dias de junho de 2017, reuniram-se as 20:00 horas, na sede da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales Minas Gerais, situada na Avenida 12, 3.650, C/01 parque boa vista, os diretores da Associação, conforme edital de convocação situado nos locais de costume, de acordo com o estatuto vigente, para deliberarem sobre a seguinte pauta:

1º_ Eleição e posse da nova diretoria da Associação. Após a confirmação da presença de um numero suficiente de associados, o presidente Senhor Luiz Humberto de Assis, deu inicio a reunião cumprimentando a todos e solicitando a mim Silvia Helena Mendes de Paula que lavrasse a presente Ata. A seguir o presidente agradeceu a todos pela oportunidade de poder ter dado a sua contribuição no mandato que se encerra e se pôs a disposição para o que for necessário, em seguida procedeu-se então a eleição da diretoria para o quadriênio que se inicia em trinta (30) de junho de 2017 até trinta (30) de junho de 2021. Como houve chapa única, a eleição da diretoria foi feita por aclamação, onde os associados votaram na chapa única "União Comunitária". Ficando assim composta a diretoria eleita para o mandato até 30 de junho de 2021. Diretor Geral/Presidente- Cláudia Nair Faria, Brasileira, união estável, Professora, residente na Avenida 18 A, 312, Novo Horizonte, CPF: 827.097.426-91 GR: MG-8.373.714. -Vice-Presidente: Ronaldo Nozela Pains, Brasileiro, união estável, empresário, residente na rua 03,770, novo horizonte, CPF: 633.927.396-34, RG: MG-16.013.579. -Diretor Administrativo - Lorrainy Gonsalves Barbosa, Brasileira, solteira, engenheira, residente na avenida 14, 3435, parque boa vista, CPF: 081.663.916-78, RG: MG-14.795.527. -Diretor de operações- Davi Marcos da Cunha, Brasileiro, solteiro, vendedor, residente na Rua Alameda 1, 1275, bairro Devanir Antonio Dias, CPF: 071.972.216-09, RG: 14.261.564. -1º Secretária Aline Ferreira Alves, Brasileira, união estável, professora, residente na Avenida 18, 324, CPF: 110.175.306-45, RG-MG 15.331.998. -2º Secretaria, Lívia Aparecida da Silva, brasileira, solteira, recepcionista, residente na avenida 14, 921, parque boa vista CPF: 080.574.776-10, RG-MG-17.064703 _Conselho Comunitário: 1º _ keney Roger Soares dos Santos, Brasileiro, solteiro, auxiliar de escritório, portador do CPF: 118.472.466_05, RG: 18.929.080 membro da Pastoral da Leitura da Mira Diocesana de Ituiutaba (Paróquia de São Francisco de Sales) CNPJ: 21.238.639/0014-02, residente na Avenida 14, nº 3335, bairro Novo Horizonte, São Francisco de Sales-mg; 2º_ Renata de Souza Gomide, Brasileira, casada, secretaria, CPF: 071.885.378_44, RG: 12.848.655_7, representante do Sindicato Rural de São Francisco de Sales, CNPJ: 19.937.838/0001_34, residente na Rua 21, nº 2814, Parque Boa Vista, São Francisco de Sales_ MG; 3º_ Agueda Aparecida de Oliveira Ozaki, Brasileira,



17/06/2017
023/mg 86-910

casada, professora, portadora do CPF:513.947.156_68, RG: M-3.503.612, representante da Igreja Internacional da Graça de Deus, CNPJ:30.902.803/0001-00, residente na avenida 14,nº 2962, bairro Novo Horizonte, São Francisco de Sales_MG; 4º_Olindo Carneiro Mundinho, casado, trabalhador rural, CPF:785.472.298-68, RG: 11.775.322-1, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais CNPJ:20.055.810/0001-52,residente na rua 23 A, 2. 622 conjunto habitacional Lerci Soares Nunes, São Francisco de Sales-MG; 5º_ Francisco de Gaudêncio Macedo Neto, Brasileiro, casado, veterinário, residente na rua 13, 2033, centro,CPF:047.648.266-66 RG:M7.683.011, representante da Cooperativa Rural do Triangulo LTDA, CNPJ: 42.876.300/0001-89. Todos os membros são residentes e domiciliados nesta cidade de são Francisco de Sales - Minas Gerais. Em seguida tomando posse e obedecendo ao que dispõe o Estatuto Social da Associação, todos os diretores e Conselheiros se comprometeram solenemente a respeitar o exercício do mandato que assumem assim como os demais preceitos. Concluindo os trabalhos e como ninguém mais quis usar a palavra, as 22:40 hs o presidente determinou que lavrasse a ATA que após lida e achada conforme, segue assinada por mim, pelo presidente e por todos os presentes.

São Francisco de Sales Minas Gerais, 23 de junho de 2017.

Silvia Helena Mendes de Paula

Luiz Humberto de Assis

Jairo Marques de Oliveira

Claudia Nair Faria

Ronaldo Nozela Pains

Maikow Jhordan Faria Teixeira

Lorrainy Gonsalves Barbosa

Davi Marcos da Cunha

Aline Ferreira Alves

Lívia Aparecida da Silva

keny Roger Soares dos Santos

Renata de Souza Gomide

Agueda Aparecida de Oliveira Ozak

Olindo Carneiro Mundinho

Francisco de Gaudêncio Macedo Neto

Thiago Borges de Oliveira



003/m 6 86-910

Luciene Aparecida Soares

Ana Cristina Soares dos Santos

Sirlene Maria Faria dos Santos

Agmar José dos Reis

Luciene Aparecida Soares
Ana Cristina Soares dos Santos
Sirlene Maria Faria dos Santos
Agmar José dos Reis

OPB/MG 86.910

**OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS
JURÍDICAS**

Averbado sob nº 03, à margem do Registro nº
096, no Livro próprio A-1, fl. nº 134 verso.

Itapagipe-MG, 17 de Julho de 2017.-

Glaurea Graciany Gonçalves
Glaurea Graciany Gonçalves
Oficial

OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Glaurea Graciany Gonçalves
Oficial
Itapagipe-MG

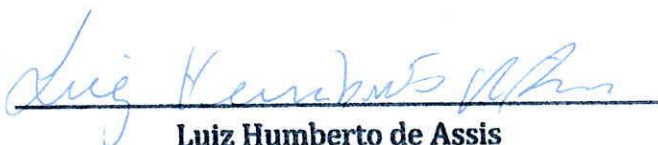
Corregedoria Geral de Justiça
CARTÓRIO 1º OF. TD/PJ ITAPAGIPE MG
Selo de Consulta : AXK62244
Codigo de Segurança: 0488.9082.4252.1568
Quantidade de Atos Praticados: 6
Emol:125,02 TxFJ: 41,75 Total:R\$ 166,77
Consulte a validade deste Selo no site
<https://selos.tjmg.jus.br>

**PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ A : ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES A
FAVOR DE ADILSON SOARES DE SOUZA NA FORMA QUE SEGUE :**

Pelo particular instrumento de procuração, virem que ao 04 de maio de 2016 compareceu como outorgante: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES, pessoa jurídica de direito privado, escrita no CNPJ 03.320.957/0001-03, com sede e foro na Rua Doze Nº 3.650 C/02 Bairro Novo Horizonte, São Francisco de Sales, MG, neste ato representada por seu presidente Luiz Humberto de Assis, brasileiro, desquitado, Autônomo, portadora da CI/RG MG-20496107 SSP/MG e do CPF 743.486.716-72 residente e domiciliado a Rua Doze Nº 3.650 C/02 Bairro Novo Horizonte, São Francisco de Sales, MG,, nomeia e constitui seu bastante procurador ADILSON SOARES DE SOUZA brasileiro, casado, Técnico em Telecomunicações, registrado no CREA-DF sob o numero 9631/TD, portador da CI/RG M.5.773.960 SSP/MG e do CPF 744.523.396-20 residente e domiciliado a Rua Onze Nº 47 Bairro Jose Correa Machado -Montes Claros /MG, como mandatário, a quem outorga amplos poderes para praticar todos os atos referente a esta Associação junto a Anatel e ao Ministério das comunicações podendo para tanto prestar declarações e informações, juntar e retirar documentos, assinar termos, formulários, requerimentos, projetos, praticar em fim todos os atos indispensáveis ao fiel desempenho deste mandato.

São Francisco de Sales, 04 de maio de 2016





Luiz Humberto de Assis

CPF. 743.486.716-72

Presidente

**SERVIÇOS DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS
NATURAIS E DE NOTAS**

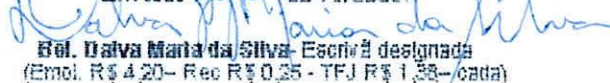
Rua 07, nº 408, centro - São Francisco de Sales-MG.

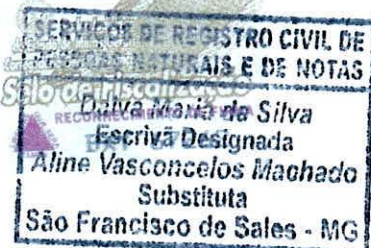
Reconheço como AUTÊNTICA a(s) firma(s) de:

Luiz Humberto de Assis, dou fé**

São Francisco de Sales/MG, 06/05/2016

Em test. da verdade.


Dalva Maria da Silva - Escrivã designada
(Emol. R\$ 4,20 - Rec R\$ 0,25 - TFC R\$ 1,35 - cada)





ESTATUTO SOCIAL DA "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES"- MINAS GERAIS.

I_ DA DENOMINAÇÃO DA SEDE E FINS

Art. 1º _ A "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES", doravante denominada Associação, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária composta por um numero ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do município de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais, com sede na Avenida 12, 3650, C/1, Parque Bom Vista.

PARAGRAFO ÚNICO: _ A Associação utilizará como fantasia a denominação "RADIO ENERGIA FM" e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art. 2º _ a "Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales", tem como objetivo executar serviço de radiodifusão comunitária, bem como:

I- Beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) Dar oportunidades a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) Oferecer mecanismo à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II- Respeitar e atender aos seguintes princípios:


Keuller Ferreira Moraes
ADVOGADO
OAB/MG 103.294



- a) Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) ~~Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da~~ integração dos membros da comunidade atendida;
- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§1º _ É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§2º _ Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando sempre as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§3º _ qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º _ Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalva os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 4º _ A receita da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales-MG, será utilizada única e exclusivamente, para consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração dos seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.


Keuller Ferreira Moraes
ADVOGADO
OAB/MG 103.294



II_ DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - A Associação Comunitária de comunicação e cultura de São Francisco de Sales é constituída por um número ilimitado de associados, que serão admitidos, dentre pessoas idôneas, maiores de idade, em pleno gozo de seus direitos civis, e que manifestem interesse em contribuir para a execução dos objetivos da instituição.

§ 1º - É assegurado o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço;

§ 2º É assegurado a todos os seus associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

§ 3º - É assegurado o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes.

§ 4º - A demissão dar-se-á a pedido do associado, mediante carta dirigida à Diretoria da Instituição, não podendo ser negada;

§ 5º - A exclusão será aplicada pela Diretoria com o aval da Assembleia Geral e ocorrerá por morte física ou por infringir qualquer disposição legal ou estatutária, 30 (trinta) dias após o associado ter sido notificado por escrito.

§ 6º - O associado poderá recorrer à Assembleia Geral dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de recebimento da notificação.

§ 7º - O recurso terá efeito suspensivo até a realização da primeira Assembleia Geral.

§ 8º - A eliminação considerar-se-á definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no (§ 6º) deste artigo.

Art. 6º- A Associação será composta pelas seguintes categorias de associados:

Keuler Ferreira Moura
ADVOCADO
OAB/MG 103.294



- I-Fundadores – formadas por todos aqueles que assinaram a Ata de fundação.
- II- Contribuintes ou efetivos – qualquer pessoa física ou jurídica que contribua mensalmente com qualquer importância por ele designada ou patrocínio sob a forma de apoio cultural.
- III- Honorários – os que se distinguirem por benefícios relevantes à Associação ou à coletividade.

Art. 7º -As contribuições dos associados serão reguladas em assembleia geral.

Art. 8º -São direitos e deveres dos associados:

- a) O direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do Art. 12º;
- b) Manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela AG;
- c) Respeitar e cumprir as decisões tomadas pela AG bem como pela diretoria.

Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este Estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para esse fim, para deliberação fundamentada, assegura o amplo direito de defesa do associado em questão.

III – DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10º - São órgãos da Associação:

- a) – Assembleia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Comunitário.

Art. 11º - A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação da Associação, será composta por seus Associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no mês de fevereiro, para avaliação e prestação de contas da diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente ocorrer a cada quatro anos para eleição da diretoria e do conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.


Kauler Ferreira Moraes
ADVOGADO
OAB/MG 103.294



§1º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes, à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da Associação e estúdio, bem como na sede das entidades que compõe o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§3º A AG deliberará em primeira convocação somente com metade e mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

§4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis, ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência, e deliberará conforme este Estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

Art.12º -A diretoria da Associação, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Geral (presidente), um Diretor Administrativo, e um diretor de operações, eleitos em Assembleia Geral para o mandato de quatro anos sendo vedada mais de uma reeleição consecutiva para o mesmo cargo.

§1º - A diretoria da Associação poderá ser substituída para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembleia Geral respeitadas as disposições dispostas no §2º.

§2º - Apenas farão parte da diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida, e ainda tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.


Keuller Ferreira Moraes
ADVOGADO
OAB/MG 103.394



Art.13º - São atribuições;

I – Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade;
- b) Convocar as reuniões e Assembleias Gerais;
- c) Representar a Associação em atos públicos ou internos;
- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da Associação;
- e) Apresentar relatório anual a Assembleia Geral, acerca do balanço patrimonial e o relatório de atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidade afins;
- h) Criar e instalar serviços e departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembleia Geral.

II -De cada dirigente:

- a) Ao presidente compete: representar a Associação, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da Associação, movimentar conta bancária, conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembleia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;
- b) Ao Diretor Administrativo compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da Associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o presidente todos os documentos concernentes a vida financeira da Associação, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as Atas, ter sob sua guarda os livros, Atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e


Keuller Ferreira Moraes
ADVOGADO
OAB/MG 103.294



da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;

- c) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos, legais técnicos e qualitativos, gerir e capitar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

Art.14º - O Conselho Comunitário eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da diretoria será composto por, no mínimo. Cinco pessoas representantes de entidades da comunidades da comunidade local, tais como Associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

PARAGRAFO ÚNICO: O Conselho Comunitário deverá organizar-se através do seu Regimento Interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação bem como sua avaliação.

IV- DAS ELEIÇÕES

Art.15º - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembleia Geral de eleição, por requerimento a comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros bem como do referendun de, no mínimo um décimo de associados aptos a votar.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de 20% dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.


Kauêr Ferreira Moraes
ADVOGADO
OAB/MO 103.294



V - DA PROGRAMAÇÃO

Art.16º -A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre Radiodifusão comunitária.

PARAGRAFO ÚNICO: Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública epidemias e as transmissões obrigatórias dos poderes executivos, judiciário e legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI – DA RECEITA E DO PATRIMONIO

Art. 17º - O Patrimônio e Receita da Associação será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Paragrafo único – Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

VII – DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art.18º - Este Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art.19º - A dissolução da Associação ocorrerá segundo decisão de Assembleia Geral, e o remanescente do seu patrimônio líquido será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na assembleia.


Keuller Ferreira Moraes
ADVOGADO
OAB/MG 103.294



VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.20º - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela diretoria com recurso a AG, pelo Associado que se achar prejudicado.

Art.21º - o presente Estatuto foi aprovado na AG de 09 (nove) de dezembro de 2016, e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

São Francisco de Sales- Minas Gerais, 09 de dezembro de 2016.


Luiz Humberto de Assis
presidente


Keuller Fortes Moraes
ADVOGADO
OAB/MG 193.294

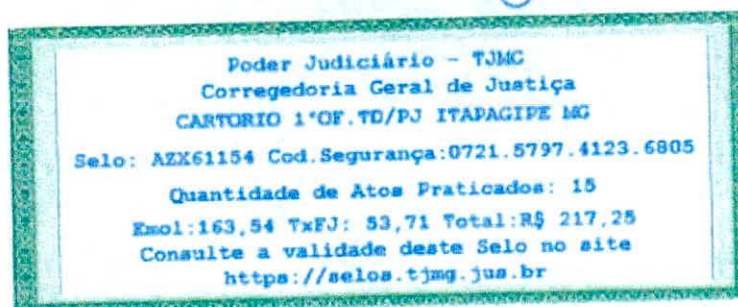
**OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS
JURÍDICAS**

Averbado sob nº 02, à margem do Registro nº
096, no Livro próprio A-1, fl. nº 134 verso.

Itapagipe-MG, 26 de Dezembro de 2016.-


Glaurea Graciany Gonçalves
Oficial

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Glaurea Graciany Gonçalves
Oficial
Itapagipe-MG



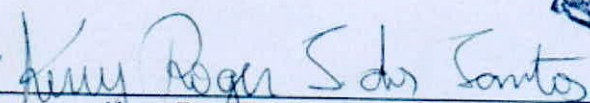
RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA "Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales"

O Conselho Comunitário da "Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales" após reunião realizada em 16 de dezembro de 2016, na sede situada a AV. Doze Nº 3.650 Casa 01, Parque Boa Vista – São Francisco de Sales – MG, após ouvirem aprovaram a programação veiculada por essa emissora.

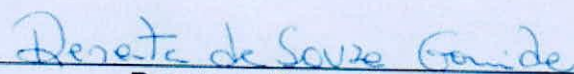
Os Conselheiros presentes assinam o presente relatório da "Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales"

São Francisco de Sales, 16 de dezembro de 2016

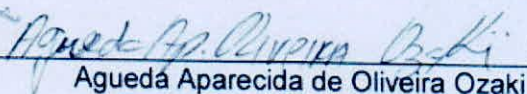
Conselheiros



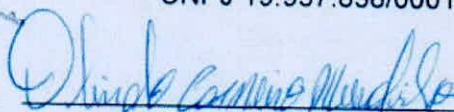
Keny Roger Soares dos Santos
CPF: 118.472.466-05
Paroquia São Francisco de Sales
CNPJ 21.238.639/0001-02



Renata de Souza Gomide
CPF: 071.885.378-44
Sindicato Rural de São Francisco de Sales
CNPJ 19.937.838/0001-34



Agueda Aparecida de Oliveira Ozaki
CPF: 513.947.156-68
Igreja Int. da Graça de DEUS
CNPJ : 30.902.803/0001-00



Olindo Carneiro Mundinho
CPF: 785.472.298-68
Sindicato dos trabalhadores Rurais
CNPJ 20.055.810/0001-52



Francisco G. de Macedo Neto

Francisco G. de Macedo Neto
CPF: 047.648.266-66
Cooperativa Rural do Triângulo.
CNPJ 42.876.300/0001-89

SERVÇOS DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS E DE NOTAS
Rua 07, nº 408, centro - São Francisco de Sales/MG

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de
KENY ROGER SOARES DOS SANTOS
RENATA DE SOUZA GOMIDE
AQUEDA APARECIDA DE OLIVEIRA OZAKI
OLINDO CARNEIRO MUNGINHO
FRANCISCO GAUDÊNCIO DE MACEDO NETO

Em test. de 05/02/2018
Outro Test. - Dalva Maria da Silva
Data/Hora da Utilização: 05/01/2017 10:02:02
Empl. R\$ 22,85 REC. R\$ 1,35 IFJ. R\$ 7,45 Total: R\$ 31,65

Selo de Fiscalização

RECONHECIMENTO DE FIRMA

CFB 90472

RECONHECIMENTO DE FIRMA

CFB 90471

RECONHECIMENTO DE FIRMA

CFB 90470

RECONHECIMENTO DE FIRMA

CFB 90469

RECONHECIMENTO DE FIRMA

CFB 90468

SERVÇOS DE REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS NATURAIS E DE NOTAS

Dalva Maria da Silva
Escritã Designada

Aline Vasconcelos Machado
Substituta

São Francisco de Sales - MG



RADIO ENERGIA FM 87,9 MHZ

**ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA
DE SÃO FRANCISCO DE SALES-MG.**

AVENIDA 12, 3.650-Boa Vista- Fone (34) 99977-3360.

radioenergiafm@hotmail.com CNPJ:03.320.957/0001-03

GRADE DA PROGRAMAÇÃO:

DAS 05:00 AS 08:00 HS: PROGRAMA SERTÃO CABOCLO:

_MUSICAS SERTANEJA RAIZ;

_06:00 HS AVE MARIA

DAS 08:00 AS 11:00 HS: ENERGIA SHOW:

_HOROSCOPO;

_RESUMO DE NOVELAS;

_RECEITA DO DIA;

_PEDIDO MUSICAL COM MUSICAS SERTANEJA, POPULAR E INTERNACIONAL.

DAS 11:00 AS 12:00 HS: JORNAL DAS 11:

_ NOTICIAS : POLICIA, SENADO, ESPORTE UTILIDADE PUBLICA E OUTROS

DAS 12:00 AS 16:00 HS: ENERGIA HITS:

_ MUSICAS SERTANEJA UNIVERSITARIO, FLASH BACK, MPB;

_PARTICIPAÇÃO DO OUVINTE POR TELEFONE E WHATSAPP;

_DICA DE BELEZA;

DAS 16:00 AS 19:00 HS: PARADÃO SERTANEJO:

_MUSICAS SERTANEJA RAIZ E UNIVERSITARIA, PEDIDO MUSICAL.

_18:00 HS AVE MARIA

DAS 19:00 AS 20:00HS: VÓZ DO BRASIL.

DAS 20:00 AS 22:00 HS: TERRITORIO SERTANEJO

_MUSICAS


DAS 22:00 AS 00:00 : ARENA SERTANEJA

_MUSICAS

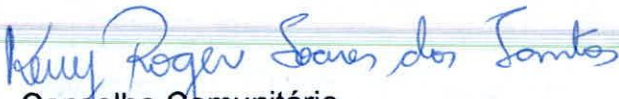
DAS 00:00 AS 05:00 HORAS:

MÚSICAS VARIADA; INTERNACIONAL, POP E MPB


DAS 5:00 AS 00:00 HORAS EM TODAS AS PROGRAMAÇÕES, A CADA 30 MINUTOS APOIO CULTURAL E UTILIDADE PÚBLICA.



Luiz Humberto de Assis
presidente



Conselho Comunitário
Keny Roger Soares dos Santos



Renata de Souza Gomide



Agueda Aparecida de Oliveira Ozaki



Olindo Carneiro Mundinho



Francisco Gaudêncio de Macedo Neto

Explanada dos Ministérios
Bloco A.

P/ PORA entrega de Rádio Comunitária
Brasília DF. CEP: 70.044.900





(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

03.320.957/0001-03

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
DE COMUNICAÇÃO E CULTURA
DE SÃO FRANCISCO DE SALES**

**Avenida 12, nº 3650 - Centro
CEP 38290-000 - Fone 3413-0943
SÃO FRANCISCO DE SALES - MG**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Protocolo nº: **53900.049110/2015-87**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES**.

Assunto: **Retomada da análise processual**.

1. Em atenção ao art. 6º, inciso III da Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 9/4/2018, que alterou a Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, opino pela retomada da análise processual a fim de se verificar a viabilidade do deferimento da renovação da outorga.

2. Encaminhem-se os autos para análise.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 17/07/2018, às 15:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3172416** e o código CRC **F99E76C1**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.049110/2015-87

SEI nº 3172416

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03320957/0001-03

Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA COM E CULTURA SFS

Endereço: AVENIDA DOZE 3650 / PARQUE BOA VISTA / SAO FRANCISCO DE SALES / MG / 38260-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/07/2018 a 31/07/2018

Certificação Número: 2018070206374534391787

Informação obtida em 17/07/2018, às 16:20:47.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE SAO FRANCISCO DE SALES

CNPJ: 03.320.957/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:35:34 do dia 25/06/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 22/12/2018.

Código de controle da certidão: **0A55.D496.F78D.5405**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE SAO FRANCISCO DE SALES

(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.320.957/0001-03

Certidão nº: 154142499/2018

Expedição: 17/07/2018, às 16:21:35

Validade: 12/01/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE SAO FRANCISCO DE SALES**

(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº

03.320.957/0001-03, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (<i>e-mail</i>):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	° (N/S)	'	"
		Longitude:	° W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que **a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

Processo nº **53900.049110/2015-87**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES**

Localidade: São Francisco de Sales / MG.

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: Petições 1171647 e 1260357.

1.1) Protocolo no SEI: 6/6/2016.

1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.

1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: fl. .

2) Declaração de conformidade: Petição 1260357.

3) Estatuto Social: Petições 1598535 a 1598543.

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º, **caput**;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 5º, **caput** e §§ 1º a 3º;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 5º, §§ 2º e 3º;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 5º, §§ 2º e 3º, e art. 8º, "a";

e) Órgão administrativo e cargos: art. 12, **caput**;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 13;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 12, **caput** (quatro anos);

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 14.

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1º, **caput**;

b) Fins: art. 2º;

c) Sede: art. 1º, **caput**;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 5º;

e) Direitos dos associados: art. 8º;

f) Deveres dos associados: art. 8º;

g) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: art. 5º, §§ 5º e 6º, e art. 9º;

h) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 17;

i) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 11;

j) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: arts. 18 e 19;

k) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: art. 11, **caput** e 12;

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. 11;

m) Critérios de eleição dos administradores: art. 15;

n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. 11, § 5º;

o) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: art. 19.

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 5 a 7 (Requerimento 2699663). (30/6/2017 - 30/6/2021)

Diretor(a) Geral: Cláudia Nair Faria; (- 827.097.426-91)

Vice-Presidente: Ronaldo Nozela Pains; (- 633.927.396-34)

Diretor(a) Administrativo(a): Lorrainy Gonsalves Barbosa; (- 081.663.916-78)

Diretor(a) de Operações: Davi Marcos da Cunha; (- 071.972.216-09)

1º(a) Secretário(a): Aline Ferreira Alves; (- 110.175.306-45)

2º(a) Secretário(a): Livia Aparecida da Silva. (- 080.574.776-10)

5) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. .

6) CNPJ: Certidões CNPJ e SIGEC 1516019.

7) Certidão Negativa da Anatel: Certidões CNPJ e SIGEC 1516019.

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: Petições 1598544 e 1598548. Pendente

9) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): Certidão FGTS 3172847.

10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: Certidão RFB 3172853.

11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: Certidão JT 3172856.

*****PENDÊNCIAS:**

- Deve ser encaminhado Requerimento de renovação contendo todas as declarações elencadas no modelo e assinado por todos os dirigentes.

- Os cargos de Vice-Presidente e de 1º e 2º Secretários, eleitos na Ata encaminhada não estão previstos no art. 12 do estatuto social.

- Não foram encaminhados comprovantes de maioria, nacionalidade e CPF dos dirigentes.

- Deve ser encaminhado relatório atualizado do Conselho Comunitário acerca da programação da emissora.

*****CONCLUSÃO:**

- A ex-1ª Secretária, Sirlene Maria Faria dos Santos, e a ex-Diretora de Patrimônio, Cláudia Nair Faria, são irmãs (grau de parentesco em 2º grau). A ex-1ª Secretária é mãe da ex-2ª Tesoureira, Jéssika Kamila Faria dos Santos; e a ex-Diretora de Patrimônio é mãe do ex-1º Tesoureiro, Maikow Jhordan Faria Teixeira (graus de parentesco em 1º grau). Por conseguinte, a ex-1ª Secretária é tia do ex-1º Tesoureiro e a ex-Diretora de Patrimônio é tia da ex-2ª Tesoureira (grau de parentesco em 3º grau). Essa relação configurou vínculo familiar. No entanto, em razão do disposto no art. 7º-A da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, incluído pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018, será dado prosseguimento ao Processo.

- Consultou-se o sítio da Anatel e verificou-se que a Associação não possui débitos.

- Não foi realizada pesquisa de vínculo.

- Não foi realizada pesquisa na Justiça Federal.

- Será elaborada Nota Técnica a fim de corrigir a(s) pendência(s) observada(s).

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 16181/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.049110/2015-87.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS. EXIGÊNCIA 2 (DOIS).**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo versa sobre a renovação da outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES**, executante na localidade de **São Francisco de Sales**, estado de **Minas Gerais**.

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	O Requerimento de renovação deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo 5 da Portaria) e deve ser assinado por todos os dirigentes.
	Art. 130, § 1º, inciso III	Ata de eleição.	<p>Os cargos de <u>Vice-Presidente e de 1º e 2º Secretários</u>, eleitos na Ata encaminhada não estão previstos no art. 12 do estatuto social.</p> <p>Assim, para prosseguimento do Processo, deve-se regularizar a situação, retificando os cargos na Ata de eleição (adequando-os ao estatuto) ou alterando o estatuto social de forma que esses cargos sejam previstos.</p> <p>Observação: o registro deve ser efetuado no Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>

Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.

Art. 130, § 1º, inciso IV	Comprovante de maioridade/nacionalidade.	<p>A Entidade deverá enviar documento que demonstre que todos os diretores eleitos são brasileiros natos ou brasileiros naturalizados há mais de 10 anos, bem como que são maiores de 18 anos.</p> <p>Observação: serão aceitos como comprovantes de maioridade e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p> <p>Não serão aceitos como comprovantes de maioridade/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).</p>
Art. 130, § 1º, inciso IV	CPF dos dirigentes.	A Entidade deverá encaminhar cópia do CPF dos membros da Diretoria.
Art. 130, § 1º, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p>Deve ser encaminhado relatório atualizado elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a grade de programação e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme previsão do art. 116 da Portaria.</p> <p>Observação 1: poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p>Observação 2: os dirigentes da entidade interessada e os representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p> <p>Observação 3: o relatório do</p>

			Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.
--	--	--	--

3. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

5. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. **Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.**

6. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 17/07/2018, às 16:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 24/07/2018, às 13:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3172877** e o código CRC **DF67DE52**.

Minutas e Anexos

Anexo Requerimento de renovação (3172864).

Checklist Roteiro RadCom (3172866).

Referência: Processo nº 53900.049110/2015-87

SEI nº 3172877



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 28395/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

CLÁUDIA NAIR FARIA

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES** (CNPJ nº 03.320.957/0001-03)

Avenida Doze, nº 3650, Casa 1 - Parque Boa Vista

38.260-000 / São Francisco de Sales - MG

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.049110/2015-87.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 16181/2018/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.
3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).
4. Além disso, na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.

5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.

6. Por fim, esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 24/07/2018, às 13:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3172920** e o código CRC **EC68D235**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 28395/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.049110/2015-87 - Nº SEI: 3172920

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 28395/2018/SEI-MCTIC, 24/07/201.

53900.049110/2015-87

CLÁUDIA NAIR FARIA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E
CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES

Avenida Doze, nº 3650, Casa 1 - Parque Boa Vista

38.260-000 São Francisco de Sales / MG

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

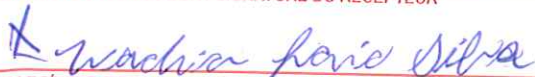
☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR



NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRACION

03/08/13

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATIONNº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO





AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

01 AGO 2018

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JT 79383580 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste
70.044-900 Brasília - DF

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



RADIO ENERGIA FM 87,9 MHZ
ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA
DE SÃO FRANCISCO DE SALES-MG
AVENIDA 12, 3.650-C/01 Parque Boa Vista-CEP 38.260.000
Fone (34) 99977-3600.(34) 3413-0943 CNPJ: 03.320.957/0001-03
radioenergia87.9@gmail.com / www.radioenergiafm879.com.br

São Francisco de Sales-MG, 22 de agosto de 2018

AO:

MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES:

Em resposta ao ofício de nº 28395/2018/SEI-MCTIC.

Processo nº: 53900.049110/2015-87. Nº DE SEI: 3172920

Na qualidade de Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES-MG**, informo que segue em anexo: os documentos solicitados, e que estou a disposição para esclarecer qualquer duvida, ou corrigir algum erro que por ventura possa ocorrer.

Desde já agradeço a atenção dispensada e me coloco a disposição para o que for necessário.

Atenciosamente

Claudia Nair Faria
Diretor/Presidente

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 28/08/18 às 15:20 horas

Assinatura:

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA - RADIOFUSÃO COMUNITÁRIA

Razão Social:				Associação Comunitária de Comunicações e Cultura					
Nome Fantasia:			Radio Energia FM		CNPJ:			03.320.957/0001-03	
Endereço de Sede:								Avenida 12, 3650 C/02 Parque Boa Vista	
Município:			São Francisco de Sales		UF:		MG	CEP:	38.260.000
Nome do representante legal:				Claudia Nair Taria					
Endereço eletrônico (e-mail):				radioenergia87.9@gmail.com					
Endereço de Correspondência:								Avenida 12, 3.650 Parque Boa Vista	
Município:			São Francisco de Sales		UF:		MG	CEP:	38.260.000
Endereço:								Avenida 12, 3650 C/02 Parque Boa Vista	
Município:			São Francisco de Sales		UF:		MG	CEP:	38.260.000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):					Latitude: 19° 2' (N/S) 51' 24,51" S Longitude: 49° 9' W 46' 13,88" W				

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:	Claudio Nair Faria		
Cargo:	Diretor/Presidente	Tit. Eleitor:	930590702/99
RG:	MG 373.714	Órgão Emissor:	SSP/MG
CPF:	827.097.426-93		
Endereço:	Avenida 1517, 332 - Bairro novo Horizonte		
Município:	São Francisco de Sales	UF:	MG
CEP:	38.260.000		
Assinatura:	Claudio Nair Faria		

Nome do dirigente:	Bernaury Goulart Barbosa		
Cargo:	Diretor de operações	Tit. Eleitor:	853507570264
RG:	MG 14.795.527	Órgão Emissor:	PC/MG
CPF:	083.663.916-78		
Endereço:	Av. 14, 3435 - Parque Boa Vista		
Município:	São Francisco de Sales	UF:	MG
CEP:	38.260.000		
Assinatura:	Bernaury Goulart Barbosa		

Nome do dirigente:	Davi Marcos da Cunha		
Cargo:	Diretor de Operações	Tit. Eleitor:	142557120299
RG:	MG 263.564	Órgão Emissor:	SSP/MG
CPF:	073.972.236-09		
Endereço:	Rua Planada 1, 3275 Bairro Planura Antonio Dias		
Município:	São Francisco de Sales	UF:	MG
CEP:	38.260.000		
Assinatura:	Davi M. Cunha Amorim		

Nome do dirigente:	Keny Roger Soares dos Santos		Tit. Eleitor:	20052/560205
Cargo:	Conselho Comunitário		CPF:	138.427.466-05
RG:	38.929.080	Órgão Emissor:	PE/ME	
Endereço:	Avenida 14, 3.335 Bairro novo Horizonte			
Município:	São Francisco de Sales	UF:	ME	CEP: 38.260-000
Assinatura:	Keny Roger Soares dos Santos			

Nome do dirigente:	Renata Souza Gomide		Tit. Eleitor:	607043870248
Cargo:	Conselho Comunitário		CPF:	078.885.378.44
RG:	32.848.655-7	Órgão Emissor:	SSP/SP	
Endereço:	Rua 21.2814 Parque Boa Vista			
Município:	São Francisco de Sales	UF:	ME	CEP: 38.260.000
Assinatura:	Renata de Souza Gomide			

Nome do dirigente:	Olando Carneiro Mundinho		Tit. Eleitor:	
Cargo:	Conselho Comunitário		CPF:	785.472.298-68
RG:	33.775.322.1	Órgão Emissor:		
Endereço:	Rua 234, 2623 Conf Hab Barci Soares Mundis			
Município:	São Francisco de Sales	UF:	ME	CEP: 38.260.00
Assinatura:	Olando Carneiro Mundinho			

Nome do dirigente:	Francisco de Gaudencio Macedo Neto		Tit. Eleitor:	338099250221
Cargo:	Conselho Comunitário		CPF:	047.648.266-66
RG:	ME.683.033	Órgão Emissor:	SSP/ME	
Endereço:	Rua 13.2033 Centro			
Município:	São Francisco de Sales	UF:	ME	CEP: 38.260.000
Assinatura:	Francisco Gaudencio de Macedo Neto			

Nome do dirigente:	Luciene Aparecida Soares		Tit. Eleitor:	331565950221
Cargo:	Conselho Comunitário		CPF:	876.048.376.53
RG:	ME.6.958.463	Órgão Emissor:	SSP-ME	
Endereço:	Rua 05, 1774 novo Horizonte			
Município:	São Francisco de Sales	UF:	ME	CEP: 38.260.000
Assinatura:	Luciene Aparecida Soares			

**Relatório para " ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE
SAO FRANCISCO DE SALES**

Relatório emitido de acordo com a Resolução ANATEL n° 303 de 2-07-02

Data: 10/05/2016

Elementos do Estudo

Altura do sistema irradiante: 28 metros

Potência da estação: 25 Watts RF

Antena: Montel Sistema de Comunicação LTDA

Ganho 0 dB = 1 vez

Cabo coaxial RGC-213-KMP de 28 metros (Eficiência) = 0,693

P_{Erp}: 17,32 W

Frequência: 87,9 MHz

Localização: AV Doze 3.650, casa 02 -Parque Boa Vista -São Francisco de Sales- MG

Coordenadas: 19°- 51'- 24"- 51' S e 49°- 46'- 13"- 86'' w

Limites de distâncias de permanência nas proximidades da antena.

Para a população em geral.

$$R = 0,409 \cdot \sqrt{(17,32)} = 1,7 \text{ metros}$$

Limite ocupacional

$$R = 0,184 \cdot \sqrt{(17,32)} = 0,77 \text{ metros}$$

Densidade de potência a 26 metros (Distância onde poderá haver circulação de pessoas)

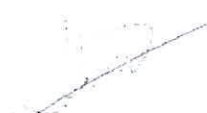
$$S = (17,32 \cdot 1,64 \cdot 2,56) / (4 \cdot 3,14 \cdot 28^2) = 0,007 \text{ W/m}^2$$


Análise : 0,007 W/m² < 10 W/m² (Limite ocupacional)

$$0,007 \text{ W/m}^2 < 2 \text{ W/m}^2 \text{ (Limite para a população em geral)}$$

Conclusão: De acordo com a Resolução 303 de 2 de julho de 202 - ANATEL, a emissora "Radio Energia Sao Francisco de Sales " não emite campos elétricos, magnéticos e nem potência de RF superiores aos estipulados pela Agência Nacional de Telecomunicações, não expõe a população e nem funcionários a situações de risco. Os valores estão inferiores aos limites máximos estipulados, dentro das recomendações.

Montes Claros , 10 de Maio de 2016.


Raphael Neves Rosa
CREA: MG 1886883


Adilson Soares de Souza
CREA: DF 9631/TD



RADIO ENERGIA FM 87,9 MHZ
ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA
DE SÃO FRANCISCO DE SALES-MG
AVENIDA 12, 3.650-C/01 Parque Boa Vista-CEP 38.260.000
Fone (34) 99977-3600.(34) 3413-0943 CNPJ: 03.320.957/0001-03
radioenergia87.9@gmail.com / www.radioenergiafm879.com.br

São Francisco de Sales-MG, 22 de agosto de 2018

AO:

MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES:

Em resposta ao ofício de nº 28395/2018/SEI-MCTIC.

Processo nº: 53900.049110/2015-87. Nº DE SEI: 3172920

DECLARAÇÃO

O Conselho Comunitário da "Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales-MG", reuniram-se no dia 15 de agosto de 2018 na sede da Associação situada na Avenida 12, 3.650 C/01 Parque Boa Vista, e após ouvirem e aprovarem a programação vinculada por essa emissora, por se tratar de uma programação diversificada que tem o intuito de levar aos ouvintes, entretenimento, Cultura e informação.

Assim sendo os Conselheiros aprovaram a grade da programação e assinaram o RELATÓRIO a baixo.

SEGUE A GRADE DA PROGRAMAÇÃO:

DAS 05h00min AS 08h00min: PROGRAMA SERTÃO CABOCLO:

_MUSICAS SERTANEJA RAIZ;

DAS 08h00min AS 11h00min: ENERGIA SHOW:

_HOROSCOPO;

_RESUMO DE NOVELAS;

_RECEITA DO DIA;

_ PEDIDO MUSICAL COM MUSICAS SERTANEJA, POPULAR E INTERNACIONAL.

DAS 11h00min AS 12h00min: JORNAL DAS 11: (de segunda a sexta-feira)

_ NOTICIAS: POLICIA, SENADO, ESPORTE, SAUDE, UTILIDADE PUBLICA E OUTROS.

DAS 12h00min AS 16h00min: JUNTO E MISTURADO:

_ MUSICAS SERTANEJA UNIVERSITARIO, FLASH BACK, MPB;

_ PARTICIPAÇÃO DO OUVINTE POR TELEFONE E WHATSAPP;

_ DICA DE BELEZA;

DAS 16h00min AS 19h00min: ARENA SERTANEJA:

_ MUSICAS SERTANEJA RAIZ E UNIVERSITARIA, PEDIDO MUSICAL.

DAS 19h00min AS 20h00min: VÓZ DO BRASIL.

DAS 20h00min AS 22h00min: ARENA SERTANEJA

_ MUSICAS SERTANEJA VARIADA.

DAS 22h00min AS 00h00min: TERRITORIO SERTANEJO

_ MUSICAS SERTANEJA VARIADA.

DAS 00h00min AS 05h00min:

_ MUSICAS VARIADA; SERTANEJA, INTERNACIONAL, POP E MPB.

_ DAS 05h00min AS 00h00min EM TODAS AS PROGRAMAÇÕES, APOIO CULTURAL E UTILIDADE PUBLICA, A CADA HORA O PREFIXO DA ASSOCIAÇÃO.

_ DAS 00h00min AS 05h00min VINHETAS E HORA CERTA NOS INTERVALOS.

Conselho Comunitário:



Keny Roger Soares dos Santos: (Representante da Pastoral da liturgia Diocesana de Ituiutaba/Paróquia de São Francisco de Sales)



Renata de Souza Gomide: (Representante do Sindicato Rural)

Luciene Aparecida Soares

Luciene Aparecida Soares (Representante da Comunidade Evangélica)

Olindo Carneiro Mundinho

Olindo Carneiro Mundinho (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais)

Francisco Gaudêncio de Macedo Neto

Francisco Gaudêncio de Macedo Neto (Representante da Cooperativa Rural do Triângulo LTDA)

Claudia Nair Faria

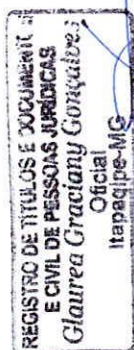
Claudia Nair Faria

Diretor/Presidente

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINARIA DA "ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES" PARA RERRATIFICAR A ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO LAVRADA EM VINTE E TRÊS DE JUNHO DE 2017; SUBSTITUIÇÃO DE UM MEMBRO DO CONSELHO COMUNITÁRIO.

Aos 05(cinco) dias do mês de agosto de 2018, reuniram-se as 19h00min horas, na sede da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales Minas Gerais, situada na Avenida 12, 3.650, C/01 Parque Boa Vista, os diretores da Associação, conforme edital de convocação situado nos locais de costume, de acordo com o Estatuto vigente, para deliberarem sobre a seguinte pauta: **Rerratificar a Ata de eleição e posse da Diretoria da Associação lavrada em vinte e três de junho de 2017; Substituição de um membro do Conselho Comunitário.** Após a confirmação da presença de um numero suficiente de associados, às 19h30min em segunda convocação, a Presidente Senhora Cláudia Nair Faria, iniciou a reunião cumprimentando a todos e solicitando a mim Lorrainy Gonsalves Barbosa, Diretora Administrativo, que lavrasse a presente Ata. A Presidente inicia informando; visto que por descuido ou falta de atenção elegeu e empossou, em vinte e três de junho de 2017, data em que se elegeu a nova diretoria da Associação, os membros: **vice-presidente e 1º e 2º secretários**, no entanto esses cargos não estão previstos no **art.12** do Estatuto Social da Associação, sendo assim foi esclarecido aos ocupantes dos respectivos cargos que compreenderam e aceitaram a exoneração. Na oportunidade a Presidente apresentou também o pedido de afastamento de um dos membros do Conselho Comunitário, Sra. Águeda Aparecida de Oliveira Ozaki (representante da Igreja Internacional da Graça de Deus) justificando que em breve estaria mudando para outro Município. E com a aprovação de todos já empossou a nova Conselheira Sra. Luciene Aparecida Soares, Brasileira, viúva, conselheira tutelar, residente na Rua 01, nº 1774 Bairro Novo Horizonte, portadora do CPF: 876.048.176-53 e RG: MG-6.958.461, representante da Igreja Evangélica "Sara Nossa Terra", a Conselheira se comprometeu solenemente a respeitar o exercício do mandato que assume assim como os demais preceitos. Com o entendimento de todos referente às alterações, e a confirmação de que a Diretoria estava agora composta respeitando as normas legais do Estatuto Social, e como ninguém mais quis usar da palavra, as 21h00min a Presidente determinou que lavrasse a Ata que após lida e achada conforme, segue assinada por mim, pelo Presidente e por todos os presentes.

São Francisco de Sales Minas Gerais, 05 de agosto de 2018.



Lorrainy Gonsalves Barbosa, Cláudia Nair Faria, Hilda Antônio de Faria, Raulina Gomes Ferreira Faria, Luciene Aparecida Soares, João Henrique Costa Mendes, André Carlos de Menezes, Keny Regis Soares dos Santos, CARLOS FRANÇA DE SOUZA, Renilson Roberto de Menezes, Edson de Souza, Renato de Souza, Grande, Humberto Valle H. J.

**OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS
JURÍDICAS**

**Averbado sob nº 08, à margem do Registro nº
096, no Livro próprio A-1, fl. nº 134 verso.**

Itapagipe-MG, 17 de Agosto de 2018.-


**Glaurea Graciany Gonçalves
Oficial**

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Glaurea Graciany Gonçalves
Oficial
Itapagipe-MG**

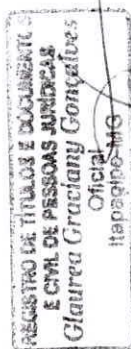
Corregedoria-Geral de Justiça
CARTÓRIO 1º OF. TD/PJ ITAPAGIPE MG
Selo de Consulta : AZX64914
Codigo de Segurança: 5707.3138.3278.4759
Quantidade de Atos Praticados: 3
Emol:117,86 TxPJ: 39,12 Total:R\$ 156,98
Consulte a validade deste Selo no site
<https://selos.tjmg.jus.br>
ISSQN Vr. ISSQN =R\$ 5,56 Total = R\$ 162,54

ATOS:	CÓDIGO	EMOL.	REC.	TFJ.	ISSQN	TOTAL:
01 Av.	(6101-0)	90,87	5,45	32,75	4,54	133,61
01 Ex.	(6601-9)	14,91	0,89	4,57	0,75	21,12
01 Arq.	(8101-8)	5,42	0,32	1,80	0,27	7,81
Total.....						162,54

ATA DE REUNIÃO ORDINARIA DA "ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES" PARA ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA, PARA O MANDATO DE 30 DE JUNHO DE 2017 A 30 DE JUNHO DE 2021.

Aos vinte e três dias de junho de 2017, reuniram-se as 20:00 horas, na sede da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales Minas Gerais, situada na Avenida 12, 3.650, C/01 parque boa vista, os diretores da Associação, conforme edital de convocação situado nos locais de costume, de acordo com o estatuto vigente, para deliberarem sobre a seguinte pauta:

1º_ Eleição e posse da nova diretoria da Associação. Após a confirmação da presença de um numero suficiente de associados, o presidente Senhor Luiz Humberto de Assis, deu inicio a reunião cumprimentando a todos e solicitando a mim Silvia Helena Mendes de Paula que lavrasse a presente Ata. A seguir o presidente agradeceu a todos pela oportunidade de poder ter dado a sua contribuição no mandato que se encerra e se pôs a disposição para o que for necessário, em seguida procedeu-se então a eleição da diretoria para o quadriênio que se inicia em trinta (30) de junho de 2017 até trinta (30) de junho de 2021. Como houve chapa única, a eleição da diretoria foi feita por aclamação, onde os associados votaram na chapa única "União Comunitária". Ficando assim composta a diretoria eleita para o mandato até 30 de junho de 2021. Diretor Geral/Presidente- Cláudia Nair Faria, Brasileira, união estável, Professora, residente na Avenida 18 A, 312, Novo Horizonte, CPF: 827.097.426-91 GR: MG-8.373.714. -Vice-Presidente: Ronaldo Nozela Pains, Brasileiro, união estável, empresário, residente na rua 03,770, novo horizonte, CPF: 633.927.396-34, RG: MG-16.013.579. -Diretor Administrativo - Lorrainy Gonsalves Barbosa, Brasileira, solteira, engenheira, residente na avenida 14, 3435, parque boa vista, CPF: 081.663.916-78, RG: MG-14.795.527. -Diretor de operações- Davi Marcos da Cunha, Brasileiro, solteiro, vendedor, residente na Rua Alameda 1, 1275, bairro Devanir Antonio Dias, CPF: 071.972.216-09, RG: 14.261.564. -1º Secretária Aline Ferreira Alves, Brasileira, união estável, professora, residente na Avenida 18, 324, CPF: 110.175.306-45, RG-MG 15.331.998. -2º Secretaria, Livia Aparecida da Silva, brasileira, solteira, recepcionista, residente na avenida 14, 921, parque boa vista CPF: 080.574.776-10, RG-MG-17.064703 _Conselho Comunitário: 1º _ keny Roger Soares dos Santos, Brasileiro, solteiro, auxiliar de escritório, portador do CPF: 118.472.466_05, RG: 18.929.080 membro da Pastoral da Leitura da Mira Diocesana de Ituiutaba (Paróquia de São Francisco de Sales) CNPJ: 21.238.639/0014-02, residente na Avenida 14, nº 3335, bairro Novo Horizonte, São Francisco de Sales-mg; 2º_ Renata de Souza Gomide, Brasileira, casada, secretaria, CPF: 071.885.378_44, RG: 12.848.655_7, representante do Sindicato Rural de São Francisco de Sales, CNPJ: 19.937.838/0001_34, residente na Rua 21, nº 2814, Parque Boa Vista, São Francisco de Sales_ MG; 3º_ Agueda Aparecida de Oliveira Ozaki, Brasileira,



casada, professora, portadora do CPF:513.947.156_68, RG: M-3.503.612, representante da Igreja Internacional da Graça de Deus, CNPJ:30.902.803/0001-00, residente na avenida 14,nº 2962, bairro Novo Horizonte, São Francisco de Sales_MG; 4º_Olindo Carneiro Mundinho, casado, trabalhador rural, CPF:785.472.298-68, RG: 11.775.322-1, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais CNPJ:20.055.810/0001-52, residente na rua 23 A, 2. 622 conjunto habitacional Lerci Soares Nunes, São Francisco de Sales-MG; 5º_ Francisco de Gaudêncio Macedo Neto, Brasileiro, casado, veterinário, residente na rua 13, 2033, centro, CPF:047.648.266-66 RG:M7.683.011, representante da Cooperativa Rural do Triangulo LTDA, CNPJ: 42.876.300/0001-89. Todos os membros são residentes e domiciliados nesta cidade de São Francisco de Sales - Minas Gerais. Em seguida tomando posse e obedecendo ao que dispõe o Estatuto Social da Associação, todos os diretores e Conselheiros se comprometeram solenemente a respeitar o exercício do mandato que assumem assim como os demais preceitos. Concluindo os trabalhos e como ninguém mais quis usar a palavra, as 22:40 hs o presidente determinou que lavrasse a ATA que após lida e achada conforme, segue assinada por mim, pelo presidente e por todos os presentes.

São Francisco de Sales Minas Gerais, 23 de junho de 2017.

Silvia Helena Mendes de Paula

Silvia Helena Mendes de Paula

Luiz Humberto de Assis

Luiz Humberto de Assis

Jairo Marques de Oliveira

Jairo Marques de Oliveira

Claudia Nair Faria

Claudia Nair Faria

Ronaldo Nozela Pains

Ronaldo Nozela Pains

Maikow Jhordan Faria Teixeira

Maikow Jhordan Faria Teixeira

Lorrainy Gonsalves Barbosa

Lorrainy Gonsalves Barbosa

Davi Marcos da Cunha

Davi Marcos da Cunha

Aline Ferreira Alves

Aline Ferreira Alves

Livia Aparecida da Silva

Livia Aparecida da Silva

keny Roger Soares dos Santos

keny Roger Soares dos Santos

Renata de Souza Gomide

Renata de Souza Gomide

Agueda Aparecida de Oliveira Ozak

Agueda Aparecida de Oliveira Ozak

Olindo Carneiro Mundinho

Olindo Carneiro Mundinho

Francisco de Gaudêncio Macedo Neto

Francisco Gaudêncio de Macedo Neto

Thiago Borges de Oliveira

Thiago Borges de Oliveira



Luciene Aparecida Soares

Ana Cristina Soares dos Santos

Sirlene Maria Faria dos Santos

Agmar José dos Reis

Luciene Aparecida Soares
Ana Cristina Soares dos Santos
Sirlene Maria Faria dos Santos
Agmar José dos Reis

17/7/17
OAB/MG 86.910

**OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS
JURÍDICAS**

Averbado sob nº 03, à margem do Registro nº
096, no Livro próprio A-1, fl. nº 134 verso.

Itapagipe-MG, 17 de Julho de 2017.-


Glaurea Graciany Gonçalves
Oficial

OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Glaurea Graciany Gonçalves
Oficial

Corregedoria Geral de Justiça
CARTÓRIO 1º OF. TD/PJ ITAPAGIPE MG
Selo de Consulta . AZK62244
Codigo de Segurança: 0486 9082 4252 1568
Quantidade de Atos Praticados: 6
Emol. 125,02 TxPJ: 41,75 Total R\$ 166,77
Consulte a validade deste Selo no site
<https://selos.tjmg.jus.br>

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CIVIL MG-8.373.714 DATA DE EMISSÃO 04/02/2003

NOME CLAUDIA NAIR FARIA

PAIS BRASIL

PAI JOSE AVELINO DE FARIA

MÃE NAIR MARIA DE FARIA

NATURALIDADE CAMPINA VERDE-MG DATA DE NASCIMENTO 22/07/1972

DOC. PRESENTE NASC. LV-1A FL-73V

SÃO FRANCISCO DE SALES-MG

CPF P11-1256 JULIANA CRISTINA COELHO PLANCHALVA 2.VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Foto

Assinatura: Cláudia nair faria

CPF

Carteira de Identificação

Cartão de uso pessoal e intransferível.

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

CAIXA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

MAIO/2003

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de inscrição 827.097.426-91

Nome CLAUDIA NAIR FARIA

Nascimento 22/07/1972

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Assinatura: Cláudia nair de Faria

Assinatura ou impressão digital do eleitor

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR CLAUDIA NAIR FARIA

DATA DE NASCIMENTO 22/07/1972 Nº INSCRIÇÃO 910190702/99 ZONA 297 SEÇÃO 0011

MUNICÍPIO / UF SÃO FRANCISCO DE SALES/MG DATA DE EMISSÃO 09/08/89

JUIZ ELEITORAL

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-14.261.564 DATA DE EXPEDIÇÃO 25/11/2005

NOME DAVI MARCOS DA CUNHA CAMARGO

FILIAÇÃO ROBERTO CARLOS DE CAMARGO MARINALVA APARECIDA DA CUNHA

NATURALIDADE PAULO DE FARIA-SP DATA DE NASCIMENTO 19/3/1984

DOC. ORIGEM NASC. AV LV-23A FL-79 PAULO DE FARIA-SP

CPI

IVETE MELO BRAUNA ASSINATURA DO DIRETOR

P11-1256 LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 2 VIA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DAVI M. DA CUNHA CAMARGO

19/03/1984

071.972.216-09

DAVI M. DA CUNHA CAMARGO

19/03/1984

CATEIRA DE IDENTIDADE

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão

CORREIOS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição

071.972.216-09

Nome
DAVI MARCOS DA CUNHA CAMARGO

Nascimento
19/03/1984

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

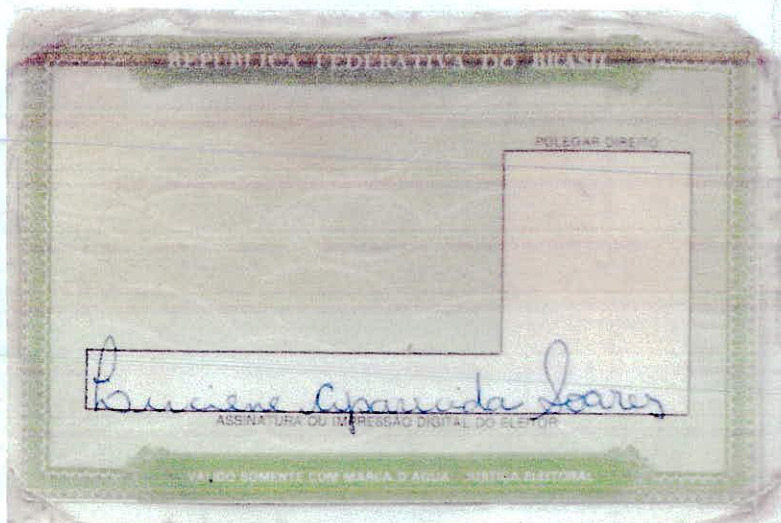
TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR DAVI MARCOS DA CUNHA CAMARGO

DATA DE NASCIMENTO 19/03/1984 Nº INSCRIÇÃO 1425 5712 0299 D.V. 297 ZONA 0011

MUNICÍPIO / UF SÃO FRANCISCO DE SALES/MG DATA DE EMISSÃO 04/04/2018

JUIZ ELEITORAL



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 12.848.655-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 05/MAI/2006

NOME RENATA DE SOUZA GOMIDE

FILIAÇÃO WALTER ANTONIO DE SOUZA
E MARIA FERREIRA DE SOUZA

NATURALIDADE RIBEIRÃO PRETO - SP DATA DE NASCIMENTO 16/JAN/1965

DOC ORIGEM RIBEIRÃO PRETO - SP
CENTRO
CC: LV.B171/FLS.0025/N.009224

CPF 071885378/44

71 Delegado Divisão de Registro Civil

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR RENATA DE SOUZA GOMIDE

DATA DE NASCIMENTO 16/01/1965

Nº INSCRIÇÃO 1070438702/48

MUNICÍPIO/UF SÃO FRANCISCO DE SALES/MG

DATA DE EMISSÃO 08/06/92

ZONA 297 SEÇÃO 0003

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8700-7

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

PROIBIDO PLASTIFICAR



Renata de Souza Gomide

ASSINATURA DO TITULAR

B404-030976

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição

071.885.378-44

Nome RENATA DE SOUZA GOMIDE

Nascimento 16/01/1965

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR RENATA DE SOUZA GOMIDE

DATA DE NASCIMENTO 16/01/1965

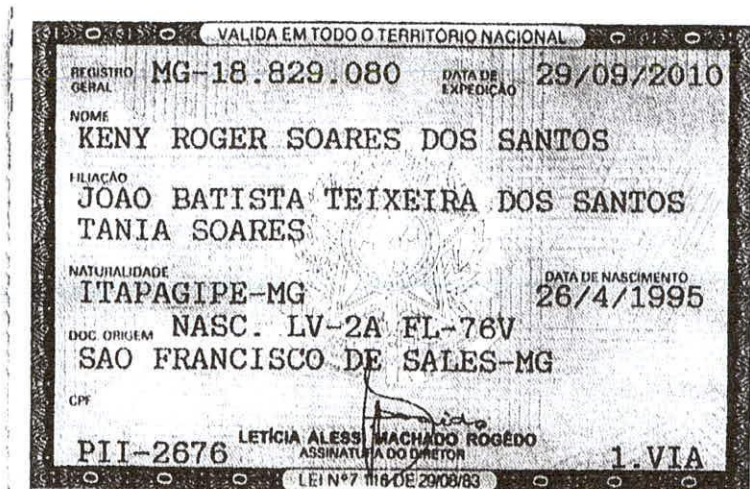
Nº INSCRIÇÃO 1070438702/48

MUNICÍPIO/UF SÃO FRANCISCO DE SALES/MG

DATA DE EMISSÃO 08/06/92

ZONA 297 SEÇÃO 0003

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



FRANCISCO GAUDÊNCIO DE MACEDO NETO
 SERGIO ANTONIO FRANCO
 MARIA MARIA DE MACEDO FRANCO
 AMPINA VERDE - RO
 13/08/80
 AS 14-04-01 - JBV CAMPINA VERDE - RO
 FTT-008

FRANCISCO GAUDÊNCIO DE MACEDO NETO
 FRANCISCO GAUDÊNCIO DE MACEDO NETO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
 FRANCISCO GAUDÊNCIO DE MACEDO NETO

Nº de inscrição
 047648266-66

Data do Nascimento
 13/08/80

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiro, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura
 FRANCISCO GAUDÊNCIO DE MACEDO NETO

S
E
R
V
I
C
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 Emitido em : 25/09/98

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR
 FRANCISCO GAUDÊNCIO DE MACEDO NETO

DATA DE NASCIMENTO
 13/08/1980

Nº DE INSCRIÇÃO
 1120 9991 0221

ZONA
 297

REGIÃO
 0008

MUNICÍPIO DE
 SÃO FRANCISCO DE SALESIMA

DATA DE EMISSÃO
 04/05/2018

JUIZ ELEITOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

FRANCISCO GAUDÊNCIO DE MACEDO NETO
 ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

8810-4

PROIBIDO PLASTIFICAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA



ANTENAS DE IDENTIFICAÇÃO E INCARNO 3000, 5000, 10000

POLEGAR DIREITO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

1871146840

Olindo Carneiro Mundinho

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
OLINDO CARNEIRO MUNDINHO

DATA DE NASCIMENTO
16/07/1957

Nº INSCRIÇÃO
689849302/64

ZONA
297

SEÇÃO
0002

MUNICÍPIO / UF
SÃO FRANCISCO DE SALES/MG

DATA DE EMISSÃO
15/04/86

JUIZ ELEITORAL
Dr. Olindo José

VALIDO SOMENTE PARA VOTO NA ELEIÇÃO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CIVIL 11.775.322-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 15/JAN/2014

NOME OLINDO CARNEIRO MUNDINHO

FILIAÇÃO OLÍMPIO MARTINS MUNDINHO
E CLEMENTINA CARNEIRO DE JESUS

NATURALIDADE RIOLÂNDIA -SP DATA DE NASCIMENTO 16/JUL/1957

LOCAL DE NASCIMENTO SÃO FRANCISCO DE SALES-MG
SÃO FRANCISCO DE SALES

CC: LV.B001/FLS.074 /N.000087

CPF 785472298/68

209 Delegado Divisionário
Roberto ASSINATURA DO DIRETORIA HIRGDISSPSP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

VALIDO SOMENTE PARA O BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Lorrainy Gonçalves Barbosa
ASSINATURA DO TITULAR

CARTÃO DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-14.795.527 DATA DE EMISSÃO 08/07/2003


NOME LORRAINY GONCALVES BARBOSA

FILIAÇÃO JAIR BARBOSA SANTOS
SHIRLEY GONCALVES FERREIRA

NATURALIDADE S. FRANCISCO DE SALES-MG 1/1/1991

DATA DE NASCIMENTO NASC. LV-1A FL-288V
SAO FRANCISCO DE SALES-MG

CPF PII-1256


MÁRIA BRAUNA
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

1. VIA

Cartão de uso pessoal e intransferível
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão
MAR/2004

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF
Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Identificação
081.663.916-75

Nome
LORRAINY GONCALVES BARBOSA

Nascimento
01/01/1991



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
15 de Novembro de 1889

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
LORRAINY GONÇALVES BARBOSA

DATA DE NASCIMENTO
01/01/1991

NR. INSCRIÇÃO
1835 0757 0264

ZONA
297

SEÇÃO
0043

MUNICÍPIO / UF
SÃO FRANCISCO DE SALES/MG

DATA DE EMISSÃO
30/03/2016

JUIZ ELEITORAL
Des. Paulo César Dias - Presidente TRE/MG

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Lorrainy Gonçalves Barbosa

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

Ran

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ANEXO B, SALA 300.
CEP 70.044-900, BRASÍLIA/DF.



MG

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA
AVENIDA 12, 3.650, C/01 PARQUE BOA VISTA CEP: 38.260.000
SÃO FRANCISCO DE SALES- MINAS GERAIS


[Menu Principal](#) ▾

BOM DIA
LUIS FELIPE SOUZA DA SILVA
Sistemas
Interativos

SRD »»» RADCOM »»» Consultas »»» **Geral** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: MG

Município: São Francisco de Sales

Canal: 200

Fase: 3

Distrito: São Francisco de Sales

Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES

CNPJ: 03.320.957/0001-03

Nome Fantasia:
Logradouro: RUA VINTE E UM 933

Telefone: (00) 0000000000

Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

Bairro:
Número: .

Fax: Não Informado

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 03320957000103 ◀

Razão Social: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES

Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País:
Número do CEP:
Número:
Município:
Telefone: 00 0000000000

Logradouro:
Complemento:
Distrito:
Bairro:
SubDistrito:
Estado:
Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil

Número do CEP: 38260000

Número: 3473

Município: São Francisco de Sales

Logradouro: Avenida doze

Complemento:
Distrito:
Bairro: centro

SubDistrito:
Estado: MG

Telefone:
Fax:
E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação
Contrato/Convênio: 06/07/2006

Data Limite Instalação: 06/01/2007

Número do Processo: 537100012861999 ◀

Fistel: 50401927466

Caixa:
Sequência:

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc.	SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza	
<input type="text"/>	<input type="text" value="96"/>		<input type="text" value="Portaria"/>		<input type="text"/>	<input type="text" value="16/02/2005"/>	<input type="text" value="22/02/2005"/>	Autoriza Executar Serviço	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="52132"/>		<input type="text" value="ATO"/>		<input type="text" value="CMPRL"/>	<input type="text" value="15/08/2005 1"/>	<input type="text" value="16/08/2005"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	<input type="text" value="Téc."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="287"/>		<input type="text" value="Decreto Legislativo"/>		<input type="text"/>	<input type="text" value="05/07/2006"/>	<input type="text" value="06/07/2006"/>	Deliber. do C. Nacional	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="61056"/>		<input type="text" value="ATO"/>		<input type="text" value="CMPRL"/>	<input type="text" value="26/09/2006 1"/>	<input type="text" value="28/09/2006"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	<input type="text" value="Téc."/>

☐ Característica da Estação Instalada

» Endereços

Estação Transmissora

Endereço

País: Brasil

Cep: 38260000

Logradouro: Avenida Doze

Número: 3650

Complemento:

Bairro: Parque Boa Vista

UF: MG

Município: São Francisco de Sales

Distrito: São Francisco de Sales

SubDistrito:

Coordenadas Geográficas do Município

Município: Latitude: 19S513996

Longitude: 49W462172

Raio: 38

Coordenadas Geográficas Estação

Latitude: 19S512400

Longitude: 49W461300

Distância ao Centro do Município: Km

Azimute: (Azimute da estação transmissora em relação ao centro da localidade.)

Informações da Estação

Cota Base Torre: m

Raio da Área de Serviço: km

Estúdio Principal

País: Brasil

Cep: 38260000

Logradouro: Avenida Doze

Número: 3650

Complemento:

Bairro: Parque Boa Vista

UF: MG

Município: São Francisco de Sales

Distrito: São Francisco de Sales

SubDistrito:

» Estação Principal

Antena Principal

Fabricante: MONTEL SISTEMAS DE COMUNICACAO LTDA.

Modelo: MTDIP 100/1

Ganho: 0 dBd

Polarização: Vertical

Orient. NV: graus

Beam-Tilt: graus

Preenchimento de nulos: (%)

HCI: 30 metros

Descrição:

DIPOLO DE 01 ELEMENTO

Máximo: 200 Digitados: 21

Transmissor Principal

Código Equipamento: 002640200312 ☒ Ex.: (Produto)(Ano)(Solicitante)(Fabricante)

Potência: 25 W

Fabricante: Montel Sistemas de Comunicação Ltda.

Modelo: MTFM98

Validade:

Potência Equipamento: W

OBS.: Para consultar produtos, [Clique Aqui.](#)

Linha Transmissão

Fabricante: KMP

Modelo: RGC 213

Impedância: 50 ohms

Comprimento: 35 m

Atenuação: 6,4 dB/100m

DESPACHO

Processo nº: **53900.049110/2015-87**.

Assunto: **Processo tecnicamente instruído.**

1. Informo que o processo nº 53900.049110/2015-87, de interesse da **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales**, entidade que requer renovação da autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Francisco de Sales / MG**, encontra-se tecnicamente instruído, uma vez que os endereços indicados no requerimento de renovação conferem com os cadastrados no Sistema de Controle de Radiodifusão (SRD) da Agência Nacional de Telecomunicações (3696462).
2. Encaminhem-se os autos para análise dos demais documentos.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Souza da Silva, Analista**, em 17/12/2018, às 13:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3696465** e o código CRC **989095A4**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.049110/2015-87

SEI nº 3696465

Processo nº **53900.049110/2015-87**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES**

CNPJ nº 03.320.957/0001-03

Localidade: São Francisco de Sales / MG.

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: Petições 1171647 e 1260357.

1.1) Protocolo no SEI: 6/6/2016.

1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.

1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: fls. 2/3 (Requerimento 3310487).

2) Declaração de conformidade: fls. 2/3 (Requerimento 3310487).

3) Estatuto Social: Petições 1598535 a 1598543.

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º, **caput**;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 5º, **caput** e §§ 1º a 3º;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 5º, §§ 2º e 3º;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 5º, §§ 2º e 3º, e art. 8º, "a";

e) Órgão administrativo e cargos: art. 12, **caput**;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 13;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 12, **caput** (quatro anos);

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 14.

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1º, **caput**;

b) Fins: art. 2º;

c) Sede: art. 1º, **caput**;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 5º;

e) Direitos dos associados: art. 8º;

f) Deveres dos associados: art. 8º;

g) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: art. 5º, §§ 5º e 6º, e art. 9º;

h) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 17;

i) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 11;

j) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: arts. 18 e 19;

k) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: art. 11, **caput** e 12;

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. 11;

m) Critérios de eleição dos administradores: art. 15;

n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. 11, § 5º;

o) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: art. 19.

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 5 a 7 (Requerimento 2699663) e fls. 9/10 (Requerimento 3310487). (30/6/2017 - 30/6/2021)

Diretor(a) Geral: Cláudia Nair Faria;

Diretor(a) Administrativo(a): Lorrainy Gonçalves Barbosa;

Diretor(a) de Operações: Davi Marcos da Cunha.

- 5) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 14, 15 e 22 (Requerimento 3310487).
- 6) CNPJ: Certidões CNPJ e SIGEC 1516019.
- 7) Certidão Negativa da Anatel: Certidões CNPJ e SIGEC 1516019.
- 8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 6 a 8 (Requerimento 3310487).
- 9) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): Certidão FGTS 3172847.
- 10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: Certidão RFB 3172853.
- 11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: Certidão JT 3172856.

*****CONCLUSÃO:**

- Consultou-se o sítio da Anatel e verificou-se que a Radiodifusora não possui débitos.
 - Realizou-se pesquisa de vínculo e não se verificou irregularidade.
 - Realizou-se pesquisa na Justiça Federal e não se verificou irregularidade.
 - Realizou-se pesquisa na Justiça Estadual e não se verificou irregularidade.
 - Será elaborada Nota Técnica a fim de corrigir a(s) pendência(s) observada(s).
-
- O Processo foi corretamente instruído.
 - Será elaborado e-mail solicitando informações Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas acerca de processos de apuração de infração em andamento ou já concluídos que resultaram em sanção à Radiodifusora.

DADOS DOS DIRIGENTES:

CARGO	NOME	D. NASC.	CPF	RG	FILIAÇÃO	TÍTULO	PARTIDO	OBS
Diretor(a) Geral	Claudia Nair Faria	22/07/1972	827.097.426-91	8373714 (SSP/MG)	Nair Maria de Faria / Jose Avelino de Faria	091019070299	PRB	
Diretor(a) Administrativo(a)	Lorrainy Goncalves Barbosa	01/01/1991	081.663.916-78	14795527 (SSP/MG)	Shirley Goncalves Ferreira / Jair Barbosa Santos	183507570264	-	
Diretor(a) de Operações	Davi Marcos da Cunha	19/03/1984	071.972.216-09	14261564 (SSP/MG)	Marinalva Aparecida da Cunha / Roberto Carlos de Camargo	142557120299	-	

Data de Envio:

14/01/2019 13:08:58

De:

MCTIC/CGRC (SEI-MC) <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para:

Lilian <lilian.misquita@mctic.gov.br>

leandro.lima@mctic.gov.br

Assunto:

Informação sobre entidade que requer renovação da outorga

Mensagem:

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Sales / MG (processo nº 53900.049110/2015-87), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária


Zimbra

natalia.froemming@mctic.gov.br

Re: Informação sobre entidade que requer renovação da outorga

De : Lilian Magalhaes de Misquita Vieira
<lilian.misquita@mctic.gov.br>

Ter, 22 de jan de 2019 14:54

 1 anexo

Assunto : Re: Informação sobre entidade que requer renovação da outorga

Para : MCTIC <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Cc : Mariza Oshiro <mariza.oshiro@mctic.gov.br>

À Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC

Prezado(a) responsável

Após verificação do banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e de consulta feita ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, constatou-se que não existe qualquer registro de PAI instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES, entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de São Francisco de Sales/MG.

----- Mensagem original -----

De: "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para: "Lilian" <lilian.misquita@mctic.gov.br>, "Leandro Pedro de Lima" <leandro.lima@mctic.gov.br>

Enviadas: Segunda-feira, 14 de janeiro de 2019 13:08:59

Assunto: Informação sobre entidade que requer renovação da outorga

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Sales / MG (processo nº 53900.049110/2015-87), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

--

Lilian Magalhães de Misquita Vieira

SEDEG/CGFI/DECEF/SERAD-MCTIC

Ramal: 6811



SRD - SÃO FRANCISCO SALES.pdf

228 KB



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: MG
Município: São Francisco de Sales
Canal: 200
Fase: 3

Distrito: São Francisco de Sales
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES
Nome Fantasia:
Logradouro: RUA VINTE E UM 933
Telefone: (00) 0000000000
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 03.320.957/0001-03

Bairro:
Número: .
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 03320957000103 ◀

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 38260000
Número: .
Município: São Francisco de Sales
Telefone: 00 0000000000
Logradouro: RUA VINTE E UM 933
Complemento:
Distrito: São Francisco de Sales
Bairro:
SubDistrito:
Estado: MG
Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 38260000
Número: 3473
Município: São Francisco de Sales
Telefone:
Fax:
Logradouro: Avenida doze
Complemento:
Distrito:
Bairro: centro
SubDistrito:
Estado: MG
E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio: 06/07/2006

Data Limite Instalação: 06/01/2007

Número do Processo: 537100012861999 ◀

Fistel: 50401927466

Caixa:

Sequência:

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza	
<input type="text"/>	96	◀	<input type="text" value="Portaria"/>	◀	<input type="text"/>	16/02/2005	22/02/2005	Autoriza Executar Serviço	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	52132	◀	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="CMPRL"/>	◀	15/08/2005 1	16/08/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	<input type="text" value="Téc."/>
<input type="text"/>	287	◀	<input type="text" value="Decreto Legislativo"/>	◀	<input type="text"/>	05/07/2006	06/07/2006	Deliber. do C.	<input type="text" value="Jur."/>

Nacional

Autoriza o Uso
de
Radiofrequência
de RADCOM 61056 ATO CMPRL 26/09/2006 1 28/09/2006 Téc. ▼

+ Característica da Estação Instalada

- Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES - CNPJ/CPF(03.320.957/0001-03)**Município/UF:** SÃO FRANCISCO DE SALES/MG**Indicativo:** ZYX363**Situação:** [Atenção: Entidade devedora](#)
(Não bloqueada)**Canal:** 200**Dia Início****Dia Fim****Hora Início****Hora Fim****X**

Domingo ▼

Sábado ▼

00:00 ▼

24:00 ▼

X

[Tela Inicial](#) [Imprimir](#)



Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 16 DE FEVEREIRO DE 2005

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto n.º 2.615, de 3 de junho de 1998, resolve:

Autorizar as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de autorização somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
82	53740.002120/99	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Saudades	Saudades/SC
83	53770.001035/02	Associação Niteroiense de Arte, Cidadania e Comunicação POP-GOIABA	Niterói/RJ
85	53790.000532/99	Associação Comunitária e Solidária de Comunicação Social Sepé Tiaraju	São Sepé/RS
86	53790.001270/98	Associação Comunitária Vida Nova	Cruz Alta/RS
87	53800.000063/99	Educandário Batista de Porto Velho - EBPV	Porto Velho/RO
88	53730.000196/99	Associação Comunitária Rural de Barrento	Cajazeirinha/PB
89	53740.000368/02	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Amélia	Santa Amélia/PR
90	53740.000444/02	Associação Paroquial Senhor Bom Jesus de Amparo Social e Cristão	Irineópolis/SC
91	53740.001735/98	ACTOL - Associação Comunitária Independente de Toledo	Toledo/PR
92	53740.000659/02	Associação de Radiodifusão de São Jerônimo da Serra - Paraná	São Jerônimo da Serra/PR
93	53710.000410/99	Sistema SJV de Comunicação	São José de Varginha/MG
95	53710.001011/98	Associação Comunitária Integração	Ipatinga/MG
96	53710.001286/99	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales	São Francisco de Sales/MG

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL Em 27 de dezembro de 2004

Processo nº 53516001067/2000, determina o arquivamento do presente processo, instaurado contra AGRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO YAMAKAWA LTDA., com sede na cidade de Paranavai, Estado do Paraná.

Processo nº 53516001014/2000, determina o arquivamento do presente processo, instaurado contra ASSOCIAÇÃO DOS LOJISTAS DO SHOPPING POPULAR, executante do Serviço Limitado Privado de Telecomunicações, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Processo nº 53516001055/2000 - determina o arquivamento do presente processo, instaurado contra MARCOS APARECIDO DE OLIVEIRA, residente na cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

Em 28 de dezembro de 2004

Processo nº 53516001060/2000, determina o arquivamento do presente processo, instaurado contra GENIVAL MILLS COELHO AVILA, residente na cidade de Ubitatã, Estado do Paraná.

Processo nº 53516001915/2000, determina o arquivamento do presente processo, instaurado contra RÁDIO COMUNITÁRIA DE PINHÃO - 96,7 FM., com sede na cidade de Pinhão, Estado do Paraná.

Processos nº 53516001010/2000 e 53516001012/2000, determina o arquivamento dos presentes processos, instaurados contra JOSÉ MARIA DELPINO, residente na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA
Substituto

Em 10 de novembro de 2004

Processo nº 53516003402/2001, determina o arquivamento do presente processo, instaurado contra MANOEL DE MELO, residente na cidade de Campina de Lagoa, Estado do Paraná.

Processo nº 53516003174/2001, determina o arquivamento do presente processo, instaurado contra LUCIANO VIEIRA SANTOS, residente na cidade de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná.

Processo nº 53516003176/2001 - determina o arquivamento do presente processo, instaurado contra VOLNI PARIZOTO, residente na cidade de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná.

Processo nº 53516003690/2001, determina o arquivamento do presente processo, instaurado contra RÁDIO NOVA FM, com sede na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

Processos nº 53516001297/2000 a 53516001299/2000, determina o arquivamento dos presentes processos, instaurados contra ANTONIO SARDINHA NETO, residente na cidade de Colorado, Estado do Paraná.

97	53710.001419/98	Associação Comunitária Beneficente e Cultural de São João Batista do Glória	São João Batista da Glória/MG
98	53720.000259/99	Associação da Rádio Comunitária "Voz do Povo"	Porto de Moz/PA
99	53720.000448/98	Associação Comunitária Jesus, Maria e José	Viseu/PA
100	53000.001358/02	Associação Comunitária de Comunicação Futura	Comendador Gomes/MG
108	53103.000421/02	Associação de Moradores da Cohab Massangano - Petrolina (PE)	Petrolina/PE
109	53103.000435/01	Associação de Integração Comunitária de São João do Tigre	São João do Tigre/PB
112	53640.000630/02	Associação Comunitária de Radiodifusão de Ibirapua	Ibirapua/BA
113	53650.001729/99	Associação dos Amigos do Bairro da Matriz de Jaguaribara	Jaguaribara/CE

EUNÍCIO OLIVEIRA

DESPACHO DO MINISTRO Em 20 de abril de 2004

Tendo em vista as Atas de reuniões de 17 e 26 de junho de 2003, e o Aviso de 09 de julho de 2003, publicado no D.O.U. do dia 10 de julho de 2003, Seção 3, da Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, homologo as adjudicações propostas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

EUNÍCIO OLIVEIRA

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº PROCESSO
039/2000	RS	SANTANA DA BOA VISTA	FM	SISTEMA TEIXEIRA CARVALHO OLIVEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	53790.000280/00
039/2000	RS	SARANDI	FM	RÁDIO SEM FRENTEIRAS FM LTDA.	53790.000259/00
039/2000	RS	SÃO BORJA	FM	RÁDIO SÃO FRANCISCO DE BORJA LTDA.	53790.000269/00
039/2000	RS	SÃO JOSÉ DO NORTE	FM	RÁDIO MAR GROSSO DE SÃO JOSÉ DO NORTE LTDA.	53790.000266/00
039/2000	RS	VILA FLORES	FM	RÁDIO FLORES LTDA.	53790.000275/00

Em 28 de julho de 2004

Processo n.º 53512.000.231/2002- Aplica a sanção de MULTA, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a WALTER GONÇALVES, executante não outorgado do Serviço Limitado Privado na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo, com fundamento no art. 173 inciso II da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, em infringência aos artigos 131 e 163 do mesmo

ANTÔNIO ROBERTO ZANONI
Substituto

Em 18 de novembro de 2004

Processo n.º 53512.000.079/2002- Aplica a sanção de MULTA, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a RÁDIO ASTRAL LTDA., executante não outorgado do Serviço Limitado Privado na cidade de João Neiva, Estado do Espírito Santo, com fundamento no art. 173 inciso II da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, em infringência aos artigos 131 e 163 do mesmo

Processo n.º 53512.000.081/2004- Aplica a sanção de MULTA, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a VAL-DEMAR GOMES DE MELO, executante não outorgado do Serviço Radiotelefônico Público na cidade de Ibitirama, Estado do Espírito Santo, com fundamento no art. 173 inciso II da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, em infringência aos artigos 131 e 163 do mesmo

Processo n.º 53512.000.186/2004- Aplica a sanção de MULTA, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a TALHA BLOCOS SÃO SIMÃO LTDA., executante não outorgado do Serviço de Telefonia Fica Comutada na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, com fundamento no art. 173 inciso II da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, em infringência aos artigos 131 e 163 do mesmo

Em 23 de novembro de 2004

Processo n.º 53512.000.351/2000- Aplica a sanção de MULTA, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a RADIOMÓBILE TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA., executante não outorgado do Serviço Limitado Privado na cidade de Viana, Estado do Espírito Santo, com fundamento no art. 173 inciso II da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, em infringência aos artigos 131 e 163 do mesmo

Processo n.º 53512.000.369/2001- Aplica a sanção de MULTA, no valor de R\$ 1.858,69 (um mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e nove centavos), a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE ITARANA, executante não outorgada do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na cidade de Itarana, Estado do Espírito Santo, com fundamento no art. 173 inciso II, 183 e 184, parágrafo único, todos da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, em infringência ao artigo 163 do mesmo diploma legal.

ANTONIO ROBERTO ZANONI
Substituto

HIROSHI WATANABE



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 285, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA E CULTURAL DE GODOY MOREIRA - PARANÁ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Godoy Moreira, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 47, de 4 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Ecológica e Cultural de Godoy Moreira - Paraná a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Godoy Moreira, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de julho de 2006
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 286, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL, EDUCATIVA E DESPORTIVA DE BONFINÓPOLIS DE MINAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonfinópolis de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 567, de 5 de novembro de 2003, que autoriza a Associação Cultural, Educativa e Desportiva de Bonfinópolis de Minas a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonfinópolis de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de julho de 2006
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 287, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 96, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de julho de 2006
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 288, DE 2006

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MIRACATU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salinópolis, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 219, de 21 de março de 2005, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Miracatu Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salinópolis, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de julho de 2006
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 289, DE 2006

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA "JOÃO HENRIQUE DANTAS" para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carnaúba dos Dantas, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 8, de 20 de janeiro de 2005, que outorga permissão à Fundação Educativa "João Henrique Dantas" para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Carnaúba dos Dantas, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de julho de 2006
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Atos do Poder Executivo

RETIFICAÇÃO

Na Medida Provisória nº 309, de 4 de julho de 2006, publicada no DOU de 4.7.2006, Seção 1, Edição Extra, página 4, 1ª coluna, nas assinaturas, leia-se: Luiz Inácio Lula da Silva, Paulo Bernardo Silva e Jorge Armando Felix.

DECRETO Nº 5.831, DE 5 DE JULHO DE 2006

Delega competência para a prática dos atos que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e na Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada competência ao Ministro de Estado das Relações Exteriores para, observada a legislação em vigor, dispor sobre o transporte aéreo e a hospedagem dos palestrantes e integrantes das mesas de debate da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora - II CIAD, a ser realizada em Salvador, no período de 12 a 14 de julho de 2006.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de julho de 2006; 185ª da Independência e 118ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Dilma Rousseff

DECRETO Nº 5.832, DE 5 DE JULHO DE 2006

Promulga o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador na Área de Defesa Civil, celebrado em Quito, em 1º de outubro de 2001.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição; e

Considerando que o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador celebraram, em Quito, em 1º de outubro de 2001, um Memorando de Entendimento na Área de Defesa Civil;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou esse Memorando por meio do Decreto Legislativo nº 32, de 21 de fevereiro de 2006;

Considerando que o Memorando entrou em vigor em 30 de março de 2006, nos termos de seu parágrafo 6º;

DECRETA:

Art. 1º O Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador na Área de Defesa Civil, celebrado em Quito, em 1º de outubro de 2001, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Memorando, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de julho de 2006; 185ª da Independência e 118ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Samuel Pinheiro Guimarães Neto

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO NA ÁREA DE DEFESA CIVIL

O Governo da República Federativa do Brasil

e
O Governo da República do Equador
(doravante denominados "Partes"),

Animados pela vontade de estreitar os laços de amizade e de fraternidade existentes entre os dois países e povos;

Determinados a desenvolver e aprofundar as relações de cooperação técnica;

Amparados no Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, de 9 de fevereiro de 1982;

Decidem, em base de plena independência, respeito pela soberania, não ingerência nos assuntos internos de cada Estado e reciprocidade de interesses, concluir o presente Memorando de Entendimento:

1.As Partes comprometem-se em regime de reciprocidade, e quando para tanto solicitadas, com a prestação mútua de cooperação técnica na área de defesa civil nos diferentes níveis e modalidades, sobretudo por meio de:

a) promoção de treinamento e intercâmbio de técnicos e especialistas nas áreas de gestão e prevenção de riscos e catástrofes naturais;

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.320.957/0001-03 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 04/08/1999
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE SAO FRANCISCO DE SALES			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV DOZE	NÚMERO 3650	COMPLEMENTO CASA 1	
CEP 38.260-000	BAIRRO/DISTRITO PARQUE BOA VISTA	MUNICÍPIO SAO FRANCISCO DE SALES	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO RADIOENERGIA87.9@GMAIL.COM		TELEFONE (34) 3413-0943 / (34) 9977-3360	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/08/1999	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **23/01/2019** às **13:03:33** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA COM. CULT. SAO FRANCISCO DE SALES

CNPJ: 03.320.957/0001-03

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:03:22 do dia 23/01/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 22/02/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03320957/0001-03

Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA COM E CULTURA SFS

Endereço: AVENIDA DOZE 3650 / PARQUE BOA VISTA / SAO FRANCISCO DE SALES / MG / 38260-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/01/2019 a 07/02/2019

Certificação Número: 2019010904221215775808

Informação obtida em 23/01/2019, às 13:04:26.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE SAO FRANCISCO DE SALES
CNPJ: 03.320.957/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:04:47 do dia 23/01/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 22/07/2019.

Código de controle da certidão: **D135.A610.98C6.C904**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE SAO FRANCISCO DE SALES

(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.320.957/0001-03

Certidão nº: 166665988/2019

Expedição: 23/01/2019, às 13:04:53

Validade: 21/07/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE SAO FRANCISCO DE SALES** (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.320.957/0001-03**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite "a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes".

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.049110/2015-87**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES**.

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual**.

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal e da respectiva Seção e Subseção Judiciária e do Tribunal de Justiça do domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento da renovação da outorga.
2. Encaminhem-se os autos para revisão final.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 23/01/2019, às 13:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3790310** e o código CRC **ABDF96E4**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.049110/2015-87

SEI nº 3790310

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 1151/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.049110/2015-87.**

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA. REVISÃO FINAL.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo versa sobre a renovação da outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES**, na localidade de **São Francisco de Sales**, estado de **Minas Gerais**, por meio da Portaria nº 96, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 22/2/2005 (3790292), e Decreto Legislativo nº 287, publicado no DOU de 6/7/2006 (3790295).

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 6/7/2016. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou, tempestivamente, pedido de renovação da outorga em 6/6/2016, às Petições 1171647 e 1260357, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018.

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES
QUADRO DIRETIVO
Diretor(a) Geral: Cláudia Nair Faria; Diretor(a) Administrativo(a): Lorrainy Gonçalves Barbosa; Diretor(a) de Operações: Davi Marcos da Cunha.

3 . Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se a completa instrução do processo, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação tempestivo.	Petições 1171647 e 1260357 / novo requerimento assinado por todos os dirigentes: fls. 2/3 (Requerimento 3310487)
1.2	Após diligências deste Ministério, a entidade atendeu a contento às exigências impostas.	Sim.
2	Estatuto social atualizado e registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	Petições 1598535 a 1598543
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	fls. 5 a 7 (Requerimento 2699663) e fls. 9/10 (Requerimento 3310487)
4	Comprovantes de nacionalidade e maioridade dos dirigentes.	fls. 14, 15 e 22 (Requerimento 3310487)
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018).	fls. 6 a 8 (Requerimento 3310487)
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	fls. 2/3 (Requerimento 3310487)
7	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, válido e atual.	CNPJ 3790298
8	Certidão negativa de débitos de receitas administradas	Certidão Anatel

º	pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	3790299
9	Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Certidão FGTS 3790300
10	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	Certidão RFB 3790303
11	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	Certidão Trabalhista 3790304
12	Relatório de apuração de infrações.	E-mail CGFI 3788366
12.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?	Não.

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (3790305).

À consideração superior.

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o processo nº 53900.049110/2015-87, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales, CNPJ nº 03.320.957/0001-03, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de

Rádiodifusão Comunitária, na localidade de São Francisco de Sales, estado de Minas Gerais.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

PORTARIA Nº MINUTA
DE DE DE 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.001286/1999 e nº 53900.049110/2015-87, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales, CNPJ nº 03.320.957/0001-03, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Rádiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Sales, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 23/01/2019, às 13:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Rádiodifusão Comunitária**, em



05/02/2019, às 14:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 06/02/2019, às 11:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 06/02/2019, às 15:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3790311** e o código CRC **4398F42F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.049110/2015-87

SEI nº 3790311

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO INTERNO

Processo nº: **53900.049110/2015-87.**

Entidade: **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales.**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos.**

À Secretaria de Radiodifusão,

Em razão da Nota Técnica nº 1151/2019/SEI-MCTIC (evento SEI 3790311), que opinou pelo deferimento do pedido de renovação de outorga apresentado pela **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES**, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Sales, estado de Minas Gerais, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/03/2019, às 09:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3829508** e o código CRC **4AF40C58**.

Minutas e Anexos

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.049110/2015-87, que trata da Renovação da Outorga de Autorização, a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX, e a respectiva documentação para que a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales, inscrita no CNPJ nº 03.320.957/0001-03, explore pelo prazo de dez anos a partir de 6 de julho de 2016, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Sales, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o **caput** do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Por meio da Nota Técnica nº 1151/2019/SEI-MCTIC, a área técnica se manifestou de modo favorável à renovação da outorga, uma vez que inexistem óbices legal e normativo ao pleito. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA Nº _____ DE _____ MINUTA DE _____ DE 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.001286/1999 e nº 53900.049110/2015-87, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales, CNPJ nº 03.320.957/0001-03, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade

de São Francisco de Sales, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53900.049110/2015-87

SEI nº 3829508

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão para a SEXEC

DESPACHO

Processo nº: 53900.049110/2015-87

Referência:

Interessado: Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales.

Assunto: Renovação de Outorga.

Trata-se de minuta de portaria e de exposição de motivos, que visa a renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales, CNPJ nº 03.320.957/0001-03, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Sales, estado de Minas Gerais.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário Executivo**, em 15/08/2019, às 15:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4436963** e o código CRC **96D017F4**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.049110/2015-87

SEI nº 4436963



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4310/2019/SEI-MCTIC

de 27 de agosto de 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.001286/1999 e nº 53900.049110/2015-87, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a contar de 6 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales, CNPJ nº 03.320.957/0001-03, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Sales, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 30/08/2019, às 20:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4569586** e o código CRC **B74B1765**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 04/09/2019 16:32:01
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 5484142
Data prevista de publicação: 05/09/2019
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Nota de Crédito

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
11994661	ATO PORTARIA Nº 4286 NOT MIN.rtf	57625a23ea0cec7c 450c61386140a953	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
11994662	ATO PORTARIA Nº 4310 NOT MIN.rtf	151f3bfdde3f63bf ec39cd7ab8993ad5	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
11994663	ATO PORTARIA Nº 4291 NOT MIN.rtf	86be8307baa1ea74 40de5a9f8d84802d	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
11994664	ATO PORTARIA Nº 4293 NOT MIN.rtf	dfe6791e75e5ff55 f07dc34d87ae2dc9	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
11994665	ATO PORTARIA Nº 4294 NOT MIN.rtf	630555a20ae87301 39366f7bbd0d3020	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
11994666	ATO PORTARIA Nº 4295 NOT MIN.rtf	d83aa7807d02079b 13d3d90ce5c31b59	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
11994667	ATO PORTARIA Nº 4296 NOT MIN.rtf	7b85de9dcf1e49eb 02163cc1615952a2	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
11994668	ATO PORTARIA Nº 4304 NOT MIN.rtf	938838e45ece7e1c c06343e511b87b44	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
11994669	ATO PORTARIA Nº 4308 NOT MIN.rtf	b1bb2a466cb5cdef 3b0f4230b8619be0	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
11994670	ATO PORTARIA Nº 4309 NOT MIN.rtf	ad9203f0c7ba2340 3cf55bbc89f2fce3	8,00	R\$ 264,32
	Total da matéria		8,00	R\$ 264,32
TOTAL DO OFICIO			68,00	R\$ 2.246,72

Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4.286/SEI, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º-B, § 5º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos administrativos nº 53100.000490/2004 e nº 01250.003111/2017-45, resolve:

Art. 1º Declarar perempta a autorização outorgada à Associação Cultural Caminho de Vida, CNPJ nº 06.154.426/0001-86, por meio da Portaria nº 111, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2006, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Rondon do Pará, estado do Pará.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.291/SEI, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53780.000166/1998 e nº 53900.048116/2015-37, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a contar de 27 de junho de 2016, a autorização outorgada ao Clube de Mães e Idosos Maria Izabel de Medeiros, CNPJ nº 02.582.543/0001-90, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Natal, estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.293/SEI, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53730.000062/1999 e nº 01250.003146/2017-84, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a contar de 24 de dezembro de 2017, a autorização outorgada à Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I, CNPJ nº 08.582.678/0001-31, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Guarabira, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.294/SEI, DE 3 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º-B, § 5º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53103.000957/1998 e nº 53900.016161/2015-22, resolve:

Art. 1º Declarar perempta a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Salgadinho FM, CNPJ nº 02.869.232/0001-06, por meio da Portaria nº 258, publicada no Diário Oficial da União de 20 de junho de 2003, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Salgadinho, estado de Pernambuco, em razão da não apresentação tempestiva do requerimento de renovação da referida outorga.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.295/SEI, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º-B, § 5º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53770.002013/1998 e nº 53000.015827/2013-15, resolve:

Art. 1º Declarar perempta a autorização outorgada ao Centro Cultural São Judas Tadeu, CNPJ nº 02.573.351/0001-17, por meio da Portaria nº 300, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2000, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, em razão da não apresentação tempestiva do requerimento de renovação da referida outorga.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.296/SEI, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.001432/2000 e nº 01250.010431/2016-71, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a contar de 07 de novembro de 2017, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Santo Antônio do Monte, CNPJ nº 03.794.934/0001-30, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Santo Antônio do Monte, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.304/SEI, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53780.000148/1998 e nº 53900.049349/2015-57, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a contar de 30 de junho de 2016, a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Rádio Comunitária Voz das Rocas - RCR, inscrita no CNPJ nº 02.614.135/0001-72, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Natal, estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.308/SEI, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.002453/1998 e nº 01250.059072/2017-31, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a contar de 29 de fevereiro de 2018, a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Confiança de Tatuí, CNPJ nº 02.585.535/0001-05, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Tatuí, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.309/SEI, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.073987/2015-99, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária do Bairro José Carlos de Oliveira e Adjacências, com CNPJ nº 23.335.584/0001-51 e sede na Rua Alexandrino Boa Ventura, nº 585, Bairro José Carlos de Oliveira, na localidade de Caruaru, estado de Pernambuco, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 104,9 MHz (Canal 285).

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.310/SEI, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.001286/1999 e nº 53900.049110/2015-87, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a contar de 6 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales, CNPJ nº 03.320.957/0001-03, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Sales, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 1.680, DE 22 DE AGOSTO DE 2019

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial o disposto no Anexo XI, inciso XV do art. 73 do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 217, de 25/01/2019, tendo em vista o que consta no processo nº 53000.065206/2012-93, com fulcro na Nota Técnica nº 20776/2018/SEI-MCTIC (3363340), cujos fundamentos adota na forma prevista no art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Restabelecer a sanção de cassação à PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA, autorizada a executar o serviço de retransmissão de televisão, na localidade de Marabá Paulista/SP, Fistel nº 50400179016, anteriormente convertida em multa, nos termos da Portaria nº 3338/2016/SEI-MCTIC, de 26 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 25 de outubro de 2016, em razão da prática de infração capitulada no art. 21 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, com o consequente cancelamento do respectivo crédito no Sistema de Gestão de Créditos da Anatel - SIGEC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL

DESPACHO Nº 362/2019/SEI

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, do Anexo XI, da Portaria MCTIC nº 217, de 25 de janeiro de 2019, que estabelece que os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionadas pelo Secretário de Radiodifusão, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria nº 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo nº 01250.078660/2018-54, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 2913/2019/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 31 de dezembro de 2018, da frequência 610 KHz, outorgada à RÁDIO PRESIDENTE VENCESLAU LTDA, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Presidente Venceslau, no estado de São Paulo.

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.049110/2015-87**.

Entidade: **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales**.

Assunto: **Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República**.

Por meio da Portaria nº 4310 de 27 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 05/09/2019, renovou-se a outorga da **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales** para o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de São Francisco de Sales, estado de Minas Gerais. Dessa forma, em atenção ao § 3º do art. 223 da Constituição, encaminho a cópia do processo n.º 53900.049110/2015-87, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 13/09/2019, às 10:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4609235** e o código CRC **3810196D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.049110/2015-87

SEI nº 4609235

Brasília, 15 de Outubro de 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.049110/2015-87, que trata da Renovação da Outorga de Autorização, a Portaria MCTIC nº 4.310 , de 30 de Agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 05/09/2019 , e a respectiva documentação para que a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales, inscrita no CNPJ nº 03.320.957/0001-03, explore pelo prazo de dez anos a partir de 6 de julho de 2016, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Sales, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Por meio da Nota Técnica nº 1151/2019/SEI-MCTIC, a área técnica se manifestou de modo favorável à renovação da outorga, uma vez que inexistem óbices legal e normativo ao pleito. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 39332/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.049110/2015-87.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 16/10/2019, às 15:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4746703** e o código CRC **F8C65017**.